



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**GUILHERME AUGUSTO DE CARVALHO**

**O PROBLEMA DO MAL NO DIÁLOGO “O LIVRE-ARBÍTRIO”, DE  
SANTO AGOSTINHO**

**MARINGÁ**

**2024**

**Guilherme Augusto de Carvalho**

**O PROBLEMA DO MAL NO DIÁLOGO “O LIVRE-ARBÍTRIO”, DE  
SANTO AGOSTINHO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como condição parcial para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Ricardo Martines.

**MARINGÁ**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação

(CIP)(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C331p

Carvalho, Guilherme Augusto de

O problema do mal no diálogo "o livre-arbítrio", de Santo Agostinho / Guilherme Augusto de Carvalho. -- Maringá, PR, 2024.  
100 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Martines.

Coorientador: Prof. Dr. Manoel Luis Cardoso Vasconcellos.

Coorientador: Prof. Dr. Wagner Dalla Costa Félix.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2024.

1. Filosofia escolástica - Mal. 2. Livre-arbítrio. 3. Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. 4. Vontade (Filosofia). I. Martines, Paulo Ricardo, orient. II. Vasconcellos, Manoel Luis Cardoso, coorient. III. Dalla Costa Félix, Wagner, coorient. IV. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Filosofia. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. V. Título.

CDD 23.ed. 189.4



Universidade Estadual de Maringá  
Centro de Ciências Humanas, Letras e  
Artes Programa de Pós-Graduação em  
Filosofia

---

**GUILHERME AUGUSTO DE CARVALHO**

**O PROBLEMA DO MAL NO DIÁLOGO “O LIVRE-ARBÍTRIO”, DE  
SANTO AGOSTINHO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia do  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
da Universidade Estadual de Maringá, como  
condição parcial para a obtenção do grau de  
*Mestre em Filosofia* sob a orientação do  
Prof. Dr. Paulo Ricardo Martines.

Este exemplar corresponde à versão definitiva  
da dissertação defendida perante a Banca  
Examinadora.

Aprovado em 07 de junho de  
2024.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Paulo Ricardo Martines  
**Presidente**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, sem ele, nada seria possível, Soli Deo Gloria. E também a minha esposa, Elaine dos Santos e a sua compreensão quanto as muitas ausências que a pesquisa e a escrita de uma dissertação exigem. Muito obrigado!

Ao professor Márcio Pelinski e o constante incentivo, a sua ajuda para conseguir transpor este desafio foi fundamental. A professora Mariana dos Reis e o ótimo trabalho de revisão. Ao Bruno Wedel, um grande amigo e a Silvana Wedel (in memoriam), sentimos a sua falta. E também a todos os meus amigos que sempre me apoiaram.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral estudar em perspectiva filosófica o problema do mal no contexto da obra *O livre-arbítrio*, de autoria do filósofo Agostinho de Hipona (354-430 d. C). O livro tem o problema do mal como tema central e busca responder à pergunta: O Deus cristão é o autor do mal? É a partir deste questionamento que o diálogo se desenvolve e o problema do mal é investigado. Esta dissertação tem ainda como objetivos específicos os temas que envolvem a responsabilidade divina e a humana quanto ao problema do mal, sendo eles, o mal na aprendizagem, as duas leis, vícios e virtudes, a distinção de liberdade e livre-arbítrio e as duas conclusões sobre o problema do mal. A presente pesquisa termina falando da vontade como um bem. A pesquisa acompanha a argumentação de Santo Agostinho e as suas respostas, pontuando como é possível a coexistência de um Deus bom e o mal no mundo, e também sobre o papel da responsabilidade humana quanto ao mal. O livro *O livre-arbítrio* é o texto principal e a obra secundária *Confissões*, visto que, esta outra obra agostiniana também aborda o problema do mal e a história da entrada e saída de Santo Agostinho do Maniqueísmo. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa (Revisão Bibliográfica / de Literatura), onde foram consultados importantes autores e obras (artigos, livros, periódicos de sítios de faculdades e repositórios acadêmicos) que tratam do objeto de pesquisa.

**Palavras-chave:** Mal. Livre-arbítrio. Santo Agostinho. Vontade.

## **ABSTRACT**

The general objective of this work is to study the problem of evil from a philosophical perspective in the context of the work *On the free choice of the will*, written by the philosopher Augustine of Hippo (354-430 AD). The book takes the problem of evil as its central theme and seeks to answer the question: Is the Christian God the author of evil? It is from this questioning that the dialogue develops and the problem of evil is investigated. This dissertation also has as specific objectives the themes that involve divine and human responsibility regarding the problem of evil, namely, evil in learning, the two laws, vices and virtues, the distinction between freedom and free will and the two conclusions about the problem of evil. This research ends by talking about will as a good. The research follows Saint Augustine's arguments and his responses, pointing out how the coexistence of a good God and evil in the world is possible, and also on the role of human responsibility for evil. The book *The free choice of the will* is the main text and the secondary work *Confessions*, since this other Augustinian work also addresses the problem of evil and the story of Saint Augustine's entry and exit from Manichaeism. The methodology used was qualitative research (bibliographic and literature review), where important authors and works (articles, books, periodicals from college websites and academic repositories) that deal with the research subject were consulted.

**Keywords:** Evil. Free will. Saint Augustine. Will.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1. O LIVRE-ARBÍTRIO: INTRODUÇÃO À OBRA .....	13
1. 1 As conversões de Agostinho .....	21
1. 2 Santo Agostinho e o maniqueísmo.....	25
1. 2. 1 Inconsistências maniqueístas .....	33
1.3 Plotino e o mal.....	35
1.3.1 O Uno e o conceito de Deus: Uma resposta .....	37
2. O PROBLEMA DO MAL.....	41
2.1 O mal na aprendizagem.....	44
2.1.1 O mal não está na inteligência .....	45
2.1.2 A importância do crer para entender.....	47
2.1.3 O mal não está no desejo.....	49
2.2 As duas leis.....	53
2.4 Vícios e virtudes.....	60
2.5 A distinção de liberdade e livre-arbítrio .....	64
3. A VONTADE COMO UM BEM.....	69
3.1 A vontade no livro II .....	78
4. CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94

## INTRODUÇÃO

Na história da filosofia, o mal<sup>1</sup> é um desses temas que perpassam o tempo, desde os antigos até a filosofia contemporânea e está sempre em discussão. Apesar das várias respostas ao problema ontológico do mal, a solução proposta por Agostinho ainda gera debates.

Na filosofia, o problema do mal<sup>2</sup> é um assunto complexo e amplamente discutido que desafia a compatibilidade entre a existência de um deus benevolente e a presença do mal no mundo. Uma análise filosófica das diferentes manifestações do mal, como o sofrimento e a injustiça, é necessária para abordar esse tema. A filosofia também questiona como essas verdades podem coexistir com a ideia de onisciência, onipotência e bondade divina.

É inegável que os seres humanos aspiram ao bem, e a natureza e a criação revelam justamente isso, assim como o fato das criaturas sempre buscarem o que há de bom no mundo. Sendo Deus a origem e a essência de todo o bem, aquele de quem nada está acima, a busca final acaba sendo por Deus, segundo Agostinho.

O motivo principal para se abordar o problema do mal sob a perspectiva filosófica de Santo Agostinho é sua grande influência na filosofia cristã e na filosofia da religião, nas quais o assunto é amplamente discutido. Embora o tratamento dado ao tema tenha sido registrado na história da filosofia e continue sendo relevante até agora, o hiponense oferece orientações sobre como pensar o mal de forma ainda muito relevante para a teologia e a filosofia<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre o mal, a expressão tem uma vasta diversidade de definições, tão grande quanto a definição da palavra bem, do qual é correlato. Apesar disso, partindo da filosofia é possível sintetizar todos os significados em apenas duas ideias, que são oriundas do entendimento adquirido durante a história da filosofia: A primeira ideia, que é um conceito metafísico de mal, segundo o qual é definido como: a) Ou um não-ser, ou b) uma dualidade no ser. E a segunda ideia, sendo ela denominada de subjetivista, que entende que o mal é o objeto com uma propensão negativa ou com uma opinião negativa. A definição metafísica de mal traduz-se em conceitua-lo como um não-ser diante do próprio ser, que seria o bem, ou mesmo em defini-lo como uma dualidade deste ser, sendo assim uma divergência ou um combate que acontece dentro do ser. Já a segunda importante ideia de mal não o entende como uma realidade ou algo irreal e sim, como um objeto negativo da vontade ou, de um modo geral, dos pontos de vista pessoais. Tal ideia é reconhecida pelos pensadores que acreditam na teoria subjetivista de bem. Hobbes, Espinosa e Locke partilham deste princípio, e Kant deu uma definição mais ampla para o termo (ABBAGNANO, 2018, p. 736-738).

<sup>2</sup> De maneira geral, o problema do mal, segundo a tradição filosófica, seja o mal físico ou mesmo a dor, e o mal moral, que seria a falta de algo, de forma bem evidente fazem parte do contexto humano. A questão se apresenta no instante onde o mal se mostra como algo apto em colocar em risco a ideia otimista de padrões, onde na falta deles, o ser humano perderia todos os princípios de sua vida e todos os valores da regra universal. Com isso, o mal de uma maneira geral, seja ele físico ou moral, na intenção de uma possível descontração do ser, se transforma em um “mal metafísico” (BORNE, 2014, p. 27).

<sup>3</sup> Ricoeur explica que tanto a filosofia quanto a teologia julgam o mal como um embate realmente desafiador, sendo que os grandes filósofos, em suas variadas áreas do conhecimento, são unânimes em revelar de maneira bem

Ao fazer uso de recursos filosóficos e religiosos, Santo Agostinho busca formular explicações para o problema do mal, tentando resolver questões que o preocupavam desde a juventude. Ele demonstra como Deus, mesmo sendo o criador de tudo, não pode ser o criador do mal.

O livro *O livre-arbítrio*, escrito em forma de diálogo, se inicia com a pergunta de Evódio, o interlocutor de Agostinho, sobre Deus ser o autor do mal. É a partir deste questionamento que os argumentos são organizados, destacando a importância do problema e a intenção de responder logo no início do texto (De lib. arb. I, I, 1).

Na obra, Agostinho de Hipona investiga, antes de entender a origem do mal, o que seria fazer o mal e é neste ponto que ele discorre sobre as práticas más como o adultério, homicídio e sacrilégios. Logo após, ele deixa claro como todas as coisas que existem foram criadas por Deus, no entanto, o pecado não é uma criação sua (De lib. arb. I, III, 6). Sendo ele o criador de tudo, a busca por uma resposta para esta possível contradição surge. Já que foi ele quem criou tudo, tal pergunta se torna inevitável, sendo esta uma das questões que o filósofo buscou resposta.

Desta forma, já no final do primeiro livro de *O livre-arbítrio*, Agostinho de Hipona conclui que o mal nada mais é do que negligenciar as realidades Divinas e eternas, colocando em seu lugar as coisas passageiras. O mal é se distanciar de Deus (De lib. arb. I, XVI, 34). Em *Confissões*, Agostinho define o mal não como uma substância, mas como a perversão da vontade, que insiste em se afastar de Deus, trocando o Sumo Bem, por coisas inferiores e passageiras (Conf. VII, 16, 22).

Em relação ao mal moral, ele é definido como pecado. E é ligado à vontade má<sup>4</sup> de todo o ser humano, sendo que tal vontade não possui uma razão eficiente, e sim uma causa deficiente.

---

clara o tamanho do desafio. Mas a questão central não é nem esta revelação, mas a forma como o problema, e todos os fracassos em resolvê-lo é considerado: o problema seria um chamado a refletirmos de modo superficial, um estímulo que leva um indivíduo a pensar de forma mais profunda ou mesmo a refletir sobre uma questão por meio de vieses totalmente diferentes? (1988, p. 21).

A indagação situa-se em uma forma de pensar resignado à condição de coesão lógica, ou seja, é uma ação que envolve de forma concomitante a não-contradição e um conjunto de sistemas. É a partir destes pressupostos intelectuais que os ensaios da teodiceia se sustentam, na compreensão metodológica do termo, o qual, ainda que possuem as mais diversas respostas, consentem em estabelecer a questão em expressões aproximadas, tais como as que seguem (assim como podemos constatar nas seguintes proposições): Deus é plenamente poderoso; Deus é intrinsecamente bom; entretanto, o mal é uma realidade. A teodiceia manifesta-se, desta forma, na forma de uma guerra em favor da coesão, como uma refutação a dúvida que revela que apenas duas das hipóteses são compatíveis, mas de maneira alguma as três podem ser compatíveis de forma concomitante (RICOEUR, 1988, p. 21-22).

<sup>4</sup> Galvão pontua que o mal moral é explicitado de maneira clássica graças ao livre-arbítrio que justifica a existência de um Deus bom, esta filosofia foi apresentada no século IV por Santo Agostinho em sua obra *O Libero Arbítrio*. O argumento central gira em torno do fato que a liberdade de ação é um bem muito valioso sendo que tal habilidade não seria provável sem a capacidade de ser utilizado de forma errada pelos indivíduos. Melhor dizendo, a

Por conta da sua essência, a vontade deveria pender muito mais em direção ao Bem supremo. Mas como há inúmeros bens que foram criados e são finitos, a vontade pode desejar optar por eles e, desmontando a estrutura hierárquica, o ser humano escolhe criatura ao invés de Deus, escolhendo assim por bens inferiores, ao invés de optar pelos superiores. Desta forma, o mal é fruto do fato de que não existe apenas um bem, mas certamente muitos, sendo o pecado apenas decisão equivocada entre todos os bens que existem. E o mal físico é oriundo de enfermidades, aflições e morte, um significado pontual para quem raciocina a partir da fé: sendo este mal um resultado do pecado original, isto é, ele é fruto do mal moral. A degradação do corpo que termina por ser um fardo à alma não é em si uma causa, mas as consequências do primeiro pecado praticado (OLIVEIRA, 2019, p. 16-17).

Para essa pesquisa foi considerado principalmente o livro I da obra *O livre-arbítrio* de Santo Agostinho e textos secundários, como as *Confissões*, visto que este livro também trabalha o problema do mal e narra a sua entrada e saída do maniqueísmo. As *Confissões* expõem a sua entrada e saída do maniqueísmo de forma detalhada, é por conta disso que a presença da obra é fundamental nesta dissertação. Além disso, para este trabalho, obras relacionadas ao assunto foram usadas, como por exemplo o livro: *Introdução ao estudo de Santo Agostinho* de Étienne Gilson; A enciclopédia *Agostinho através dos tempos de Fitzgerald*; os livros *10 lições sobre Santo Agostinho* e *O problema do mal na polêmica antimaniqueia de Santo Agostinho*, de Marcos Roberto Nunes Costa, entre outros.

Santo Agostinho, na obra *O livre-arbítrio*, propõe uma sequência de argumentos que são lógicos e se interligam, culminando na resposta ao problema do mal. A obra, escrita na forma de diálogos, trabalha inúmeras questões que o problema do mal levanta, propondo, por fim, respostas que demonstram como Deus não é o autor do mal e aponta quem seria o responsável.

O capítulo 1 desta dissertação aborda os contextos (histórico e redacional), bem como as características das obras *O livre-arbítrio* e *Confissões*, que serviram de base para a dissertação, propondo assim uma introdução aos livros. As três conversões de Agostinho também foram trabalhadas, mostrando como cada etapa foi fundamental para a construção do seu pensamento e a busca por respostas, sendo elas: a conversão à filosofia de Cícero, ao

---

depravação é o resultado de um mal uso da habilidade que alguém possui para agir na sociedade e com a sua vida, o livre-arbítrio, não poderia ser exercido sem esta capacidade. Deste modo, para o cristianismo, o mal moral não surge como resultado de uma desinformação de Deus ou mesmo por conta de seu desprezo pelo sofrimento e pelas pessoas, muito menos por não ter poder suficiente para deter os seres humanos que agem mal e sim, por Deus ter optado por dar aos seres humanos livre-arbítrio e com isso, a consequência lógica de agir de forma má (2016, p. 236).

Platonismo e ao Cristianismo. Sendo que é importante enfatizar que as três conversões foram etapas que no final formam uma fase apenas, que é a de se distanciar dos prazeres carnis para viver uma vida tendo como ênfase as coisas eternas, segundo enfatiza a própria filosofia platônica, tendo assim a religião cristã como norte, visto que ela assimila tais conceitos de um modo bem claro. Foi abordado também o problema do mal segundo o maniqueísmo, uma escola de pensamento que saiu do Gnosticismo, e que serviu como resposta a Santo Agostinho quando ele ainda era jovem, até perceber as contradições desta doutrina e sair em busca de uma filosofia mais próxima dos seus propósitos.

O capítulo 2 é o centro da dissertação, visto que é nele que o problema do mal é apresentado a partir da teodiceia, em forma de investigação. No texto, o hiponense trabalha a origem do mal apresentando como são reconhecidas as ações chamadas de más, como o adultério, homicídios e os sacrilégios. Santo Agostinho usa exemplos concretos para desta forma poder explicar o mal, onde por fim, no final livro I de *O livre-arbítrio*, ele apresenta uma conclusão para a origem do mal. Foi trabalhado também se o mal pode ser aprendido, enfatizando como o conhecimento é bom e aprender não pode ser visto como um mal e também se o mal está na autoria da lei. O capítulo termina discorrendo sobre as duas leis e os vícios e virtudes, concluindo com a distinção de liberdade e livre-arbítrio e a primeira definição de mal, que é rejeitar os bens eternos e se voltar apenas para os bens temporais.

O capítulo 3 aborda o papel da vontade como um bem médio e a segunda definição de mal. E por fim, vem o término da dissertação, onde são pontuadas todas as conclusões que a pesquisa trouxe para o problema do mal.

## 1. O LIVRE-ARBÍTRIO: INTRODUÇÃO À OBRA

Mesmo que ele não tenha sido o precursor da discussão deste tema, Santo Agostinho<sup>5</sup> trabalha o problema do mal de um modo tal que os filósofos posteriores são levados a remeter-se a ele<sup>6</sup>. Certamente, por mais que ele fosse descendente de uma veemente cristã, Santa Mônica, o hiponense aderiu ao cristianismo apenas na fase adulta. Por conseguinte, seguir pelo caminho que ele traçou é caminhar pelos conflitos no que concerne à solução do problema, que seria sintetizar o mal como a falta de realidade, que trabalha de modo oposto à solução dos maniqueístas, que entendiam o mal como a dualidade na realidade, como se eles repartissem o bem e o mal como duas pontas totalmente antagônicas. Consecutivamente a isso, estar caminhando no percurso de Agostinho é perscrutar as fronteiras e impasses da explicação que ele apontou para o problema, detalhe que ele deixa bem claro ao leitor em seus complexos debates em um de seus mais importantes livros sobre o assunto denominado de *O livre-arbítrio* (OLIVA, 2013, p. 16).

---

<sup>5</sup> Santo Agostinho nasceu na África, em Tagaste, na Numídia (atualmente a cidade de chama Souk Ahras, na Argélia), sendo que o hiponense morou apenas cinco anos na Itália (Roma e Milão) e na maior parte da sua vida ele esteve na África. Contudo, a África do tempo de Agostinho de Hipona diz respeito a África Setentrional que foi dominado por muito tempo pelo Império Romano. Esta região, sendo vista como o celeiro do império, se tornou um lugar muito próspero com muita riqueza e cultura, que era ajustada segundo a cultura que existia na região. Deste modo, por mais que o hiponense e os pensadores cultos do seu tempo, reconheciam como válida a cultura greco-romana clássica, de igual forma, eles também reconheciam a cultura e o saber da língua púnica, como é possível constatar em uma carta que Agostinho escreveu a Máximo de Madaura, um gramático da época (CALIXTO; AYOUB, 2023, p. 22).

<sup>6</sup> Cairns acrescenta que outra grande contribuição de Agostinho de Hipona foi a elaboração de uma explicação de história a partir de um viés cristão, sendo esta uma fundamental e definitiva contribuição deste erudito. Sendo que nem mesmo os historiadores gregos e os romanos, foram aptos em entender de forma tão ampla a história do ser humano. Agostinho celebra a força espiritual sobre o poder temporal, ao declarar a soberania divina que se tornou o autor da história no tempo. E conforme Hegel ensinou, Deus é o Senhor da história e nada o impede. Tudo o que acontece é o resultado do seu desejo e atuação. Antes de tudo, Deus já tinha um plano desenhado para toda a sua criação. Tal plano realizar-se-á no tempo, em meio aos embates das duas cidades aqui na terra sendo depois finalizada pelo poder de Deus, em um tempo que está além da história humana (2008, p.127). Sendo assim, a religião cristã proclamava algo muito mais grandioso. Não apenas que Deus se importava com a história humana, mas também que ele tinha entrado nela. Ele se fez homem em um determinado contexto e em um período determinado (CORDÓN; MARTINEZ, 2014, p. 171). Cordón e Martínez acrescentam: “Este facto histórico constitui o centro da história: toda a história – desde a criação do mundo até ao juízo final – adquire significação e sentido à luz deste facto” (2014, p. 171).

A sua apologética de doutrina católica em oposição aos maniqueus teve o seu início como um projeto, em Cassiciaco<sup>7</sup>, um tempo antes de ser batizado de fato, em Roma, algum tempo depois. Mas teve a sua continuação em Tagaste, por meio de livros que tinham o foco único ou específico de defender o seu pensamento. Após o seu ordenamento, concentrou o seu interesse, em primeiro lugar, em seus já conhecidos adversários e iniciou em oposição a eles uma abundante coleção de livros. E as primeiras obras produzidas neste tempo são: *A utilidade do crer*, escrita em oposição ao pensamento maniqueísta. Sendo que é a obra *As duas almas*<sup>8</sup> que refuta a teoria maniqueísta e explica que dentro do ser humano há duas almas que estão em constante embate (TRAPÈ, 2018, p. 235-236). Em relação aos seus livros, é possível dividi-los em três principais coleções de textos: A primeira coleção engloba os denominados Diálogos de Cassiciaco, produzidos entre 386 e 388, um tempo após ter se convertido; a segunda, temos as obras do “tempo de transição” que compreende os anos de 388 até 395; por último, existem os textos do “tempo do seu episcopado” (396-430) (MORESCHINI, 2013, p. 441). Os textos do seu período de transição são: *O livre-arbítrio*, *O mestre* e *A verdadeira religião*, sendo que os nomes dos livros apontam para a característica filosófica dos temas que o hiponense trabalhou em seus escritos (MORESCHINI, 2013, p. 448).

O tratado *O livre-arbítrio* começou a ser escrito entre o outono de 387 e o outono de 388<sup>9</sup>, no tempo de sua permanência em Roma, período em que escreveu apenas o primeiro livro. Os dois outros foram redigidos em Hipona, após a sua ordenação sacerdotal, sendo o período de 394 a 395 a data provável, visto que ele enviou uma cópia do texto concluído para Paulino

---

<sup>7</sup> Foi a partir deste projeto em Cassiciaco, onde Agostinho dialogava com os seus amigos (Conf. IX, 7), que surgiram as obras: *Contra acadêmicos*, *De beata vita*, *De ordine* e *Soliloquia* (QUINTA, 2016, p. 240).

<sup>8</sup> *As duas almas* é um texto que refuta o pensamento maniqueísta, onde segundo a obra, em cada indivíduo há duas almas incompatíveis uma com a outra, sendo que uma destas almas é fruto do princípio da luz, e a outra emana do princípio da escuridão. Sendo que é neste ponto que Agostinho de Hipona discorre sobre o dualismo psíquico nas pessoas (2019, p. 358). Com o propósito de refutar tal conceito, Agostinho explica um princípio fundamental sobre Deus: De fato, pode o ser humano conhecer o soberano mal, se ele não conhece o soberano bem? Não conheceríamos as trevas, se vivêssemos sempre nas trevas. É o conhecimento da luz que nos faz conhecer seu contrário. Ora, o soberano bem é aquilo a que nada pode ser superior. Deus é o bem e, como nada pode ser superior a Deus, segue-se, necessariamente, que Deus é o soberano bem. Tenhamos então de Deus um verdadeiro conhecimento e logo teremos descoberto o que buscamos (*De duabus anim. X*).

<sup>9</sup> Será usado neste trabalho a edição *Diálogos Sobre o livre arbítrio*, traduzida por Paula Oliveira e Silva, da Imprensa Nacional-Casa da Moeda de 2001. E a obra *Confissões*, será a versão traduzida por Maria Luiza Jardim Amarante, da editora Paulus de 1997.

de Nola (TESKE, 2019, p. 609). Agostinho em seu livro *Retratações*, confirma a informação pontuando que:

Quando ainda morávamos em Roma, quisemos investigar, discutindo, de onde vem o mal. E discutíamos de tal modo que, se pudéssemos, o que acreditávamos, submissos à autoridade divina, a razão em reflexão e com discussões conduziria também à nossa inteligência tudo o que, com a ajuda de Deus, pudéssemos conseguir, discutindo. [...]. os três livros dados à luz na mesma discussão receberam o título O livre-arbítrio. O segundo e terceiro, como me foi possível, terminei-os na África, estando já ordenado presbítero em Hipona (Retr. I, 9).

O livro faz parte de um conjunto de textos que foram incorporados no que é denominado de modo consensual de segundo período romano. Após ter sido batizado por Ambrósio, em Milão, na madrugada de 24 para 25 do mês de abril de 387, onde eles participavam da Vigília Pascal, Agostinho e a sua mãe, além de alguns amigos íntimos, iniciaram a sua viagem de regresso à África, tendo como objetivo ir para Tagaste<sup>10</sup>. Entretanto, durante a viagem, os portos romanos foram fechados por conta do ataque à cidade pelos exércitos de Máximo, com o intuito de conquistar o trono ocidental e, por conta disso, eles precisaram permanecer em Roma (SILVA, 2001, p. 13).

O tratado O livre-arbítrio, que se divide em três livros, é um diálogo cujo objetivo central é esclarecer a origem do mal. O texto se inicia com um diálogo seu com Evódio<sup>11</sup>, um amigo, sendo ele, posteriormente, Bispo de Uzala. Entretanto, o diálogo visto na obra, depois do terceiro livro, passa a ser escrito em curso contínuo (TESKE, 2019, p. 609).

Ler atentamente e de forma plena *O livre-arbítrio* leva o leitor a deduzir que, para a redação da obra, Santo Agostinho refletiu de modo acurado ao longo de sete anos a respeito da liberdade dos indivíduos e a sua conexão com o problema do mal, no que se refere a construir uma razão de mundo que restitua toda e qualquer ação das pessoas à sujeição apenas de uma

---

<sup>10</sup> Sobre a patrística latina ser de forma unânime africana, Étienne Gilson explica que: Quase todos os Padres latinos são africanos. Tertuliano de Cartago, o númida Arnóbio de Sicca, Vitorino o Africano, o berbere Santo Agostinho, enfim, toda essa gloriosa comissão de frente da patrística latina — tão bem estudada por Paul Monceaux em sua monumental História literária da África cristã — que configurou um dom esplendido da África à Igreja de Roma, enquanto esta só tinha Santo Ambrósio e São Gerônimo que a eles se pudessem comparar! (2021, p. 199).

<sup>11</sup> Sobre o interlocutor de Agostinho, Nascimento explica que: “Evódio foi um grande amigo e contemporâneo de Agostinho. Foi um militar, contudo depois se dedicou às letras. Se converteu ao cristianismo, e foi batizado quase no mesmo período de seu amigo. Esteve com o hiponense na morte de sua mãe, a Mônica. Nesta obra, ele dá um ar mais questionador e rigoroso, que faz o filósofo ser mais perfeccionista em suas argumentações durante o diálogo” (NASCIMENTO JUNIOR, 2022, p. 206).

causa, sobre a possibilidade do ser humano alcançar a felicidade plena e a sabedoria, podendo desta forma seguir por caminhos racionais, a fim de desconstruir o dualismo maniqueísta (SILVA, 2001, p. 17).

Ao que tudo indica, o problema do mal não existia apenas o âmbito filosófico. A falta de uma explicação apropriada teve influência em sua escolha religiosa quando Agostinho era jovem. Sem encontrar outras respostas para a questão a não ser as explicações dos maniqueístas, o filósofo não encontrou outro caminho senão se aproximar mais desta religião e se afastar do cristianismo, visto que o cristianismo só possui uma principal lei, que seria o conceito de infinita bondade: Deus<sup>12</sup> é o único criador de tudo o que existe (OLIVA, 2013, p. 17).

O primeiro livro<sup>13</sup> se inicia com uma pergunta de Evódio sobre Deus e o mal. E após separar o mal que o ser humano padece daquele mal que é fruto do pecado<sup>14</sup>, a obra inicia um grande esforço para explicar a origem do mal, em primeiro lugar, através de diversos exemplos, e depois indica como sendo fruto da vontade má. A questão sobre o homicídio, abordada no livro, conduz o texto para um debate sobre a lei civil e a lei eterna, conforme está no final do livro I, onde Agostinho expõe ao seu interlocutor como o pecado é rejeitar as realidades eternas e voltar-se para as coisas que são temporais (TESKE, 2019, p. 609).

O propósito último da obra *O livre-arbítrio* se mostra de forma clara, ao entendermos o cerne da sua mensagem. De acordo com as referências cristãs, o Deus soberano e Sumo Bem criou tudo por meio da sua palavra e nada do que existe escapa ao poder de sua providência. Tudo o que ele criou é bom. Ninguém consegue acusar a Deus de pecador, muito menos deixar de fora a sua determinação divina. Antes de mais nada, a fim de explicar a causa do pecado, é fundamental entender o fundamento de sua origem. Ou seja, realizar o mal nada mais é do que subordinar a vontade aos desejos desordenados, ou optar pelos prazeres pessoais ao invés dos

---

<sup>12</sup> Jacqueline Russ define Deus como: Deus: único ser verdadeiro e imutável, absoluto, trazendo à alma o descanso e a satisfação real. Deus está dentro de nós (2015, p. 80).

<sup>13</sup> São nos livros I e II, que Agostinho investiga a questão da vontade e a decisão livre, partindo do questionamento sobre a origem do mal, sendo que este assunto, o hiponense trabalha desde as obras *De ordine* (386) até o livro *Confissões* (396-398). Sendo assim, é do primeiro livro que a conclusão que o mal é fruto da vontade livre (PICH, 2019, p. 28).

<sup>14</sup> Discorrer sobre o pecado é tratar sobre o distanciamento que o ser humano tem de Deus, é falar das coisas que são por si só, oposto a Deus (LAURENT, 2023, p. 89).

bens que a fé<sup>15</sup> oferece. Sendo que tais ações só são possíveis mediante a opção livre da vontade, sendo que este é o âmago do primeiro livro do *O livre-arbítrio* (OLIVEIRA, 2019, p. 14).

Já o segundo livro é o cerne de toda a obra, visto que, usando uma metodologia progressiva, o hiponense prova que Deus existe, sendo ele o criador de tudo o que é bom. Sendo que a livre vontade, ainda que debilitada, não consegue rejeitar um lugar de honra entre todos os bens criados. (OLIVEIRA, 2019, p. 14). Agostinho complementa a verdade sobre Deus, afirmando que:

Ora, [Evódio], tu admitiste que se eu demonstrasse a existência de uma realidade superior à nossa mente, reconhecerias ser Deus essa realidade. Mas só no caso de nada existir acima dessa realidade. E ao aceitar essa concessão, disse eu, que me bastaria, com efeito, fazer tal demonstração. Pois se houvesse alguma realidade mais excelente, essa precisamente seria Deus (De lib. arb., II, XV, 39).

Neste livro, Santo Agostinho faz o que inúmeros autores contemporâneos denominam de teodiceia. O interlocutor da obra, Evódio, questiona Agostinho buscando saber o motivo pelo qual Deus deu ao ser humano o livre-arbítrio, sendo que o mal é feito justamente por causa desta capacidade. Em resposta, o santo levanta algumas questões pontuando como Deus é bom, que tudo o que é bom vem de Deus e enfatiza como, por fim, o livre-arbítrio é um bem. A obra termina definindo o pecado como uma ação da vontade humana (TESKE, p. 609).

O terceiro livro esclarece algumas questões como aquela da presciência e da liberdade, bem como da hierarquia dos seres, jogando luz nos assuntos abordados nos livros I e II. Ele trabalha também a questão da providência divina que opera entre as criaturas livres, conforme pontua Oliveira (OLIVEIRA, 2019, p. 14). Santo Agostinho complementa a questão da providência divina:

Se, pois, reprovar os vícios é proclamar a beleza e a dignidade das naturezas, mesmo atingidas de vícios, quanto mais deve Deus ser louvado como Criador de todas as naturezas, até por motivo dos vícios dessas naturezas. A razão é que dele elas recebem essa natureza que possuem e não se tornam viciadas senão na medida que se afastam daquela “arte divina”, conforme a qual foram produzidas (De lib. arb., III, III, 8).

---

<sup>15</sup> E a fé pode ser entendida como: Fé: adesão da alma que nos faz apreender os princípios primeiros e nos prodigaliza a posse da verdade (a fé, mesmo precedendo a inteligência, não é suscetível de arruinar a razão) (RUSS, 2015, p. 80).

Sendo assim, é fundamental que o ser humano louve a Deus por conceber a livre vontade, mesmo que ela seja pecadora, sendo esta vontade um componente da regra universal (OLIVEIRA, 2019, p. 14).

De modo enfático, a obra discorre sobre a dinâmica pela qual a vontade humana se distancia de Deus e questiona como isso acontece, visto que o ser humano peca, contudo, Deus sabe, de forma antecipada, o que ele fará. Agostinho declara que a presciência divina sobre as ações humanas garante a liberdade ao invés de ser uma forma de atacá-la (TESKE, p. 609).

Estabelecer a perversão e o mal no livre-arbítrio do desejo não quer dizer que o motivo para a corrupção é oriundo de algo externo à vontade como germe, e sim indicar, buscando descobrir o motivo no âmago da própria vontade do querer humano. A origem do mal é a vontade de se afastar do amor divino e se voltar para as paixões efêmeras (OLIVA, 2013, p. 36-37)

Todavia, o problema do mal não foi discutido apenas na obra *O livre-arbítrio*, sendo ela uma obra antimaniqueísta<sup>16</sup>, mas no clássico livro *Confissões*, escrito entre 397 a 400, o hiponense também aborda o assunto e propõe profundas reflexões e importantes respostas para o problema do mal. O livro não é apenas uma obra autobiográfica, mas também filosófica, na qual ele discorre sobre importantes assuntos, narra suas dificuldades e experiências pessoais, além das suas buscas por respostas e explicações filosóficas.

Em *Confissões*, ele conta sobre a sua entrada no maniqueísmo, como resposta ao problema do mal, a sua saída, após algumas decepções com o Bispo maniqueísta Fausto e o seu encontro com o Bispo Ambrósio. Foi este Bispo que influenciou Agostinho em sua conversão ao cristianismo, no tempo em que ele ia aos domingos ouvir os seus sermões:

Todos os domingos ia escutá-lo quando ele “apresentava, com retidão, a palavra da verdade” ao povo. E eu me convencia cada vez mais de que podia ser desfeito o nó das astuciosas calúnias, com que os meus sedutores envolviam os livros sagrados (Conf. VI, III, 4).

O livro *Confissões*, ao lado das obras *A trindade* e *Cidade de Deus*, figura como um dos três principais livros de Agostinho. Ele é uma obra-prima da literatura, filosofia e teologia<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> O livre-arbítrio é uma obra antimaniqueísta, que investiga a liberdade humana e o problema do mal, propondo explicações e refutações a visão maniqueísta do mal e o pecado humano.

<sup>17</sup> Pedro Calixto e Cristiane Ayoub explicam que outros autores já se dedicavam às mútuas contribuições entre filosofia, direito e cristianismo, como Clemente de Alexandria, Ambrósio de Milão, Gregório de Nisa. Entretanto, a influência destes é muito tímida se comparada com a de Agostinho na História da Filosofia. Basta consultar os

Sendo ele um dos textos mais estudados durante o século XX, e também uma grande fonte de inspiração e relevância para historiadores, filósofos, filólogos, teólogos e psicólogos. É por meio deste livro que é possível ter contato com as histórias da juventude do hiponense e de outros pensadores daquele tempo (FLETEREN, 2019, p. 259).

Sobre o título do livro, de maneira geral, os textos da Antiguidade vieram até nós com nomes que nunca estiveram realmente ligados aos autores. Tais livros foram nomeados ou por conta de alguma referência pontual a que ele estava ligado, ou por causa de um escriba solícito que porventura o tenha usado em algum momento suas cópias de textos, sendo este o motivo pelo qual ele deve ter atravessado o tempo. Entretanto, no contexto da obra *Confissões*, é possível estar bem certo quanto ao título dado pelo autor. É um fato, em sua obra *Retratações*, o nome que o Santo Agostinho dá a tal livro (CONYBEARE, 2020, p. 25). Agostinho pontua que: “Os treze livros das minhas *Confissões* louvam a Deus justo e bom tanto por minhas boas obras como pelas más, e despertam para ele a inteligência e o afeto humanos (Retr. II, 6).

A razão para a composição do texto é constantemente debatida. Como proposta primária, descrever a sua saída do maniqueísmo e conversão ao cristianismo por conta das queixas donatistas que mostra como Agostinho tinha se conservado um criptomaniqueu, sendo esta uma falsa acusação proferida por Juliano de Eclano, um pelagiano, retomada trinta anos após este episódio, e muitos críticos no século XX ainda retomam a discussão. Outra explicação seria que Santo Agostinho buscou abordar sobre o início do monaquismo na África. Paulino de Nola havia solicitado ao amigo de Agostinho, Alípio, um relato breve sobre o despontar do monaquismo naquele país (FLETEREN, 2019, p. 259-260).

Na obra em questão, do período no qual ele se concentrou em desconstruir as doutrinas maniqueístas, o hiponense revela todas as suas incertezas que até então castigaram a sua mente. Certamente, adotou, através da fé e com a ajuda de explicações de Nebrídio, um grupo de ideias construídas pela religião cristã. (SILVA, 2001, p. 21). Agostinho complementa pontuando que:

Bastava-me, Senhor, usar contra aqueles maniqueus, ao mesmo tempo enganados e enganadores, faladores e mudos – pois de sua boca não saía a tua palavra – bastava-me, repito, usar a objeção que Nebrídio costumava fazer desde quando estávamos em Cartago, e que atingia a todos os que a ouviam! (Conf. VII, II, 3).

Agostinho explica que ele se empenhava em entender o sentido do que escutava a respeito da livre determinação da vontade, como motivação para o mal que o ser humano comete, e a perfeita justiça de Deus como razão das pessoas padecerem do mal. Contudo, ele não conseguia perceber de forma clara esta questão. Santo Agostinho estava certo que, no instante que ele decidia desejar ou não algo, era ele e não outra pessoa que tinha o desejo, e percebia de forma cada vez mais clara que era neste ponto que estava a origem do seu pecado<sup>18</sup> (Conf. VII, 3, 5).

As implicações sobre o mal ficam totalmente evidentes no livro VII das *Confissões*, onde Agostinho de Hipona narra o caminho intelectual, moral e existencial que ele percorreu, além de descrever como todos os períodos nos quais ele se encontrava, seja o materialista, platônico ou cristão, influenciava na sua visão quanto ao mal. Sendo assim, é possível entender o livro VII, desta obra como o exato período de sua conversão intelectual, estando assim em conformidade com a opinião de inúmeros comentadores, mas da mesma forma, aparentemente, o texto trata de uma análise quanto ao embate da afirmação que existe um Deus bom, que a tudo provê e que também cria, concomitantemente com a afirmação que o mal existe no mundo (GRACIOSO, 2006, p. 18). Gracioso complementa a ordem de argumentos do livro *Confissões*: “Assim, o bispo de Hipona inicia apresentando o problema num ângulo materialista, passa a expor, num segundo momento, em outros termos a relação entre Deus e o mal [...], para, por fim, tomar como referencial o cristianismo [...]” (2006, p. 19).

Assim sendo, o livro VII das *Confissões*, investiga a relação entre Deus e o problema do mal, partindo da explanação de alguns conceitos filosóficos, buscando indicar a incapacidade de cada doutrina e tendo como tática a sua narrativa intelectual e moral. Com isso, é possível estruturar o livro VII em três grandes períodos: (1) No primeiro ele aborda a sua época materialista e todos as suas conjecturas lógicas, morais e metafísicas, assim como também as consequências hipotéticas destas teorias filosóficas; (2) em um segundo estágio, ele apresenta a sua proximidade com o platonismo bem como todos os conceitos e reflexões desta doutrina; (3) em último lugar, em uma terceira etapa, Agostinho relata o seu contato com o cristianismo

---

<sup>18</sup> Tendo sido criado a partir do nada, os seres humanos racionais, não apenas são mutáveis, como também falíveis e ao errar cometendo pecados, inclinam-se ao nada. Na obra *Contra o maniqueu Secundino*, fica muito claro esta correlação (BERMON, 2023, p. 66). Santo Agostinho explica: Decair não é já o nada, mas tender ao nada. Com efeito, quando as coisas que são mais tendem (declinant) em direção às coisas que são menos, não são as coisas em direção às quais elas tendem, mas as coisas que tendem (a elas) que debilitam e que começam a ser menos do que eram, certamente não de maneira que elas se tornam as coisas em direção às quais elas tenderam, mas de maneira que se tornem menos quanto ao gênero que é seu (BERMON, 2023, p. 76).

e, da mesma forma que fez com as doutrinas anteriores, avalia todos os fundamentos e conclusões (GRACIOSO, 2006, p. 19-20).

## 1. 1 As conversões de Agostinho

Em *Confissões*, o hiponense narra em primeira pessoa a história da sua conversão, sendo esta uma característica do teor moderno do texto, que é possível dividir em três etapas. A primeira é sobre a sua conversão<sup>19</sup> à filosofia de Cícero<sup>20</sup> (Conf. III), conforme aquele tempo entendia o conceito de filosofia (GRONDIN, 2012, p. 75). Agostinho pontua este fato quando narra em *Confissões* que: “Seguindo o programa normal do curso, chegou-me às mãos o livro de tal Cícero, cuja linguagem – mas não o coração – é quase unanimemente admirada. O livro é uma exortação à filosofia e chama-se Hortênsio” (Conf. III, 7).

Converter-se a uma vida assim é afirmar que uma pessoa precisa aprender a se afastar de interesses inúteis e de notoriedades passageiras, para então se voltar em direção à sabedoria (*sophia*) espiritual e duradoura. O próprio cerne do significado de filosofia<sup>21</sup>, ou seja, o amor à

---

<sup>19</sup> O sentido da palavra conversão segundo o dicionário seria: “Mudar (moralmente) para melhor” (Priberam, 2008-2023).

<sup>20</sup> Sobre Santo Agostinho ter adotado a filosofia de Cícero, Frangiotti explica que: Cícero tornara-se o grande divulgador, em língua latina, das filosofias gregas, particularmente do estoicismo e do epicurismo, fundindo-os num ecletismo. Na sua obra *De finibus bonorum et malorum* e certamente também no *Hortensius*, Cícero tratou frequentemente desse tema. Agostinho adota, sem hesitação, essas ideias ao expor a atitude do sábio diante dos bens materiais, e ao fazer consistir a felicidade na razão. Mais tarde, nas *Retractationes*, lamentará ter escrito que a felicidade reside unicamente na alma do sábio, seja qual for o estado de seu corpo. Para os estoicos, especialmente, o sábio era o homem perfeito e o mais equilibrado da humanidade. Corrigindo-se, Agostinho dirá que não existe senão uma vida que mereça ser chamada feliz: a vida futura. Nesse período, participava ainda da mentalidade dos filósofos da Antiguidade. Suas primeiras obras ressoam os ecos dessa filosofia, que, pouco a pouco, sublinhará e enriquecerá com os valores cristãos. Recém-convertido, não havia ainda aprofundado nas Escrituras e pouco ou nada sabia da literatura exegética, apologética, dogmática e histórica dos Padres que o precederam. Ainda em *Retractationes* 3, expressando certo arrependimento do que escrevera nesse período, declara: “...estão elas (as obras deste período) cheias dos hábitos literários do século. Tais livros podem ser lidos com utilidade, se forem perdoadas algumas faltas. Desse modo, todos os que lerem tais escritos não me imitem nos erros, e sim nos progressos que vim a fazer, em vista de melhorar” (2014, p. 70).

<sup>21</sup> Na filosofia antiga, nos mais diversos períodos, principalmente em Sócrates, na filosofia estoica e no período helenístico por meio da filosofia de Filon ou mesmo de Plotino, nos deparamos com concepções e ideias que, de um certo modo, eram parecidas com a teologia cristã, sendo que tais pensamentos colaboravam com a sua reflexão. No entanto, para conseguirmos ter um pensamento justo sobre o desenvolvimento da hermenêutica de suas doutrinas, que avançam por toda a Idade Média entre a teologia cristã e a filosofia antiga, no que se refere a seu valor e embates é preciso, inicialmente, de modo resumido, ter em mente, em seu cerne, as discrepâncias fundamentais entre ambos os modos de pensar. Sendo que tais dissemelhanças são oriundas da concepção de Deus, a conexão entre o ser humano e Deus, as pessoas e os seus semelhantes, o ser humano e o mundo, em suma, no

sabedoria, envolve uma espécie de conversão (convertere: reviravolta ou modificação imediata e plena em prol de alguma coisa) (GRONDIN, 2012, p. 75-76). Evans explica a conversão de Agostinho à filosofia de Cícero:

Nas *Confissões* (III, IV, 8), fala da “conversão” pela qual passou quando, no curso normal do estudo em Cartago, veio a ler o Hortênsio de Cícero. O livro mostrou-lhe a altura, acima de seus atuais interesses mesquinhos, a que podia ascender assumindo a filosofia (1995, p. 27).

Foi por meio desta obra que Agostinho percebeu que só era válido ir em busca da sabedoria e, de modo sincero, alimentou a vontade de conseguir alcançá-la. A primeira impressão, que encheu a sua vida de amor pelo saber, haveria de manter sua busca firme em meio às inúmeras decepções (EVANS, 1995, p. 27). Sobre Cícero, um filósofo eclético, Dario Antiseri e Giovanni Reale explicam que: “Os mais ecléticos dos filósofos foram aqueles que tiveram contatos mais intensos com os romanos, e o mais eclético de todos foi Cícero [...]” (2020, p. 257).

Marco Túlio Cícero (106-146) foi um proeminente leitor dos filósofos gregos, sendo também um orador renomado, além de escritor e estadista. Entre sua vasta obra, é possível destacar os livros: *As acadêmicas*; *Do bem e mal supremo*; *Do dever*; *Da natureza dos deuses*. Nestes textos, escritos com uma linguagem rebuscada e muito rica que transporta os textos latinos para um outro patamar, o autor oferece suas perspectivas filosóficas a um grupo mais abrangente e instruído, onde através de um ceticismo aprimorado, Cícero trabalha a filosofia de várias escolas, mas a princípio ele começa com o estoicismo (STÖRING, 2022, p. 168).

Foi durante o curso de retórica em 373, por conta do programa do curso, que Santo Agostinho teve contato com a obra *Hortênsio*, de Cícero, um texto que hoje está perdido. Na obra, havia exortações quanto à sabedoria e ao conhecimento da filosofia. Este livro o ajudou a formular questões filosóficas que se tornaram indispensáveis na sua trajetória intelectual, muito bem demarcadas nas *Confissões*. (BOEHNER et al, 2021, p. 143). Mariones explica que: “Este livro inflamou sua alma com tal ardor e desejo pela filosofia que ele imediatamente pensou a ela se dedicar (2022, p. 60).

---

desejo por um Deus exclusivo que o cristianismo impôs, onde no qual, desde o seu início foi proposto (STÖRING, 2022, p. 178).

A segunda conversão foi ao platonismo (Conf. VII). Ele relata em sua obra *Confissões*, como teve contato com algumas obras platônicas, sendo que ele não dá o nome dos autores, contudo, é provável que seja Plotino<sup>22</sup> e Porfírio, que o ajudaram a seguir a religião cristã. Agostinho explica que há uma passagem na obra de um destes filósofos que são semelhantes a uma passagem que está no quarto evangelho, enfatizando justamente como há uma concordância entre a doutrina cristã e a filosofia em voga em seu tempo, sendo ela o platonismo (GRONDIN, 2012, p. 76). Santo Agostinho esclarece que:

Tu me proporcionaste, através de um homem inflado de orgulho imenso, alguns livros dos platônicos traduzidos do grego para o latim, onde encontrei escrito, se não com as mesmas palavras, certamente com o mesmo significado e com muitas provas convincentes, o seguinte: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. No princípio, ele estava com Deus. Tudo foi feito por meio dele, e sem ele nada foi feito” (Conf. VII, 13).

A forma de raciocinar de Santo Agostinho foi totalmente transformada pela filosofia de Plotino, por meio das suas novas categorias que o ajudaram a se desligar da sua visão materialista da vida e da explicação maniqueísta do mal no mundo, dando-lhe uma luz nova no assunto (ANTISERI; REALE, 2020, p. 450). Trapè complementa sobre os filósofos neoplatônicos:

Os filósofos neoplatônicos que Agostinho mais seguidamente recorda são, não há dúvida, Plotino e Porfírio. Considera Plotino um Platão redivivo, conhece o destino da sua escola, cita seus escritos, especialmente no *De civitate dei*; até em seu leito de morte, diante das devastações dos vândalos, consola-se com suas palavras (TRAPÈ, 2018, p. 145).

Possídio, o biógrafo, aluno e amigo próximo do hiponense, em sua obra *Vida de Santo Agostinho*, afirma justamente que ele se refugiava nos textos de Plotino. Em meio aos ataques e destruições dos Vândalos, seus textos serviam de consolo (2022, p. 76).

---

<sup>22</sup> Plotino (205-270) nasceu no Egito, indo morar depois em Roma, após um grande período de estudos e viagens, fundando nesta cidade uma escola, a qual liderou até o dia do seu falecimento. Foi um protegido do Imperador Galieno e sua concubina, tendo um certo prestígio que beirava a veneração, no local onde morava. De espírito humilde, era alguém manso e dedicado à busca de Deus. Seu principal plano era criar na Itália uma cidade de filósofos, colocando neste lugar a concepção de estado ideal, segundo Platão, mas o plano não foi colocado em prática. Seus escritos foram publicados por Porfírio, um importante discípulo seu, sendo 54 textos, dispostos em seis blocos de nove, denominados de Enéadas (STÖRING, 2022, p. 170).

Por fim, Agostinho se converte ao cristianismo (Conf. VIII). Este fato acontece em um momento determinado de sua vida, onde o seu estilo de vida naquele momento não permitia que ele aderisse de forma completa ao cristianismo. Logo, ele escuta uma voz em um jardim em Milão que o leva a ler um texto bíblico. Assim, ele abre a Bíblia na Epístola de Paulo aos Romanos e suas vistas se concentram na passagem que diz: “Estejam revestidos de Jesus Cristo, e busquem não se inquietar em agradar às vontades carnis”. Tal passagem serviu como um sinal de Deus para a sua mudança de vida (GRONDIN, 2012, p. 77). Agostinho novamente complementa: “Assim falava e chorava, oprimido pela mais amarga dor do coração. Eis que, de repente, ouço uma voz vinda da casa vizinha. Parecia um menino ou menina repetindo continuamente uma canção: ‘Toma e lê, toma e lê’” (Conf. VIII, 29).

Fica evidente a discrepância do Agostinho que havia conhecido *Hortênsio* e os textos neoplatônicos, daquele que estava lendo e estudando a Bíblia<sup>23</sup>, posto que foi em Cristo que ele conseguiu auxílio divino para assim conseguir sabedoria. A principal característica do pensamento agostiniano é fruto justamente disso. É uma forma de pensar que mistura razão e fé. Para ele, a genuína filosofia é um misto de teologia cristã e filosofia (MARIONES, 2022, p. 62).

É possível constatar, como nos ensina Hadot, que o cristianismo é bem semelhante ao platonismo, visto que ele se ocupa em ensinar as pessoas a se separarem do mundo sensível

---

<sup>23</sup> Ao lermos a Bíblia (um texto que é sempre importante consultar), o mal aparece sobretudo como um evento que não foi possível prever. Uma espécie de surpresa. É possível que este ponto se configure como aqueles pontos pontuados de forma superficial ao abordarmos o tema. Mas certamente, para conseguirmos nos aprofundar na questão, é necessário, de imediato, guardar nossos conceitos de teólogos e filósofos sobre o mal. Para o texto bíblico de Gênesis, buscando continuar no texto e, à vista disso, usando um ponto de partida hermenêutico, o mal se apresenta como algo não previsto. Em tal narrativa bíblica sobre a criação, constatamos primeiramente como o mal não foi criado, assim como o texto não discorre sobre ele: sendo assim, o mal não é parte do propósito da criação. E desta forma, concluímos que o mal é destituído de sentido. Para a teologia da criação, ele termina por ser a definição do absoluto irracional. Seguramente, no propósito primeiro da criação, o mal não tem espaço algum, ele não se encaixa em parte alguma na questão. Em tais narrativas bíblicas, o primeiro aparecimento do mal não pode ser prescrito a partir do ser humano. O mal — continuamente retratado pela ilustração da misteriosa da serpente que aparece no cenário de repente, sem sabermos o seu local de origem para dentro de uma história que não a esperavam — e assim, surpreende o ser humano, tal como um adversário (GESCHÉ, 2003, p. 43-44). Quais seriam os pontos perceptíveis desta narrativa? Que o mal, nesse estágio inicial e ousado, não tem a sua origem na culpa (a não ser a da serpente), nem ao menos, por ora, ele advenha da responsabilidade, mas de uma espécie de imprevisto. O mal, se é que podemos deste modo apresentar, não se remete nem a Deus e muito menos ao ser humano, mas a serpente, o demônio ou o enigma. Ele é colocado ou entendido não como derivado da responsabilidade, e sim de um acidente e de uma fatalidade (GESCHÉ, 2003, p. 45). Entretanto o mal é uma realidade. E não o aceitar é se enganar e iludir outras pessoas (2003, p. 95). Gesché resume este ponto afirmando que: “Não nomeá-lo, não desmascará-lo, é fechar os olhos e se preparar para as piores catástrofes que todas as “políticas avestruz” engendram. Há, na visão judaico-cristã, uma lição de verdade pura e simples — e que ela mesma já é uma salvação [...]” (GESCHÉ, 2003, p. 95).

para desta forma conseguir ver a Deus e todas as verdades espirituais. Contudo, foi apenas o cristianismo que conseguiu popularizar este estilo de vida, levando a sua mensagem as massas populares (HADOT, 2014, p. 353).

Estas três conversões formam apenas uma: a conversão à filosofia bem entendida já se constitui em se distanciar dos prazeres carnis e se dedicar apenas ao que é eterno, aqueles pontos exaltados pela filosofia platônica, mas é a religião cristã que incorpora de forma plena esta mensagem (GRONDIN, 2012, p. 77).

Sendo assim, o livro VII das *Confissões* propõe uma visão ampla e profunda do problema do mal, trabalhando questões teológicas e filosóficas. O autor oferece uma análise complexa e articulada que continua a desafiar filósofos contemporâneos em suas buscas por compreender a existência do mal em um universo ordenado por um Deus bom e poderoso.

## 1. 2 Santo Agostinho e o maniqueísmo

Antes de nos aprofundarmos na discussão, é fundamental entendermos que um dos temas principais da teologia cristã é justamente acreditar que é possível ver a bondade divina em toda a criação e em todo o universo, já que todas as coisas são ordenadas e possuem um propósito. É este ponto que torna o assunto relevante, além de ter sido um dos temas que intrigou Agostinho. Se Deus ordenou tudo, o mal seria de sua autoria? Esta é uma pergunta importante que Agostinho procurou responder, além de ser o tema que abre a obra *O livre-arbítrio* (ROCHA; XAVIER, 2019, p. 28).

Compreende-se que uma das preocupações do hiponense é defender a criação (universo) do ensinamento dos maniqueístas<sup>24</sup>, conjecturando que, por mais que Deus seja o criador de

---

<sup>24</sup> O Gnosticismo foi uma das grandes heresias cristãs do primeiro século do cristianismo, sendo que o Maniqueísmo surgiu de uma mistura entre o Gnosticismo, cristianismo e filosofias orientais, tendo desta forma, muitos pontos semelhantes em suas doutrinas.

O Gnosticismo é considerado como a primeira grande heresia cristã, uma das maiores ameaças filosóficas, sendo que ele chegou ao seu apogeu no ano de 150, apesar de ter tido o seu início nos tempos do Novo Testamento, Paulo menciona o gnosticismo em sua Epístola aos Colossenses. Sendo que é atribuído a Simão Mago, segundo a tradição cristã, a origem deste sistema de pensamento (CAIRNS, 2012, p. 83).

Alguns Pais da Igreja, tratam o gnosticismo como uma heresia cristã que mistura a doutrina apostólica, com elementos da filosofia, astrologia ou das religiões de mistério que existiam na Grécia. Alguns autores entendem que este sistema de pensamento é oriundo da extremada helenização do cristianismo (KELLY, 2009, p. 16).

Não existia um sistema filosófico organizado no gnosticismo, muitos pontos desta linha de pensamento diferiam bastante entre os adeptos, contudo, eles acreditavam possuir uma sabedoria elevada, que estava acima dos líderes da igreja do século II (OLSON, 2014, p. 30). Sobre esta sabedoria, Marlon Ronald Fluck complementa: “Quando

todas as coisas, Ele não deveria ser o autor do mal no mundo. O propósito de Santo Agostinho é argumentar que não é possível encontrar o mal no universo, ou mesmo que o mal não possui uma existência ontológica, conforme afirmavam os maniqueístas. É a partir destas premissas que é possível discorrer sobre o mal e buscar a sua causa, sendo ela: o livre arbítrio da vontade humana (ROCHA; XAVIER, 2019, p. 28).

Por conseguinte, nada existe que não esteja em uma lei universal e que não tenha a sua origem em Deus. Esta conclusão exclui tanto o acaso da existência quanto qualquer outra origem para as coisas, além de Deus. Contudo, uma questão surge, vinda de Trígênio, o interlocutor de Agostinho na obra *De genesi contra manichaeos*: se todas as coisas estão ordenadas, o mal também está (De gen. contra. man. I, VI, 16) (ROCHA; XAVIER, 2019, p.25 29).

É possível perceber como a questão está atrelada muito mais ao senso comum de quem se preocupa com os problemas que permeiam a vida das pessoas, ou seja, de questões levantadas através das experiências humanas (ROCHA; XAVIER, 2019, p. 29). Xavier e Rocha (2019, p. 29) complementam: “Há nesta problemática um paradoxo, pois, por um lado, o mal, ou melhor, os efeitos do mal, existem, cercam e amedrontam a humanidade e, por isso mesmo, devem estar dentro da ordem do universo, uma vez que nada se encontra fora dele”.

O ser humano ama apenas o que é bom, seja a criação, as belas montanhas e florestas, uma moradia aconchegante para os animais e uma alimentação saborosa, um amigo querido entre tantas coisas boas que apreciamos. Sendo que Deus é o Sumo Bem<sup>25</sup>, não por causa de algum bem e sim, por ser o Bem acima de todos os bens (De Trin, 8, 4). Agostinho complementa: “Portanto, a Deus se há de amar, não como se ama a este ou aquele bem, mas como se ama o próprio Bem. É esse o bem da alma que se há de procurar” (De Trin, VIII, III, 4).

---

o conhecimento é despertado, possibilita-se a elevação da alma até que a mesma chegue à sua plenitude (“pleroma”, em grego), onde se dão as emanções do Deus bondoso, o mundo da luz” (2012, 37). A palavra “gnosticismo” tem origem do termo grego “gnosis”, que significa “conhecimento”. De acordo com os adeptos, suas normas consistiam em um saber especial, separado apenas para aqueles que possuíam o verdadeiro entendimento. Ademais, uma parte de tal doutrina compunha-se em uma chave no qual alguém consegue alcançar a salvação (GONZALEZ, 2011, p. 96).

<sup>25</sup> Enquanto que com o seu coração, Deus é visto a partir do coração humano e com o intelecto como a verdade. E a sua ideia de verdade engloba a completude. É somente Deus e sua inteireza, perfeição e imutabilidade, que pode ser resumido como um ser que realmente é, já que ele é um ser completo (MARIONES, 2022, p. 85).

Em princípio, Agostinho de Hipona se decepcionou com a sua primeira leitura da Bíblia, antes da sua conversão ao cristianismo. A própria tradução do texto, e também o conteúdo, não o deixou satisfeito. Nas passagens bíblicas que narram embates humanos e guerras, Agostinho não encontrou conteúdo ao nível da filosofia e da sua busca pela verdade. Todavia, ele não queria seguir afastado de Deus, com isso, seguiu em busca de uma religião proporcional à sua ânsia pela verdade. Foi quando conheceu o maniqueísmo. Uma religião na qual os adeptos se intitulavam cristãos, contudo, possuíam uma visão totalmente racional (BENTO XVI, 2012, p. 197-198). Agostinho comenta a sua primeira aproximação com o texto bíblico quando diz que:

Resolvi por isso dedicar-me ao estudo das Sagradas Escrituras, para conhecê-las. E encontrei um livro que não se abre aos soberbos e, que também não se revela às crianças; humilde no começo, mas que nos leva aos píncaros e está envolto em mistério, à medida que se vai à frente. Eu era incapaz de nele penetrar ou de baixar a cabeça à sua entrada. O que senti nessa época, diante das escrituras, foi bem diferente do que agora afirmo. Tive a impressão de uma obra indigna de ser comparada à majestade de Cícero. Meu orgulho não podia suportar aquela simplicidade de estilo. Por outro lado, a agudeza da minha inteligência não conseguia penetrar-lhe o íntimo (Conf. III, V, 9).

Foi assim que Agostinho caiu nas mãos do maniqueísmo, sendo eles, segundo o hiponense, alucinados por suas arrogâncias, e também pessoas totalmente carnais e eloquentes. Os seus discursos eram armadilhas do mal, onde eles misturavam o nome de Cristo com o do Espírito Santo (Conf. III, 6, 10).

Agostinho foi por nove anos ouvinte entre eles, sendo que a seita, em um primeiro momento, oferecia respostas aos questionamentos que o atormentavam, dando uma solução para responder o que motivava alguém a praticar o mal. Um maniqueu acreditava que não era livre e apesar de ter uma parte boa em si, que era a sua alma, um indivíduo praticava o mal por ser forçado, por uma força da escuridão, a agir mal. Por isso eles acreditavam que o ser humano pecava contra a sua vontade. Em seu pensamento dualista, um maniqueísta acreditava que o mal não poderia vir de um Deus bom, mas de uma entidade do reino da escuridão. Distinguir os dois reinos, o da luz e o da escuridão, era o primeiro passo para alguém conseguir fugir do mal, segundo os maniqueístas (BROWN, 2020, p. 57-58).

É bem evidente o que fascinou Agostinho no maniqueísmo. A religião apelou para a sua vaidade intelectual. Sendo uma crença rígida, possuindo inclusive uma aura de mistério, apresentaram a ele um argumento que mostrava o quão diferente ela era das outras pessoas; além de também propor a ele uma via que levava até a deus por meio da prática racional, uma

estrada que não dependia de conceder poder a qualquer pessoa que fosse; deram um motivo para ele pensar que já havia encontrado suas respostas por meio de sua reflexão e sabedoria (EVANS, 1995, p. 30).

Oriundo da Pérsia, o maniqueísmo havia chegado ao Império Romano no terceiro século. Sua principal doutrina partia da extrema dualidade entre o bem e o mal, ou a luz e as trevas. Os maniqueístas ensinavam que havia uma grande guerra cósmica e nesta guerra o bem vence o mal, com isso, o mundo era um misto destas duas forças, e Adão e Eva, eram frutos de uma relação maligna. Por isso, os seres humanos eram vistos como um fruto das forças diabólicas, sendo que eles são originalmente maléficos. Ademais, dentro da constituição física de todos os indivíduos degenerados, existem partículas da luz que estão aprisionadas, sendo que apenas os sacerdotes, vistos como eleitos, tinham a capacidade de libertar esta luz (BRYAN, 2015, p. 212).

Segundo Mani, existem dois princípios totalmente antagônicos, contudo, os dois são equitativamente eternos e coeternos<sup>26</sup>, ou seja, eles existiram sempre; tal definição também expressa o conceito das duas naturezas, ou elementos, os quais constituem tanto o bem quanto o mal, sendo este, particularmente, o princípio doutrinário destas duas heresias cristãs (SPANNEUT, 2013, p. 213). Agostinho, em sua obra: *De duabus animabus contra manichaeos*, explica que:

Vejamos, de fato. Eles dividem as almas em duas classes. Uma boa e criada assim por Deus, toda espiritual e tirada do nada. Eles a veem mesmo como uma parte da substância divina emanada do próprio Deus. A outra é essencialmente má, não pertence a Deus e não se aproxima dele de nenhuma maneira. Desta forma, como Deus é o soberano bem, essas almas são, por isso mesmo, o soberano mal. Estas duas classes de almas, outrora perfeitamente separadas, estão hoje misturadas (De duabus anim. I, 16).

O princípio maniqueísta que entende que a matéria é a origem do pecado, nos faz pressupor que por conta disso a conclusão central é que Deus não pode ser perfeito, por não ter o poder de criar uma matéria boa ou por converter algo bom em uma substância má (MORESCHINI, 2013, p. 471).

Um dos indiscutíveis e centrais pontos do maniqueísmo sobre o mal é a respeito do mal moral no ser humano, e eles acreditavam ter encontrado uma saída para este dilema. Entendendo

---

<sup>26</sup> Costa confirma que: Para os maniqueus, os dois reinos, a Luz — o Bem — e as Trevas, o Mal —, são incriados ou co-eternos (2002, p. 67).

que para os maniqueístas o ser humano não é um indivíduo completamente livre, visto que todo o seu corpo está determinado a praticar o mal (ROCHA; XAVIER, 2019, p. 23-24).

Desta forma, a moral particular fazia parte de modo exato de um sistema cosmológico geral, visto que, assim como o universo físico, o mal que habita em todos os seres humanos não estava ligado a Deus que, é de forma natural bom; sendo ele um princípio ontológico autômato, sendo assim é evidente que o reino da escuridão ou a matéria era igualmente tão poderosa quanto o Deus da luz (ROCHA; XAVIER, 2019, p. 24).

Tendo um certo ar de sociedade secreta, os maniqueus, quando estavam em outras cidades, só se hospedavam nas residências dos frequentadores da sua seita. Os líderes viajavam em um conjunto de células, espalhados por todo o Império Romano, terminando, desta forma, por não se misturar. Eles eram vistos com repulsa pelos pagãos e com cólera pelos cristãos ortodoxos (BROWN, 2020, p. 57).

O Maniqueísmo foi uma seita que havia nos séculos iniciais do cristianismo, dentre tantas que existia à qual o hiponense aderiu em busca de respostas. As preocupações de Agostinho quanto ao problema do mal o levaram a ser, por nove anos, ouvinte do maniqueísmo, permanecendo adepto durante estes anos. O maniqueísmo é uma seita de origem cristã, muito difundida na época, sendo que ela apresentava uma justificativa, a teodiceia (MATTHEWS, 2008, p. 25). Eusébio de Cesareia explica que o fundador da religião<sup>27</sup>: “Tentou se transformar em Cristo e depois também proclamou-se o próprio e o Espírito Santo, e com tudo isso ficou grandemente envaidecido com sua loucura” (1999, p. 283).

Da mesma forma que Jesus, Mani escolheu doze discípulos, sendo eles integrantes da sua nova religião, após juntar falsos ensinamentos pagãos oriundos de heterodoxias extintas há muito tempo, espalhando este ensino como um mortal veneno a partir da Pérsia até a outra parte do mundo daquele tempo (CESARÉIA, 1999, p. 283).

Tendo nascido na Babilônia no início do III século, Mani pregou a sua mensagem pela Pérsia, e praticamente por toda a Ásia, chegando até a Índia e China. Ao voltar ao seu país, foi detido e morreu em martírio. O maniqueísmo influenciou muito o cristianismo, trazendo desta forma um grande problema até meados da metade da Idade Média (MARIAS, 2004, p. 124). A

---

<sup>27</sup> No que diz respeito a história de Mani, os maniqueus enfeitaram a história da família e de seus pais, fazendo uma relação da história de Cristo com a de Mani, já que ele era visto como um profeta de Deus. Por conta disso, a seu pai Futak Bahak, afirmaram ter uma origem nobre, parte da linhagem dos Arsácidas, visto que José também tinha uma linhagem real de Israel. E a sua mãe deram o nome da mãe de Jesus Cristo: Maryam. A narrativa de sua infância, também era igual a infância de Cristo, da mesma forma que a família de Jesus havia partido de Nazaré para Jerusalém, e depois para o Egito. A família de Mani havia saído de Hamadam para Al-Madaín, e deste lugar para Nahr-Kuthi (COSTA, 2002, p. 53).

seita maniqueísta<sup>28</sup> pode ser vista como ecumênica e universal, um misto de inúmeras doutrinas e revelações. Mani também sofreu perseguição do zoroastrismo, foi preso em Gundeshapur; e morreu por volta de 274 a 277. Existem anotações que afirmam que ele foi preso e crucificado, por ordem do rei Bahram I, tendo por conta disso seu corpo exposto em uma das portas da cidade, uma porta denominada de “Porta de Mani” (BOGAZ et al, 2014, p. 95). Bogaz, Couto e Hansen resumem o maniqueísmo acrescentando que:

Maniqueu nasceu na Babilônia em 215. Vinha de uma família nobre e, aos 12 anos, sentiu-se chamado por um anjo para uma missão: pregar uma nova religião. Maniqueu entrou em contato com várias religiões conhecidas e resolveu criar uma nova religião. Mudou-se para as províncias orientais do Império greco-romano, onde procurou difundir suas teorias religiosas. Estudou com os magos persas, conheceu o budismo e viajou para a Índia. Conheceu o cristianismo nas igrejas marcionitas gnósticas. Maniqueu acreditava ser um profeta, de uma sucessão que começara com Adão, passando por Buda, Zoroastro e chegando até Jesus. Sentia-se destinado a transmitir uma mensagem universal (2014, p. 95).

Há semelhanças de textos da Bíblia cristã em todos os textos maniqueus. Não existia motivo algum para que o Santo Agostinho acreditasse que o maniqueísmo era uma doutrina enganosa; sendo que neste tempo é possível que ele não conhecesse tanto a Bíblia, além de algumas poucas explicações eventuais de sua mãe e em leituras casuais em sua casa (EVANS, 1995, p. 32).

O maniqueísmo tem como princípio três tempos: o primeiro tempo, ou princípio inicial, é a causa ontológica dos dois impérios; o segundo, o médio, é um misto entre os dois impérios que se apresentavam pela queda de um fragmento da luz na matéria, sendo este o começo do embate entre os dois reinos; e o terceiro, o tempo do fim, é a volta permanente da luz mesclada na matéria, com o ingresso das almas todas no reino da luz e o declínio da matéria e dos espíritos do mal no tenebroso inferno (ROCHA; XAVIER, 2019, p. 18-19).

Santo Agostinho em suas *Confissões*, ao discorrer a respeito da sua mudança da ideia maniqueísta de Deus que ocorreu após ter descoberto o neoplatonismo, principalmente por meio de Santo Ambrósio, explica como os maniqueístas não eram capacitados em conceber um princípio que não fosse corpóreo, inclusive sobre a constituição de Deus, com isso a divindade, para os adeptos, deveria ter um corpo, mesmo não sendo como o corpo dos seres humanos,

---

<sup>28</sup> Störig explica a semelhança entre o maniqueísmo e o gnosticismo: “O maniqueísmo liga-se estreitamente ao gnosticismo. Como ele rejeita rigorosamente o judaísmo e conecta ideias pagãs, a saber, pensamentos persas indianos e ideias cristãs, é considerado a linha paganizada do gnosticismo” (2022, p. 185).

visto que, o antropomorfismo era inadmissível para os maniqueístas. Isto é, até conseguir ter contato com as pregações de Ambrósio, o hiponense não concebia a possibilidade de uma matéria espiritual. Para os maniqueístas, seu deus possui substância corpórea (ROCHA; XAVIER, 2019, p. 19).

É provável encontrar ilustrações no *Saltério Maniqueu*<sup>29</sup> e no *Kephalaia*, do deus da luz como força física, como o facho de luz dos raios solares, sendo que é possível concluir que é por este motivo que os maniqueístas veneravam o sol, a luz e é por causa disso os seus ensinamentos são também denominados de teologia solar<sup>30</sup>, visto que, esta luz é constituída de cinco formatos: o belo, a luz, a serenidade, a origem da alma do mundo e a potência da cruz de luz (ROCHA; XAVIER, 2019, p. 19-20). Costa Complementa expondo que:

Por isso a teologia maniqueia é chamada de “teologia solar”. Essa Luz esplendíssima apresenta-se ao mundo sob cinco formas: “luz, beleza, paz, vida da alma do mundo e força da cruz de luz”; ou o Príncipe da Luz é composto de cinco elementos ou mansões: inteligência, razão, pensamento, reflexão e vontade (2002, p. 65).

Mani contestava os relatos históricos da crucificação de Cristo e condenava a Igreja Católica por usar em seus cultos textos do Velho Testamento que narram histórias de Moisés, alguém que havia assassinado, Davi, que havia adulterado ou José, que era aquele que possuía um monopólio estatal (MCDERMOTT, 2013, p. 54). Shelley acrescenta:

O maniqueísmo, assim como o gnosticismo, ensinava que o verdadeiro Jesus espiritual não tinha corpo material e não havia morrido de verdade. Seu propósito era mostrar aos homens a saída do reino das trevas e o caminho para o reino da luz (SHELLEY, 2018, p. 149).

---

<sup>29</sup> O *Saltério Maniqueu* é uma coleção de textos encontrados em uma escavação em Medinet Madi, no Egito. Sendo que Robinson foi um dos tradutores do documento.

<sup>30</sup> Sobre a teologia solar, Costa explica que: A mitologia maniqueia, também chamada de “teologia solar”, apresenta-se de forma trinitária, onde a história Gnóstica do Salvador está dividida em três tempos, conforme fora revelada a Mani: “Eu sou o Paraclete” — diz Mani no *Saltério Maniqueu*, de Medfnet Mâdi —, “aquele que veio do Pai para revelar os três tempos: o início, o meio e o fim” e confirmado por Félix em debate com Agostinho [...]. O primeiro tempo, inicial ou passado, engloba a origem cósmica dos dois princípios, o Bem e o Mal, onde eles viviam independentes um do outro, e seus afrontamentos. O segundo tempo, médio, é o tempo de mistura entre os dois reinos, que se caracterizará pela queda de uma parte da luz na matéria e o início da luta entre os dois reinos ou a história da luta da Luz prisioneira da matéria, bem como é o tempo da criação dos seres do universo. Enfim, o terceiro tempo, final ou futuro, será o retorno definitivo da Luz às suas origens, ou seja, à libertação ou separação de todas as luzes imbricadas na matéria; com a entrada de todas as almas no reino do Pai e a queda da matéria e dos demônios no inferno tenebroso (2002, p. 60).

Um adepto dessa seita acreditava que apenas uma parte sua era boa, que seria a alma, todo o mais, sejam os desejos, o corpo e sua sexualidade, eram impuros. Havia apenas algo bom em um ser humano que ansiava por se libertar para voltar ao reino da luz<sup>31</sup> (BROWN, 2020, p. 58). Brown resume a questão acrescentando que: “Era patente que o que havia de bom nele ansiava por ser “libertado”, por “retornar”, fundir-se outra vez com um sereno estado original de perfeição – um “Reino da Luz” – do qual se seria isolado (BROWN, 2020, p. 58).

Com isso, o maniqueísta acreditava não apenas que a sua alma era espiritual, mas que também possuía uma essência divina, sendo que o corpo humano poderia ser resumido como uma carga que atrapalhava as pessoas, sendo que alcançar a perfeição era um estágio possível para os adeptos desta religião (EVANS, 1995, P. 30).

Mas Deus, segundo o maniqueísmo, é um ser da luz que se revela ao ser humano, sendo que Mani é uma ferramenta deste Deus, sendo denominado como o paracleto, o prometido que ensinaria os seres humanos e caminho da salvação (CHAMPLIN, 2013, p. 57).

Segundo os maniqueístas, ambas as entidades possuíam uma natureza corpórea e eram coeternas e incriadas. Do embate destas duas forças, os inúmeros seres do universo foram surgindo, sendo que a matéria era a responsável pelos males no mundo. O ser humano, por ser uma mistura de corpo ou matéria, que era mal e, a alma que era boa e provinha da luz, justificava a origem do mal no mundo. Como o mal era oriundo da parte má do ser humano, os maniqueus deixavam de responsabilizar Deus pela sua origem (COSTA, 2012, 33-34). Quanto à luz, segundo os maniqueístas, Rocha e Xavier explicam que: “Eles afirmam que a luz é superior às trevas, por suas qualidades intrínsecas de bondade, beleza e inteligência, e essas qualidades causaram inveja ao reino das trevas, sendo o motivo do início da luta entre eles (2019, p. 20).

Para os maniqueístas o mal não tem força suficiente para modificar o bem, mas consegue cercar o bem e impossibilitar que se mova, visto que o bem não é de forma natural um combatente e ele não intenta afrontar o mal com uma postura ativa a não ser quando ele percebe o seu risco. A exposição da doutrina maniqueísta é bem rudimentar, como o hiponense constata

---

<sup>31</sup> Segundo o Maniqueísmo, existem em todos os seres humanos duas antagônicas almas, sendo que uma delas é boa e tem a sua origem em Deus e a segunda alma é má e tem a sua origem no diabo. A origem do pecado é um misto da influência da alma boa com a má, sendo que a alma boa não tem qualquer tipo de responsabilidade quanto ao mal visto que ela é serva das necessidades e pecados inerentes oriundas da alma má. Sendo assim, o mal é algo que faz parte da natureza humana, não é uma questão moral. De acordo com o sistema maniqueísta, o ser humano não tem qualquer responsabilidade quanto ao mal que pratica, visto que ele está determinado a fazer as coisas más, visto que isso é parte intrínseca de sua natureza (a parte má da matéria), sendo tal ação quase que involuntária, não é parte de sua escolha livre (ROCHA; XAVIER, 2019, p. 24).

um tempo mais tarde, mas tem o vigor da simplicidade. A escuridão deve ser aprisionada para que de igual forma ela não aprisione a luz (EVANS, 1995, p. 33).

### 1. 2. 1 Inconsistências maniqueístas

Uma das inconsistências maniqueístas discutidas por Agostinho foi justamente o fato destes religiosos atribuírem à natureza do mal aspectos como força, inteligência e saúde, — qualidades genuinamente boas — e atribuírem ao bem características como pobreza, morte e enfermidade, que são maléficas (MARIONES, 2022, p. 124). Agostinho esclarece: “Se os maniqueus quisessem refletir com o temor de Deus, não blasfemariam com tanta impiedade introduzindo duas naturezas: uma boa, à qual dão o nome de Deus, e outra má, que Deus não criou” (De nat. boni, 41).

Certamente, conforme explica o hiponense, é um erro muito grande atribuir à natureza do supremo mal atributos legitimamente bons, e atribuir ao bem, características maléficas e perniciosas. Eles argumentam que os príncipes do mal viveram e gozaram de saúde, boa memória e inteligência. Usaram a inteligência e a memória para discursar, sendo que segundo a sua própria lógica, esta entidade não deveria nem ter ensinado algo e muito menos ser ouvido pelas pessoas. A estes deuses eram atribuídas características como moderação, ânimo e riqueza, sendo que estas ações negam o que eles afirmam como atributos bons e maléficos (De nat. boni, 41). Agostinho acrescenta: “Ora, pelo fato de afirmarem que eles faziam tais coisas, não podem negar que em todas as suas ações tiveram modos bem de acordo consigo mesmos. Se não houvesse aí a beleza, tampouco subsistiria aí nenhuma qualidade natural” (De nat. boni, I, 41).

Os maniqueístas acreditavam que apenas os bens superiores provinham de Deus; os bens pequenos ou inferiores, do mal, sendo Deus eterno, o bem imutável e imortal, por não haver nada acima dele (De nat. boni, I, 1). Agostinho refuta este pensamento afirmando que:

Mas toda natureza, na qualidade de natureza, é um bem; portanto, não pode provir senão do sumo e verdadeiro Deus: porque todos os bens – mesmo não supremos, mas que se aproximam do sumo bem, como igualmente os bens mais simples que estão longe do sumo bem, não podem existir senão tendo como fonte o sumo bem (De nat. boni, I, 1).

Todas as criaturas, criadas em essência boas, participam do Sumo Bem que os criou. O bem metafísico pode ser resumido através da filosofia da participação, que consiste em medida, beleza, ordem, sendo este princípio um resumo do panorama da criação, segundo Agostinho,

onde Deus é o Sumo Bem e a fonte de tudo, e onde a criação está disposta conforme sua medida, beleza e ordem (MARIONES, 2022, p. 123). Mariones explica a ontologia agostiniana pontuando que: “Na ontologia agostiniana, portanto, o ‘princípio mal’, que os maniqueus pregam, não faz sentido, porque ‘não há natureza e absolutamente nenhuma substância que não reúna em si essas três essências’” (2022, p. 124).

Segundo a doutrina maniqueísta, todos os seres criados, sejam eles vegetais, animais ou humanos, possuem como princípio um misto de luz e matéria. Ser criado algum emanou ou teve origem direta de Deus, apenas as entidades (o ser primordial e o espírito vivificador), todas as criaturas são um misto de matéria e luz e possuem em sua natureza tanto o princípio do bem quanto o mal (ROCHA; XAVIER, 2019, p. 21-22). Rocha e Xavier complementam a doutrina maniqueísta:

Este é um ponto de muita importância para doutrina maniqueísta ao qual reconhece a consubstancialidade entre e a alma humana (alma boa) e Deus, pois a partir da libertação da alma, Deus está libertando a si mesmo, visto que a alma é uma parte sua (2019, p. 21-22).

Contudo, Santo Agostinho refuta a doutrina maniqueísta sobre a consubstancialidade da alma humana e Deus, afirmando não ser possível pensá-la, visto que, se houvesse alguma substância entre Deus e a alma humana, a divindade tornar-se-ia corruptível, mesmo sendo tal alma boa, já que Deus não é suscetível de qualquer contaminação ou mácula, Deus não se corrompe (ROCHA; XAVIER, 2019, p. 22).

Com o intuito de refutar o conceito dualista dos maniqueístas, que atribuíam todo o bem e o mal a dois princípios denominados de A natureza do sumo mal e a do Soberano bem, Agostinho declara que Deus é o único princípio da criação, o Bem Supremo pelo qual todas as criaturas são criadas, não por emanção e sim por criação, caso contrário, as criaturas teriam a mesma essência de Deus (MARIONES, 2022, p. 122).

No momento em que afirmamos que Deus é semelhante a alguma matéria, como consequência surge a tentativa de verificar a matéria divina, mas, ao mesmo tempo, espiritual, e de igual forma, o mal. Especialmente quando partimos das explicações dos maniqueus, que foram aqueles que ensinaram que acima de tudo o mal é uma substância (Conf. V, X, 18) e dispunha de uma espécie de massa tal qual a matéria (EVANS, 1995, p. 59).

### 1.3 Plotino e o mal

Quando Agostinho foi maniqueísta, levantou questionamentos como por exemplo: por que o Deus do reino da luz não desejava a escuridão, ou por que o deus do Reino das trevas cobiçava tanto a luz. Este embate entre os dois deuses não era julgado. Mas após ler algumas obras de autores platônicos e já desligado do maniqueísmo, ele começa a refletir sobre algumas questões que envolvem a alienação que o ser humano tem em relação a Deus e o fato dele ter criado tudo, menos a sua vontade de pecar. Plotino, um dos filósofos que estava entre os pensadores que ele admirava, explicava que o mal está ligado ao querer livre do ser humano e à desordem, e contesta que o ser humano tenha dentro de si a fonte para o mal (WETZEL, 2011, p. 88). Plotino explica que: “A privação do bem na alma causa o vício por sua própria razão, pois ao faltar virtude, não haverá a contemplação do bem” (2021, p. 148).

De forma acurada, intitula-se de neoplatonismo o sistema filosófico de cunho platônico que surgiu por volta do século III com uma obra de Plotino, sendo ele o pensador que iniciou esta corrente filosófica. O neoplatonismo continuaria em inúmeros locais, durante os séculos que se passaram. E os filósofos importantes desta vertente são: Porfírio, de Roma, biógrafo e discípulo de Plotino; Jâmblico da Síria; Edésio da Capadócia e de Atenas no século V, Proclo (CORDÓN; MARTINEZ, 2014, p. 182).

Além disso, o neoplatonismo é uma filosofia muito mais original em vista da própria filosofia de Platão e do platonismo intermediário. Por isso que as interpretações dos filósofos neoplatônicos aos comentários de Platão terminam por ficar desarmoniosos e distantes da hermenêutica comumente praticada em seus textos (HÖSLE, 2008, p. 50).

Na filosofia da Antiguidade tardia, o neoplatonismo estava muito em voga. E os principais filósofos dessa corrente eram Plotino (205-270, d. C.) e Proclo (412-485, d. C). Os pensadores cristãos incorporaram o neoplatonismo descrente e ampliaram a sua filosofia, sendo Agostinho e Pseudo-Dionísio Aeropagita os principais filósofos do platonismo cristão. E tanto na Idade Média quanto no Renascimento, esta filosofia foi de grande prestígio (ANZENBACHER, 2009, p. 146).

Foi através da leitura de Plotino, Porfírio e outros autores neoplatônicos que Agostinho conseguiu sair do ceticismo e transpor duas barreiras que o impediam de aceitar a fé cristã, que eram: a condição imaterial de Deus e o problema do mal (GONZÁLEZ, 2004, p. 20). Agostinho

explica isso ao firmar que: “Tu me proporcionaste, através de um homem inflado de orgulho imenso, alguns livros dos platônicos traduzidos do grego e do latim [...]” (Conf. VII, 13).

O maniqueísmo, com a sua visão de Deus corpóreo e também a sua explicação dualista, propunha soluções simples, mas insuficientes para Deus e o problema do mal. O Neoplatonismo dispunha de recursos para entender tais questões sem que ele precisasse recorrer ao dualismo (GONZÁLEZ, 2004, p. 20-21). Quanto à influência do neoplatonismo na filosofia de Agostinho, González acrescenta:

Assim, o caminho estava agora aberto para uma aceitação da fé cristã. Nesse aspecto, a influência do Neoplatonismo no pensamento de Agostinho foi tal que, como será visto mais tarde, ele sempre entendeu a natureza incorpórea de Deus e o problema do mal em termos neoplatônicos (GONZÁLEZ, 2004, p. 20-21).

A dificuldade que o problema do mal colocou para o hiponense no tempo em que ele se converteu se encontrava não tanto no mundo, visto que ele confiava em Deus, mas justamente na metafísica quanto ao vínculo da matéria e do mal. Até os dias nos quais as pregações de Ambrósio organizaram o seu entendimento para a conversão, e antes de realmente estar disposto a isso, Agostinho confessa ter um grande problema para entender Deus, exceto como um ente com corpo, e quem sabe espalhado pelo mundo de algum jeito, ou difundido além dele. Santo Agostinho, como ele mesmo destaca, se encontrava por demais influenciado neste tempo pelo contato com as obras *Categorias* de Aristóteles, no tempo em que ele tinha somente vinte anos (EVANS, 1995, p. 58). Em *Confissões*, Agostinho confirma este fato quando diz que:

De que me servia ter lido e compreendido sozinho, aos vinte anos, a obra de Aristóteles, intitulada *As dez categorias*, que me viera as mãos? Quando meu mestre de retórica, em Cartago, e outras pessoas consideradas eruditas citavam esse nome com ênfase, eu ficava atônito e ansioso, como diante de uma realidade grandiosa e divina (Conf. IV, 28).

No momento em que afirmamos que Deus é semelhante a alguma matéria, como consequência surge a tentativa de verificar a referida matéria divina, mas ao mesmo tempo espiritual, e de igual forma o mal, partindo dos mesmos conceitos corpóreos aristotélicos quanto à descrição das criaturas existentes no mundo material. Especialmente ao partirmos das explicações dos maniqueus, que foram aqueles que ensinaram que acima de tudo o mal é uma substância (Conf. V, X, 18) e dispunha de uma espécie de massa tal qual a matéria (EVANS, 1995, p. 59).

Contraponto à tese maniqueísta, Agostinho julgou, como resultado, que tanto o bem quanto o mal seriam uma espécie de massa estando ambas em oposição, sendo também infinitas,

contudo, a massa maligna era muito mais reclusa e limitada do que a massa benigna, e também que a massa maligna não é fruto de uma criação divina. Na prática, no instante onde ele enfrenta o mal, Deus é um ser finito, apesar de ser infinito em muitos outros atributos. No momento em que o filósofo compôs as *Confissões*, já era evidente para ele os pontos nos quais ele não conseguia perceber, ou melhor dizendo, que a ferramenta de percepção do problema estava errada, e por isso, ele não conseguia passar daquele limite conceitual imposto pela concepção de um Deus corpóreo. Não é que Deus, para Agostinho, tinha um corpo como o de um ser humano, mas com certeza ele entendia a divindade como tendo um tipo de corpo (*corporeum aliquid*) (Conf. VII, I, 1), e de alguma forma adentrando a extensão do universo, ele era um ser com um grande relevo (Conf. VII, III, 5) (EVANS, 1995, p. 59). Santo Agostinho explica que: “Desse modo, eu fazia de tuas criaturas uma enorme e única massa, na qual se distinguem diversos gêneros de corpo — aqueles que são realmente corpos, e os espirituais que minha imaginação tornava corpóreos” (Conf. VII, III, 5).

A única forma de escapar deste problema implicava em rejeitar a concepção corpórea de tudo que, segundo ele, parecia ser uma doutrina realmente sólida — verdadeiramente coerente e único fundamento incontestável. O “nada” certamente deveria ser algo bem oposto ao espaço vago que o hiponense havia negado ser uma probabilidade (EVANS, 1995, p. 60).

### 1.3.1 O Uno e o conceito de Deus: Uma resposta

No topo do sistema, partindo do conceito de bem em Platão, encontra-se a noção de Absoluto divino, o Uno, que é um ser imensuravelmente perfeito. Ele está acima de tudo, seja do tempo, de qualquer ser ou do intelecto<sup>32</sup>. É possível discorrer sobre o Uno apenas a partir de atributos negativos, logo, usando a teologia negativa, só conseguimos pontuar o que não é o Uno. Indubitavelmente, o Uno existe *per se*, em total repouso e perfeição, mas exalando a sua bondade e perfeição, e é por conta disso que todas as coisas que existem emanam dele. Sendo

---

<sup>32</sup> Jean-Marc Narbonne explica o Uno segundo Plotino, pontuando que: A tese central de Plotino em relação ao Uno, que é o primeiro princípio em sua filosofia, é que ele é *além do ser*. Dizer que o Uno é *além do ser* significa dizer que é além de tudo, isto é, além de tudo aquilo que é determinado, de tudo aquilo que possui uma forma ou um caráter particular. Essa tese de transcendência do Uno em relação ao ser, como se sabe, é uma reminiscência platônica. Platão sustentara que o Bem é além da essência, ou além do ser, conforme o modo como é traduzida a palavra **ousía** na fórmula *epékeina tês ousías de República*, 509b”. Mas aquilo que em Platão era ainda uma tese excepcional, enunciada de modo fugidivo, torna-se peça central do pensamento de Plotino, na qual assenta toda a sua filosofia (2014, p. 30-31).

que a sua primeira emanção é a razão eterna, que se desenrola em uma abundância de ideias. E da mesma forma que a razão provém do Uno, a alma provém da razão. Ao passo em que ela é alma do mundo, é uma e, concomitantemente, está disseminada nas inúmeras almas, da mesma forma que a razão se encontra nas muitas ideias (ANZENBACHER, 2009, p. 146). Anzenbacher ilustra o Uno pontuando que: “Assim, as coisas existentes são imagens de ideias, as quais, por sua vez, são imagens do Uno. O conceito de emanção garante um sistema de participação (*méthexis*)” (2009, p. 146).

Foi a partir destes conceitos que os pensadores cristãos elaboraram de forma mais ampla a dogmática cristã. Eles construíram a noção de Deus pessoal, da revelação e o Deus trino, partindo do Absoluto divino, segundo a compreensão dos filósofos neoplatônicos<sup>33</sup> (ANZENBACHER, 2009, p. 146). Cordón e Martínez complementam a filosofia de Plotino:

Dois séculos mais tarde, o fundador do neoplatonismo propunha um sistema filosófico-religioso que explica como todas as realidades procedem sucessiva e descendentemente do Uno e como se produz o regresso até ele. Tal como no sistema de Fílon de Alexandria, do princípio supremo ou Uno procede imediatamente o pensamento (logos, nous); por sua vez, do pensamento provém a alma universal e assim sucessivamente, num processo de descida (e, portanto, de degradação) que conduz até à matéria, o último elo na cadeia do real (2014, p. 186).

Ao inquirir sobre o mal em sua obra *Enéadas*<sup>34</sup>, na qual ele pergunta sobre a sua origem, Plotino conclui que ele é a inexistência do bem, é a falta justamente dele, todavia, ele explica a falta e a privação do bem, com o que é material<sup>35</sup>. Já Agostinho acata a primeira parte da

---

<sup>33</sup> Foi em Milão, que Santo Agostinho se tornou neoplatônico. Sendo que na época esta filosofia era muito difundida. E por mais que seja impossível discorrer sobre toda a sua doutrina, o ponto principal é enfatizar que o neoplatonismo era uma doutrina, mas também uma disciplina. Seu principal objetivo era levar as pessoas a conhecerem o Uno inefável, dos quais originavam-se toda a criação, harmonizando o aprendizado com a contemplação mística, até que o adepto conseguisse chegar ao enlevo. De maneira contrária do maniqueísmo, o neoplatonismo acreditava que existia apenas uma origem, do qual tudo o que existia tinha o seu início, por meio de uma sucessão de emanções, tal qual o grupo de círculos concêntricos que se formam quando uma pedra é lançada na água. Sendo que todas as realidades que estavam mais perto do Uno, eram classificadas como superiores, e as mais distantes como inferiores. Como vimos, o neoplatonismo acreditava que existia apenas uma origem no qual todas as coisas tinham tido o início e o mal, nada mais era do que um se afastar do Uno e focar nas coisas materiais, sendo que tal filosofia serviu de resposta a Agostinho em seus questionamentos. Partindo desta explicação, afirma que a bondade divina era a fonte de tudo, sem com isso, negar que o mal existe (GONZÁLEZ, 2008, p.167).

<sup>34</sup> Plotino em sua obra *Enéadas* explica que: “A privação do bem na alma causa o vício por sua própria razão, pois ao faltar virtude, não haverá a contemplação do bem” (2021, p. 148).

<sup>35</sup> Sobre o mal ser a matéria, Plotino explica que: O mal não reside em uma falta qualquer, mas na falta absoluta; assim, portanto, aquilo em que falta um pouco de bem não é mal, pois ele pode ser completo de acordo com o nível

explicação, contudo, rejeita a segunda, ele não entende a matéria como a causadora do mal, visto que o hiponense acredita que a matéria também foi concebida por Deus (MONDIN, 2018, p. 156). Conybeare (2020, p. 139) explica o ponto onde Agostinho desenvolve o conceito de mal, a partir de Plotino: “Tudo o que existe deve ser bom; o grau em que não é bom — em que é, como diz Agostinho, destrutivo — é o grau que admite não ser. É assim que Agostinho, imperado pelas *Enéadas* (III. 2), desenvolve sua formulação do mal como a ‘privação do bem’”.

Conforme as coisas boas terminam por se afastar de Deus, o Uno Bem, e uma vez que estas coisas estão afastadas do seu lugar, não estão seguindo conforme os propósitos divinos, e desta forma, terminam por serem menos boas. Contudo, não é correto afirmar que elas sejam más, visto que o mal não é uma substância que tenha existência (CONYBEARE, 2020, p. 139).

Foi a partir deste conceito filosófico que vem de Plotino, que Santo Agostinho deu os primeiros passos para responder o problema do mal, pontuando justamente que o mal<sup>36</sup> é se desviar do que é bom, é estar distante do Sumo bem. Em *Confissões*, ele complementa que:

---

de sua natureza. Mas aquilo que é falta absoluta — e isso é a matéria — é realmente o mal e não possui qualquer forma de bem (apud NARBONNE, 2021, p. 37).

Plotino complementa expondo que: Estando afastada daquilo que é forma, essência e vida, a alma se locupleta de indefinição e falta de medida, e ao invés de olhar para o bem, olha para o mal, que é a escuridão. Desse modo, a natureza do mal seria anterior à matéria, pois ele seria na falta do bem em partes da alma, em primeiro lugar, e na escuridão, em segundo lugar; mas a falta em si não é o mal, porque pode ser reparada, o mal é a falta total, ou seja, a matéria, que não tem nenhuma participação do bem. Essa privação está para a falta das formas que revelam o ser como belo, pela inteligência, o que pressupõe que o ser para a matéria não é, pois ali não chega a irradiação do bem, como luz, e essa oposição caracteriza a escuridão, como imagem negativa do ser irradiado pelo bem (2021, p. 145).

<sup>36</sup> A matéria que não possui uma forma ou qualidade, que os filósofos antigos denominavam de hylé, não é um mal, segundo Agostinho, visto ter a capacidade de possuir uma forma, que é denominado de matéria. E como tudo deriva de Deus, conclui-se que tais matérias também venham dele (Cf. De nat. boni, 18). Brandão acrescenta: Dito isto, veremos doravante que Agostinho, pautado pelo postulado cristão de que Deus criou um cosmos bom, utilizando-se dos princípios neoplatônicos do mal como privação de ser, e da gradação ontológica dos seres a partir do Uno, desenvolve várias explicações para o que seus opositores poderiam chamar de presença do mal no cosmos. Entre elas temos o mal como corrupção de ser, e o mal como gradação de ser na hierarquia das criaturas (BRANDÃO, 2019, p. 85).

O mal é uma privação, uma corrupção no bem, ele não possui uma existência ontológica e sim, é uma falta, uma corrupção no bem, uma espécie de ferrugem que corrompe o ser. Moreschini acrescenta explicando que: Ora, o mal é um afastamento do um (de Deus) e, portanto, uma dispersão da multiplicidade. Essa dispersão, todavia, não é produzida por um princípio mau, mas se insere no processo geral da descida, segundo a qual do um “produz-se” primeiro a Inteligência, depois a Alma cósmica, cujo aspecto inferior á a natureza, e então a matéria (MORESCHINI, 2013, p. 471).

Galvão explica que em outras palavras, os seres humanos não são maus por alguém ter habilidade substancialmente má, mas por estarem destituídos em alguma proporção do bem. E por estarem desprovidos do bem, conclui-se sobretudo a ação de Deus em todo o universo e o quanto as criaturas se mostram e buscam este perfeito e personificado bem. Com isso, o mal metafísico não é uma falha das criaturas, é uma indicação que todos os seres criados necessitam sobretudo de Deus para conseguir viver sendo que tal necessidade só se revela através da limitação das criaturas e todas as suas limitações perante Deus (2016, p. 237).

E procurando o que era iniquidade compreendi que ela não é uma substância existente em si, mas a perversão da vontade que, ao afastar-se do Ser supremo, que és tu, ó Deus, se volta para as criaturas inferiores; e, esvaziando-se por dentro, pavoneia-se exteriormente (Conf. VII, 22).

Partindo desta explicação, o mal é fruto da livre vontade que se transforma em má, visto que o ser humano insiste em se distanciar de Deus. Isso se dá porque o homem sempre opta pelas coisas inferiores, em detrimento das superiores, se distanciando assim, da ordem natural dos seres (COSTA, 2009, p. 44).

---

Agostinho usa o exemplo da dor, para explicar sua argumentação. Ele explana que a dor, que é vista por muitos como um mal, mas não pode existir senão nas criaturas boas. A dor só pode acometer em alguém que está com a saúde plena ao ponto de sentir dor, uma criatura que não existe, não pode sentir dor (Cf. De nat. boni., 20). Brandão complementa: “Portanto, a dor que as naturezas sofrem quando se corrompem é uma eloquente declaração de que essa natureza existe, e se existe ela é um bem, pois, ainda existe algo nela que se possa corromper e diminuir” (2019, p. 86).

## 2. O PROBLEMA DO MAL

Agostinho inicia a sua obra, *O livre arbítrio*, com uma pergunta fundamental em uma teodiceia, um questionamento feito pelo seu interlocutor, Evódio: “[...] Diz-me, por favor, não é Deus o autor do mal?”<sup>37</sup> (De lib. arb. 1,1). Em sua resposta, Agostinho busca delimitar o mal, expondo dois tipos de males. O primeiro é quando alguém age mal e o segundo é quando um indivíduo sofreu algum mal (De lib. arb. I, I, 1).

Se Deus<sup>38</sup> é bom, argumenta Santo Agostinho, não há outra forma de pensar em um Deus bom, ele simplesmente não pode fazer o mal. Em contrapartida, Deus é justo, sendo assim, negá-lo seria um desrespeito. Do mesmo modo que Deus pode dar recompensas às pessoas boas, ele também castiga os indivíduos maus, sendo que, para as pessoas que sofrem destes castigos, eles entendem que estão sofrendo devido aos males divinos (De lib. arb. I, I, 1).

A obra *O livre-arbítrio* começa com uma simples indagação. Todavia, a questão é categórica. Respondendo ao próprio título do livro, é possível pressupor que o texto abordará um embate sobre a liberdade ou mesmo sobre a origem da vontade. Porém, a pergunta a respeito

---

<sup>37</sup> Como a sistematização maniqueísta se inicia com a filosofia dualista do bem e do mal, o hiponense supõe que tais alegações são originalmente teóricas. Ele alega que o maniqueísmo respalda o seu dualismo na prática factual do mal. Como não há compatibilidade entre o bem e o mal, muito menos do mal pode se originar no bem, tampouco é possível o bem advir do mal. À vista disso, Agostinho iniciava perguntando de onde o mal vinha, entretanto, ele mesmo contestava a tática, visto que, antes de perguntar de onde vem, é fundamental perguntar o que é. O mal nada mais é do que algo que confronta a própria natureza. Assim sendo, já que o mal se opõe a toda a natureza, é realmente claro entender que ele não é a substância. E todos os elementos que se opõe a natureza, termina por demoli-la (BOGAZ et al, 2014, p. 97).

<sup>38</sup> Seja qual for a resposta ao discutirmos sobre o problema do mal, era indispensável para o hiponense considerar uma informação basilar: Deus é um ente plenamente imutável. Vamos refletir sobre o significado desta ideia. Tudo o que é finito, formado de diversos elementos, estão submetidos a variações, melhor dizendo, elas contraem ou perdem elementos, cresce ou encolhe, ficam doentes ou se recuperam e, dentro de um limite, ganham vida ou a perdem. Elas estão sujeitas às intempéries do tempo e ao envelhecimento, as coisas se transformam e degradam, pontuando o termo especialmente na ênfase de desgaste físico e destruição, alcançando assim um fim. Todavia Deus, em compensação, é imortal, não é passível ao tempo (Ele existe desde sempre e existirá para todo o sempre, como em um eterno agora, não tendo nem passado e muito menos futuro) e também não há corrupção nele, já que Deus não possui um corpo e muito menos partes a se extraviar ou ganhar, além de ser um ser totalmente independente, depende exclusivamente de si para existir. Por ser infinito, não é possível que Deus seja limitado por coisas externas, como acontece com as coisas criadas, que são destruídas por diversas causas. Por não existir um ser maior do que ele e muito menos mais infinito, Deus é definido como o supremo bem (OLIVA, 2013, p. 19).

Se um determinado ser se apresentar como bondade; ou caso o ente, enquanto e ao passo que é da sua competência ser bom, com isso este ser se resulta em uma plena bondade e o ente em um ser bom, não é possível ser diferente disso. Apresenta-se, desta forma, o pleno sentido do mal metafísico. Um ser que é plenamente bom, não é capaz de ser de igual forma mal; se o ente é plenamente bom, ele não pode fazer-se mal (MOLINARO, 2019, p. 88).

de Deus e o mal amplifica a esfera do tema, colocando o texto no centro de uma temática a respeito da teodiceia (SILVA, 2001, p. 19).

Quanto aos dois tipos de males que atingem o ser humano: o primeiro é o mal que de forma voluntária alguém comete, sendo ele o pecado e o segundo é o mal que acontece contra a vontade – sendo ele o sofrimento, morte e o desarranjo oriundo dos apegos humanos (TRAPÈ, 2018, p. 251).

Assim sendo, para responder Evódio, Taurisano explica que Agostinho devolve a pergunta fazendo outro questionamento sobre Deus e o mal. A ênfase do hiponense, em um primeiro momento, não era mostrar a origem do mal, e sim provar que o mal não tinha a sua origem em Deus, visto que, se fosse provado que o mal teria a sua origem nele, certamente toda a teologia e filosofia cristã ruiriam. Não seria possível conciliar o mal com a bondade divina (AGOSTINHO, 2019, p. 198). Lacerda explica o ponto sobre o mal e Deus:

As indagações de Evódio vão muito além dessa pergunta, pois ele deseja compreender o que, afinal, é o mal. Antes de responder essa questão, Agostinho faz Evódio pensar sobre os julgamentos que temos acerca do bem e do mal, afirmando que o mal não é uma substância, porque, se Deus é substância e todas as coisas boas derivam dele, o mal não pode ser uma substância (2018, p. 46).

Deus é definitivamente bom<sup>39</sup> e justo, é ele que premia as pessoas boas e também castiga os maus. E como Deus é justo e castiga os maus, é possível que a pessoa que sofre o castigo o

---

<sup>39</sup> Liberto da concepção de Deus, que os maniqueístas tinham, Agostinho insiste em conceber Deus como um ser transcendente e absoluto, onde nada existe fora dele, visto que ele é a causa de tudo (MARIONES, 2022, p. 84). Agostinho, no livro *A natureza do bem*, define Deus explicando que: “Deus é o sumo bem, acima do qual não existe outro bem superior; é o bem imutável e, por isso mesmo, é verdadeiramente eterno e imortal (De nat. boni, 1, 1).

Logo, para Agostinho, Deus é o Bem Maior, o Sumo Bem, o ser no qual procedem todos os bens, sendo tão grande que, nenhum outro está acima dele e todos os bens procedem dele. Outra característica que ele aponta é a imutabilidade de Deus e a mutabilidade das criaturas. Toda a criação é mutável, visto que vieram do nada, Deus com o seu poder, trouxe a existência algo que não existe. Contudo, Deus não muda, por ser eterno e imutável ele é um ser completo, conforme explica Freitas (De nat. boni, 1, 1). Ayres e Barnes complementam o conceito de Deus explicando que: Primeiramente, Agostinho compreendeu que Deus é a “luz” da própria Verdade: imaterial, eterna, onipresente e indivisível. Deus é a fonte imaterial de todas as perfeições e de toda a verdade. Em segundo lugar, compreendeu que Deus é diferente de qualquer outra realidade e, contudo, chama e atrai todas as coisas à verdade por sua providência benevolente (2019, p. 325).

A essência de quem Deus é, se iguala aos seus atributos, sendo que a bondade é um dos principais atributos divinos. Outro ponto importante, quando falamos de Deus é que, tudo o que ele criou é bom, Deus não cria nada mau, apenas, algumas coisas melhores do que outras. Sendo que elas continuam melhores, mesmo estando incapacitadas (KENNY, 2012, p. 316). Agostinho em sua obra *Confissões* explica que: “Assim imaginava eu a tua criação,

veja como um mal. Com isso, Agostinho resume a questão pontuando que Deus é autor apenas do segundo tipo de mal, que é o mal daqueles que sofrem algum castigo divino (*De lib. arb. I, I, 1*).

Isto posto, o mal não pode ser feito sem que haja um autor. Mas se perguntarmos quem seria o responsável, não é possível delimitar. Na prática, não há um responsável único pelo mal e sim, que cada indivíduo é o responsável por suas ações más. E caso alguém conteste, basta lembrar das afirmações feitas pelo hiponense quando ele expõe que, se os comportamentos errados são castigados por Deus, certamente, tal castigo seria justo, a não ser que o comportamento não tivesse sido praticado de modo voluntário (*De lib. arb. I, I, 1*). Agostino Trapè complementa explicando que: “Todo mal, portanto, ou é pecado, ou é pena do pecado, isto é, ou é um ato livre da vontade defectível, ou é sua justa punição. Essa é a tese de fundo da obra *O livre-arbítrio*, escrita precisamente para demonstrar que todos os dois males derivam da livre vontade” (2018. p. 256).

A ação voluntária é um elemento determinante, visto que justifica o castigo divino. Se o ser humano pecasse de modo involuntário, a punição de Deus não seria justa. Santo Agostinho complementa esta afirmação: “De facto, elas não seriam justamente castigadas, a não ser que fossem praticadas voluntariamente” (*De lib. arb. I, I, 1*).

No entanto, com a sua exposição, Agostinho não pretende discorrer sobre o tema restringindo o mal em duas probabilidades. Com a sua resposta, ele restringe o problema a uma possibilidade apenas. Já que não é possível harmonizar o mal de quem sofre, com a bondade de Deus, logo não existem dois tipos de males, apenas um. O fato dele mencionar os dois tipos não abona a existência dos dois males, conforme expõe Taurisano (AGOSTINHO, 2019, p. 198).

---

limitada, mas cheia de ti, que és infinito. E dizia: “Eis Deus, e eis as suas criaturas. Deus é bom, poderosíssimo e imensamente superior a elas. Sendo bom, criou coisas boas, e assim as envolve e completa” (*Conf. VII, 7*). Em suma, deduz-se com a existência do mal, que existe o bem e que apenas coisas boas são passíveis de corrupção. Apenas algo bom é suscetível a sofrer deturpação, caso contrário, não seria uma coisa boa. O Sumo Bem, assim o é por ter uma condição incorruptível e imutável, sendo ele Deus. Os seres criados, terminam por ser bens relativos e imperfeitos. Sendo tais conceitos, alguns resumos das conclusões de Agostinho ao discorrer sobre o mal moral (MARIONES, 2022, p. 124).

## 2.1 O mal na aprendizagem

Um ponto que Santo Agostinho discute no livro I é se o mal pode ser ensinado. Evódio levanta este importante questionamento, ele quer saber como alguém que não aprendeu a pecar, consegue pecar. Quem é que ensina uma pessoa a pecar? É correto entender que, já que é através da aprendizagem que podemos transmitir o saber, o mal pode ser aprendido, e é coeso acreditar que alguém aprender a pecar? (De lib. arb. I, I, 2).

O ponto claro do assunto é que de modo algum o mal pode ser ensinado, visto que aprender é um bem. Se o mal fosse ensinado, ele estaria incluso no processo de aprendizado. Desta forma, a instrução não seria um bem. Mas como o ensino é um bem, não é possível entender que os males se ensinam. E é uma ação inútil tentar procurar quem é que ensina a fazer o mal. E se é possível aprender a fazer o mal, é apenas para que uma pessoa evite agir desta forma. Com isso, Agostinho argumenta que é possível entender que o mal é se desinteressar pelo ensino, é perder o interesse pela aprendizagem<sup>40</sup> (De lib. arb. I, I, 2). Santo Agostinho complementa, afirmando que: “Talvez seja por este se afastar ou desinteressar do ensino, isto é, da aprendizagem. Mas, seja por isto ou por qualquer outra coisa, pelo menos é evidente que de nenhum modo os males podem ser ensinados, dado que a aprendizagem é um bem [...]” (De lib. arb. I, I, 2).

O interlocutor de Agostinho, Evódio, em um primeiro momento, introduz a probabilidade de o ser humano ter aprendido a fazer o mal<sup>41</sup> através de uma pessoa ou mesmo a partir de outros eventos, não sendo assim tais pessoas precursoras do mal, e sim meros repetidores de um modelo mal. O hiponense contesta a teoria enfatizando que o processo de aprendizado é em si um bem. Ele transmite o saber e, assim sendo, pontuando de forma exata, ele explica que não é possível alguém aprender a realizar o mal (EVANS, 1995, p. 170).

O caminho pelo qual transmitimos o conhecimento é algo bom, e por isso ensinar não pode ser um mal. Por conta disso, não é contraditório concluirmos que o mal se origina deste

---

<sup>40</sup> O mal moral, termina por ser uma privação da correta disposição da vontade humana, assim como a falta de visão, termina por ser uma privação da capacidade que alguém tem de ver. O mal é a falta da correta vontade (COPLESTON, 2017, p. 27).

<sup>41</sup> Com isso, ao afirmar que um mal pode ser aprendido, presume-se que a ciência e o conhecimento sejam males. Mas ao acatarmos que o saber é um bem e que destes bens podem vir males, podemos concluir que da mesma forma do Sumo Bem é possível advir males e não só bens. Assim sendo, é possível concluir que o mal nada mais é do que a corrupção do bem. Não que tal mal tenha a sua origem nele e sim que é uma deturpação no que originalmente é bom (TAURISANO, 2019, p. 214).

bem, como se a natureza permitisse alguma espécie de bipolaridade. O pensamento helênico antigo se concentrava em refletir sobre causas e princípios, sem deixar de lado a finalidade de algo<sup>42</sup>. É uma concepção científica da época, que buscava investigar por que as coisas são de determinada forma e qual seria o objetivo e a sua importância. Outrossim, se não é possível aprender a praticar o mal, o bem, por outro lado, pode ser aprendido, esta é a síntese do seu pensamento - um assunto tratado desde Platão, em sua obra *Mênon*, que é a justificativa para o fato de Agostinho ter trabalhado o mal como algo que não possui uma substância, que ontologicamente ele não existe. Por não ter uma causa real, afirma Taurisano, o mal não possui um estatuto ontológico, ele não existe (AGOSTINHO, 2019, p. 213). Com isso, Agostinho conclui afirmando que:

Portanto, os males não se ensinam, e é em vão que procuras aquele por quem aprendemos a fazer o mal. Ou, se os males se aprendem, é para se evitarem, não para se fazerem. Daí que fazer o mal não seja outra coisa do que afastar-se da aprendizagem (De lib. arb. I, 2).

Se ensinar algo mal fosse possível, isso significaria transmitir o conhecimento de algo que não é possível de ser compreendido ou mesmo de ser conhecido, visto que o saber é normalmente um bem; não é possível, pela acepção do termo, “entender o mal”. E se alguém ensinou a uma pessoa o mal, tal indivíduo, mesmo assim, não conseguiria saber o que é e muito menos o compreenderia (EVANS, 1995, p. 170).

Isto posto, Agostinho conclui que, se toda e qualquer espécie de inteligência é boa, e se a pessoa que não percebe é aquela que não aprende, o indivíduo que por fim aprende é alguém que vai realizar o bem. De fato, quem aprendeu é porque entendeu, e aquele que conseguiu entender, é quem faz o que é bom. Portanto, aquele que busca o responsável pela aprendizagem, busca, portanto, o autor pelo qual o bem é feito (De lib. arb. I, I, 3).

### **2.1.1 O mal não está na inteligência**

Ponto intrinsecamente ligado ao anterior, é a afirmação de que a inteligência é um bem. Agostinho continua a sua exposição e indaga seu interlocutor perguntando se ele, no mínimo, não crê que a inteligência é por si só um bem (De lib. arb. I, I, 3).

---

<sup>42</sup> De acordo com Platão, o objetivo certo para a vida humana é entender a ordem e a harmonia que caracterizam a parte mais fundamental da realidade e incorporar isso também em nossa vida (MORAVCSIK, 2006, p. 113).

Após afastar a possibilidade de Deus ser o causador do mal que o ser humano comete, no livro *O livre-arbítrio*, Santo Agostinho levanta outro problema que é relacionado com a autoridade. Não é possível que o mal seja fruto da autoridade do mestre? O mal não seria fruto da ação da aprendizagem? Se fosse desta forma, o mal estaria de forma intrínseca, na inteligência (SILVA, 2001, p. 28).

O mal não pode estar na inteligência, visto que ela é boa, e de igual forma, o ensino é um bem, já que adquirir conhecimento e a ciência em si são bens, conforme pontua Santo Agostinho.

O intelecto é a capacidade da alma ou mente, na qual a alma compreende e avalia as coisas perceptíveis tendo como lente a verdade eterna. Em meio ao ato de raciocinar, o intelecto examina as referências da mente e avalia os conceitos dos principais conteúdos (BREYFOGLE, 2019, p. 555). Sobre a definição de intelecto, Gilson explica que: “O intelecto é uma faculdade da alma, própria do homem, que pertence mais particularmente à *mens* [...]” (GILSON, 2010, p. 96).

Logo, se concluirmos que todo o intelecto é bom, e o indivíduo que não consegue entender é aquele que não aprende, a pessoa que aprende é aquela que vai praticar o bem. De fato, uma pessoa só aprende quando consegue entender, e aquele que consegue entender, faz o bem. Logo, aquele que busca o autor da aprendizagem, busca o autor do bem. E assim, abandona a busca por procurar este mau mestre. Certamente, se um indivíduo é mau, não pode ser um mestre; e se ele é um mestre, certamente não é alguém mal (De lib. arb. I, I, 3).

Taurisano explica que o mal é definido por Agostinho de Hipona como se desviar de Deus. E se o mal é entendido como se afastar de Deus, e se a aprendizagem pode ser vista como um bem, com isso, conclui-se que o mal é nada mais do que se distanciar do bem, que também pode ser entendido como uma aversão ao caminho que leva o ser humano a Deus, sendo ele o Bem Supremo<sup>43</sup> (AGOSTINHO, 2019, p. 215).

---

<sup>43</sup> A sabedoria que a filosofia busca é percebida em Deus. Através do saber filosófico, o verdadeiro pensador consegue elevar-se até a sabedoria eterna que é vista em Cristo, o Filho de Deus. A bem-aventurança se traduz em conquistar a suprema sabedoria. O alvo da perfeita felicidade deve ser eterno, visto que a verdade eterna é reconhecida no Sumo Bem. Com isso, a felicidade perfeita só é encontrada no amor e na verdade proveniente de Deus, o bem supremo (MARIONES, 2022, p. 54).

À vista disso, a felicidade só pode ser encontrada em Deus. Como Deus é a verdade e todas as pessoas buscam a verdade. E por mais que alguém possa gostar de iludir as pessoas, ninguém gosta de ser iludido. Do mesmo modo é a felicidade, todos querem ser felizes (MATTHEWS, 2008, p. 229). Mcgrade completa argumentando que:

## 2.1.2 A importância do crer para entender

Após declarar que realmente não é possível alguém aprender a fazer o mal, Evódio, o interlocutor de Agostinho, pergunta sobre a origem do mal que o ser humano pratica. Este foi um questionamento, como pontua o hiponense, que o incomodou em sua juventude e que o influenciou a ser um adepto do maniqueísmo (De lib. arb. I, II, 4). Agostinho recorda do episódio quando afirma que:

Atormentei-me com esta queda e a tal ponto fui esmagado por tamanho acervo de fábulas vãs, que, se aquele meu amor de encontrar a verdade não tivesse reclamado o favor divino, não poderia ter emergido de lá, recobrando alento precisamente na primeira das liberdades, a de investigar (De lib. arb. I, II, 4).

Para enfrentar o tema do mal, Agostinho é levado a refletir sobre a relação entre fé e razão<sup>44</sup>. Isso é indicado diretamente em *O livre-arbítrio*. Ao trabalhar o tema que o afligiu durante a sua juventude, sendo que foi justamente a questão do mal que o levou a entrar para o maniqueísmo e seguir as suas doutrinas ao invés da verdade, o hiponense faz uma observação importante sobre o crer para entender. É Deus quem capacita o ser humano a entender<sup>45</sup>, sendo

---

“Agostinho acredita que duas quase-ideias, felicidade e verdade, dão coerência a toda a nossa vida mental e afetiva, de maneiras que não são inteiramente conscientes e que não temos o poder de alterar. Tudo o que pensamos, desejamos ou fazemos é estruturado por esses dois instintos primais e é expressão deles. Quando eles se juntam, quando encontramos a “alegria da verdade” (gaudium de veritate), a presença do Deus ausente e transcendente torna-se tangível” (2008, p. 303).

A conclusão que Agostinho chega é que é só em Deus que alguém consegue encontrar a verdadeira felicidade. Por este ângulo, a sua filosofia suplanta a filosofia antiga, ao transferir a essência do seu eudemonismo para Deus. Com isso, a busca pela verdadeira felicidade se torna em uma busca por Deus, o único que tem o poder de proporcionar ao ser humano consistência e constância. As dúvidas e preocupações que estão no centro de todos os seres humanos, que fazem parte da sua natureza, na verdade é uma sede por se conhecer e conhecer a Deus (COSTA, 2009, p. 21-22). Em uma das suas principais obras, Confissões, Agostinho explica: “Onde estava eu quando te procurava? Estavas diante de mim, e eu até de mim mesmo me afastava, e se não encontrava nem a mim mesmo, muito menos podia encontrar-te a ti” (Conf. V, 2).

<sup>44</sup> Gareth Matthews explica que foi Santo Agostinho um dos filósofos que iniciou a discussão sobre inúmeros assuntos que são trabalhados na filosofia da religião, sendo que um deles é a fé e a razão (2008, p. 147).

<sup>45</sup> Segundo Santo Agostinho, o propósito final de todos os seres humanos é “ver a face de Deus” no universo na maior quantidade viável, seja neste mundo ou no mundo vindouro. Para o hiponense só é possível alguém conhecer a Deus se a alma for capacitada a atualizar a sua conexão com o criador por meio de disciplinas morais e virtudes éticas. Sendo que é só com a ação divina que isso será possível (KENNEY, 2017, p. 335). Francisco Mariones complementa sobre a questão da fé e da razão: “Da sabedoria filosófica criada, o verdadeiro filósofo ascende à sabedoria incriada, que é o Filho de Deus. A bem-aventurança consistirá, então, na conquista da sabedoria suprema. [...]. Filosofia e teologia formam uma unidade, sem se confundir, uma unidade da razão que conduz à fé, e uma unidade da fé que ilumina e eleva a razão” (2022, p. 54).

que crer é o primeiro passo. Não é possível compreender algo sem antes acreditar (De lib. arb., I, II, 4)<sup>46</sup>. Agostinho explica que:

E dado que se procedeu comigo com empenho para me libertar deste problema, vou proceder contigo pela mesma ordem que segui para me escapar dele. Deus acompanhar-nos-á e fará que entendamos aquilo em que acreditamos. Com efeito, estamos bem conscientes de nos atermos ao caminho prescrito pelo profeta, que diz: “Se não acreditardes, não *compreendereis*”<sup>47</sup> (De lib. arb., I, II, 4).

A fé<sup>48</sup> é o primeiro passo para o caminho que conduz à reflexão acerca de Deus. É preciso primeiramente aceitar, por meio da fé, a revelação divina. Por muito tempo o hiponense seguiu em busca da verdade usando apenas a razão<sup>49</sup>; ao encontrar o maniqueísmo, acreditou ter encontrado neste sistema de pensamento a verdade, contudo, foi apenas após um conturbado tempo de ceticismo, afligido por sua sede pela verdade, que ele percebeu que a fé tinha em seu âmago a mesma verdade que a razão não havia conseguido encontrar (GILSON, 2010, p. 61). Dario Antiseri e Giovanni Reale (2020, p. 451) complementam a questão sobre fé e razão: “A fé não substitui a inteligência e não a elimina; pelo contrário, como já acenamos acima, a fé estimula e promove a inteligência. A fé é um *cogitare cum assensione*, um modo de pensar assentido; por isso, sem pensamento não haveria fé”.

E de modo análogo, a inteligência não exclui a fé, ao contrário, ela a reforça ainda mais, ao ajudar a jogar luz em uma questão. Sendo assim, a fé e a razão acabam por se complementar (ANTISERI; REALE, 2020, p. 451). Santo Agostinho complementa:

---

<sup>46</sup> Agostinho enfatiza justamente isso em *A trindade*, quando explica que: A fé busca, o entendimento encontra; por isso diz o profeta: Se não crerdes, não entenderéis (Is 7,9). Doutro lado, o entendimento prossegue buscando aquele que a fé encontrou, pois Deus olha do céu para os filhos dos homens, como é cantado no salmo sagrado: para ver se há alguém que tenha inteligência e busque a Deus (Sl 13,2) (De Trin. XV, II, 2).

<sup>47</sup> Isaías 7:9 (versão LXX) (De lib. arb., I, II, 4).

<sup>48</sup> O significado de fé, segundo Champlin: Essa palavra vem da raiz latina *fidere*, “confiar”. Na filosofia, usualmente essa palavra indica uma atitude de confiança que vai além das evidências empíricas disponíveis [...]. Nos escritos de Paulo, a fé consiste em uma espécie de outorga da alma aos cuidados de Cristo, uma certa disposição interna, espiritual, insuflada pelo Espírito de Deus, que põe fim ao modo legalista da justificação, que parecia transparecer no Antigo Testamento (2013, p. 697).

<sup>49</sup> Sobre a palavra razão, Nicola Abbagnano explica que o termo significa: 1°. Referencial de orientação do homem em todos os campos em que seja possível a indagação ou a investigação. 2°. Fundamento ou Razão de ser. 3°. Argumento ou prova. 4°. Relação, no sentido matemático (2018, p. 969-970). Jacqueline Russ define razão como: Razão: faculdade discursiva que, em vez de entrar em conflito com a fé, vai complementá-la: deve-se, com efeito, compreender para acreditar (2015, p. 80).

Tem coragem, e não deixes de acreditar naquilo em que acreditas. Com efeito, nada de melhor se há-de acreditar, mesmo quando se oculta a razão pela qual assim seja. De facto, ter acerca de Deus a melhor das opiniões é o mais verdadeiro começo da piedade (De lib. arb., I, II, 5).

A fé<sup>50</sup> é o primeiro passo, o ser humano precisa primeiramente crer, para depois usar a razão para buscar a verdade. Esta é a lógica que Agostinho de Hipona usou, o caminho que ele traçou para encontrar as respostas das questões que o incomodavam.

### 2.1.3 O mal não está no desejo

Em resposta ao questionamento sobre Deus ser autor do mal, Agostinho propõe responder primeiro o que seria fazer mal. Logo, ele lança um desafio ao seu interlocutor, pedindo para que ele explicasse o que seria fazer o mal, enunciando com exemplos de ações entendidas como más. É neste ponto que Evódio lista o adultério, homicídio e os sacrilégios, como sendo más ações<sup>51</sup> (De lib. arb. I, III, 6). Agostinho de Hipona pergunta a Evódio que:

Procuras, certamente, a origem do mal que fazemos. Por conseguinte, antes de mais devemos examinar o que é fazer o mal. Expõe-me o que te parece acerca deste assunto. Se não o puderes explicar de modo simultaneamente breve e completo, podes enunciar detalhadamente as próprias más acções, pelo menos para que eu conheça a tua posição (De lib. arb. I, III, 6).

---

<sup>50</sup> Sobre a síntese fé, filosofia e vida, Antiseri e Reale explicam que: Agostinho foi o primeiro pensador cristão a praticar madura síntese entre fé, filosofia e vida, considerando que a fé teria haurido clareza da razão, mas também a razão teria haurido estímulo e impulso da fé (credo ut intelligam, intelligo ut credam) (2020, p. 450).

<sup>51</sup> Se a causa do mal se encontra em um componente que influencia o comportamento das pessoas, um dos meios de constatar é analisar as ações humanas vistas como más, identificando, desta forma, a causa do problema. É por conta disso que o adultério, os homicídios e os sacrilégios, que são modelos de ações maléficas, são citados pelo hiponense. Ao discorrer sobre a motivação do adultério, Agostinho descarta que a lei, decretada por uma autoridade, seja a sua origem. Por certo, é plausível entender que se uma pessoa decretasse uma lei, tendo como motivação proibir tal prática, não poderia ser este o motivo da perversidade do adultério, visto que, outra pessoa, tendo em suas mãos a autoridade pública para tal, poderia criar uma lei contrária (SILVA, 2001, p. 47). Silva acrescenta explicando que: “Refletindo sobre a natureza da lei promulgada e do seu contributo para a definição da bondade ou malícia das ações humanas, Santo Agostinho discute aspectos que, pela universalidade do seu conteúdo, permanecem em debate no fórum hodierno” (SILVA, 2001, p. 47).

Assim sendo, era necessário que, segundo a estratégia de Agostinho, que os exemplos fossem oriundos não somente de fatos que o ser humano acreditasse serem incorretos e sim, de exemplos que fossem vistos como errados pelas autoridades civis e religiosas. De fato, ao pontuar três péssimos crimes, visto de forma universal como males, seja no âmbito civil ou eclesiástico, não só se definiriam princípios coesos para a investigação, mas também para se afastar de estabelecer exemplos discutíveis, que, de algum modo, não pudessem ser vistos como males, ou serem conceitos fáceis de serem relativizados (TAURISANO, 2019, p. 234).

Sendo assim, a fim de responder à pergunta de Evódio, Agostinho discorre sobre o adultério e pergunta se ele seria uma ação má justamente porque a lei assim proíbe o ser humano de praticar. Em resposta, ele pontua que o adultério não é um mal porque a lei não permite, mas ela proíbe justamente por ser um mal (De lib. arb. I, III, 6). E Agostinho novamente responde Evódio, afirmando que:

Então, se vier ter conosco alguém a exaltar os prazeres do adultério e nos perguntar por que razão o julgamos um mal digno de condenação, porventura és de opinião que não-de recorrer a autoridade da lei os homens que, agora, não desejam apenas acreditar, mas compreender? Tal como tu, efectivamente, também eu acredito, creio inabalavelmente e proclamo a todos os povos e nações que se deve acreditar que o adultério é um mal. Mas agora esforçamo-nos por saber e sustentar com toda a firmeza, também pelo entendimento, aquilo que recebemos pela fé. Considera, por isso, a questão, e expõe-me, tanto quanto te for possível, a razão que te dá a conhecer que o adultério é um mal (De lib. arb. I, III, 6).

Afirmar que o adultério é um pecado porque a lei não permite, ou mesmo porque ninguém iria gostar que a sua esposa cometesse o ato, não é uma resposta apropriada. O mal, especificamente, se encontra na ação, a atitude má do adultério é justamente a luxúria (EVANS, 1995, p. 170).

O adultério é visto como uma ação má por conta de um componente que é próprio dele, sendo algo inerente ao agente chamado de paixão ou desejo, sendo que, ele é dominante no adultério. O termo *libido* é traduzido por paixão, com o fim de explicar que é um desejo indevido, e *cupiditas* é traduzido como desejo, apesar do termo não ser suficiente, visto que o “desejo apaixonado”, “cupidez ou cobiça”, são equivalentes à palavra grega *epithymia*<sup>52</sup> (PICH, 2005, p. 189).

Agostinho de Hipona, nesta altura do diálogo, afirma que a malícia do adultério, é fruto da paixão, contudo, ele continua explicando que buscar a explicação para o mal nas coisas exteriores, nas ações humanas, que são possíveis de avaliar, é um problema bem grande. Visto que, para entender que o mal no adultério é justamente a paixão, é preciso ter a oportunidade de praticar o ato, e caso tivesse esta oportunidade, certamente teria feito, não sendo, assim, menos culpado do que se fosse pego no ato (De lib. arb. I, III, 6). Quanto às ações más,

---

<sup>52</sup> O termo *epithymia* significa desejo intenso (DICIO, 2023).

Agostinho complementa: “De facto, já é claro que, em todo o gênero de más ações, nenhuma outra coisa domina senão a paixão” (De lib. arb. I, III, 8).

Neste ponto, Agostinho muda o sentido da discussão fazendo o seu interlocutor entender que não é coerente procurar o mal em coisas externas, na ação em si, tendo o risco de cair em uma argumentação aporética, ficando assim em um embate, sem saída para a argumentação. Efetivamente, se o mal estivesse presente no ato em si, seria preciso separar os bons atos dos maus. E se a mesma ação pode ser tanto boa quanto má, conforme afirma Taurisano, nela não se encontra nem o bem e muito menos o mal (AGOSTINHO, 2019, p. 252).

Com isso, o mal não pode estar em qualquer tipo de desejo propriamente dito, mas no uso errôneo da vontade. Sendo assim, o uso equivocado da vontade é que leva o ser humano a desejar as coisas que ele não deveria desejar. O mal é fruto da vontade, com isso, ele vira um ato mau através da ação da vontade<sup>53</sup> (EVANS, 1995, p. 171). Sobre o desejo desenfreado, Agostinho complementa: “Sabe também que, à paixão, se lhe dá outro nome? O desejo desenfreado?” (De lib. arb. I, IV, 9).

Neste ponto do texto a diferença do medo e do desejo desenfreado surge. Sendo que, segundo Evódio, o desejo desenfreado atrai e o medo afasta. Sendo assim, Agostinho narra uma hipótese, para mostrar como ambos os pontos não são contraditórios. Ele supõe que se alguém assassinasse uma pessoa não pelo afã de obter algo dela e sim, por conta de um mal que pudesse acontecer, tal indivíduo, independentemente da motivação, não seria da mesma forma um

---

<sup>53</sup> Sobre o querer e a vontade, segundo Santo Agostinho, Nascimento Junior comenta: De fato, o querer é o coração da alma em Agostinho. Não é à toa que nas *Confissões* o filósofo inicia essa obra atribuindo para esse conceito a imagem de um coração. Porque, da mesma forma que esse órgão é aquilo que anima e dá vitalidade a circulação do sangue no corpo, é o meio pelo qual que se faz a conexão de todas as partes que compõe a organicidade do homem por intermédio do mesmo sangue. Não seria muito diferente afirmar que o querer é aquilo que medeia e une todas as faculdades do ânimo. Vejam só essa circunstância presente em *O Livre-arbítrio* de inversão da hierarquia de valores na estrutura antropológica, caso levarmos para a hipótese que não haveria vontade no ser humano: as paixões e a vida sensível do corpo poderiam até perturbar a razão em sua atividade, porém não ao ponto de suprimir e redirecionar a operação racional em destino a esses bens inferiores. Se um é o bem maior e outro o menor, não há como o maior se curvar ao menor; seria como o céu se dobrasse de alguma forma ao chão. Isso seria possível, apenas caso houvesse uma ponte entre aquilo que é alto com o baixo, essa ponte é o querer. Todavia, mesmo havendo essa faculdade, caso não fosse livre, seria apenas um instrumento desses dois, uma corda usada para um cabo de guerra entre razão e paixões. O querer não se manifesta assim, muito pelo contrário, não é um mero instrumento da razão, podendo até se rebelar contra a Verdade apreciada na inteligência – como vamos ver ao analisarmos as *Confissões*, que mesmo conhecendo a Verdade, podemos não adequar a nossa volição a ela. Ademais, nem é o querer um instrumento das paixões, pois elas nunca poderão obter o objeto que deseja caso não fosse o intermédio da vontade. Logo, são elas que são dependentes do querer, e não o contrário, mesmo nesta servidão que essa faculdade se coloca frente as paixões (NASCIMENTO JUNIOR, 2022, p. 210).

homicida? O tema central neste ponto é o desejo desenfreado, que o interlocutor de Agostinho busca refutar (De lib. arb. I, IV, 9).

De fato, uma pessoa que busca viver uma vida sem medo deseja algo bom, e por conta disso, não há culpa alguma neste desejo. À vista disso, é preciso reconhecer que existem homicídios nos quais não existe o desejo desenfreado, transformando o pecado como consequência da paixão desenfreada, em uma afirmação falsa. Com isso, podem existir homicídios que não são pecaminosos, visto que estão sob a lei e não são ilegais. Um soldado que mata pessoas em uma guerra, uma pessoa que para se defender de alguma maldade vinda do seu senhor, acaba o matando, não seria um homicida (De lib. arb. I, IV, 9).

A lei existe para punir atos falhos, contudo, a atitude de alguém que mata para se defender não é fruto de uma intenção má. Por isso, quando um senhor é executado por seu escravo, movido pelo desejo de não sofrer alguma maldade, esta ação não é fruto do desejo desenfreado culpável. Assim, não é possível encontrar maldade alguma neste ato. Todas as ações más se dão por uma razão apenas, por um atroz desejo desenfreado (De lib. arb. I, IV, 10). Agostinho explica que: “De facto, estamos de acordo em que todas as más acções não o são por outra razão, a não ser porque se fazem por paixão, ou seja, por um perverso desejo desenfreado” (De lib. arb. I, IV, 10). Pich complementa expondo que:

A lei — que sempre tem de ser justa — permite, por exemplo, que alguém cometa um assassinato por causa de autodefesa ou em caso de guerra. Significa isso que tal ação se torna, segundo a natureza, moral ou de imediato cometida sem libido? Não. Porque é feita segundo a lei, não significa que foi feita sem paixão — embora seja possível, sim, obedecer à lei sem o elemento paixão, e a lei mesma não esteja em si ligada à paixão (2005, p. 191-192).

Em todo o caso, a lei não necessita da paixão para manter a sua importância na sociedade. Não existe qualquer ligação entre a moral segundo a natureza humana ou segundo a lei, por mais que exista a ação moral em concordância com a natureza e a lei. Desta forma, por mais que o hiponense persista em apontar a paixão como um fator intrínseco para a existência do mal, na natureza humana, isso não significa que o desejo não possa existir nos atos sem que isso implique em uma ação má (PICH, 2005, p. 192).

É normal alguém desejar viver uma vida sem medo, todas as pessoas, boas ou más, possuem este querer. Todavia, os indivíduos bons desejam, buscando não ter amor pelas coisas que não podem ter, por serem objetos que levam o ser humano a se perder; já os homens maus

desejam desfrutar destas coisas com total liberdade, removendo do seu caminho qualquer coisa que o impeça de aproveitar estas coisas, e por este motivo, terminam por viver uma vida cruel e transgressora (De lib. arb. I, IV, 10).

Agostinho conclui o assunto pontuando que, por fim, não há outra motivação para as ações más, salvo pelo fato que elas são motivadas pela paixão, isto é, por um péssimo desejo desenfreado (De lib. arb. I, IV, 10). O filósofo complementa a questão do desejo desenfreado: “A alegro-me de ter percebido tão claramente que é esse desejo desenfreado culpável, a que se chama paixão. Já se vê que é o amor daquelas coisas que alguém pode perder contra a sua vontade” (De lib. arb. I, IV, 10).

Resumindo o exame da ação e do desejo humano: Agostinho indica uma perspectiva de desejo, usando vários contextos e exemplos, sendo que os três cenários principais podem ser resumidos como: condenável, adequado e neutro, e eles explicam a incumbência da vontade na ação moral. De forma rigorosa, o desejo humano, ou mesmo o seu caráter, pode ser correto ou condenável. Afirmar que ele é neutro denota que ele não pode ser nem correto e muito menos adequado. Além do mais, o desejo presente em todas as ações humanas não aparenta ser proporcional ao conceito de potência do desejo, mas certamente aponta para um amor ao ente retratado, que influencia a ação do sujeito (PICH, 2005, p. 193).

Mesmo que ele ainda não tenha explicado o motivo pelo qual o desejo humano sempre pende para o mal, Agostinho de Hipona revelou que a vontade é o princípio que explica as ações más dos seres humanos (EVANS, 1995, p. 172).

## **2.2 As duas leis**

A lei é outro tema investigado por Santo Agostinho, para apresentar como o mal não pode estar na autoria da lei. O autor conclui a argumentação sobre o mal e a vontade perguntando se não seria honesta a lei que outorga a quem viaja a possibilidade de tirar a vida de um ladrão ao invés de ser morto por ele, ou mesmo de matar aqueles que, pela força, tentam tirar a sua vida, sendo que, a mesma lei confere o direito ao soldado de matar o seu inimigo.

Assim, é factível crermos que a lei é totalmente justa<sup>54</sup> (De lib. arb. I, V, 11). Santo Agostinho complementa a explicação sobre a lei: “Porventura ousaríamos dizer que estas leis são injustas, ou diríamos antes que não têm valor? Na verdade, se uma lei não for justa, a mim não me parece que seja lei” (De lib. arb. I, V, 11).

A ideia de lei natural e a sua exposição sobre o tema são partes fundamentais da apresentação bíblica sobre o princípio da criação. E por mais que exista uma visível equivalência com a filosofia estoica ou de outros filósofos sobre a lei natural, com exceção às menções claras à expressão em Aristóteles e Platão, constata-se que em Agostinho o desenvolvimento do significado do termo lei natural, a partir de uma ótica cristã, parte da importância do caráter pessoal de Deus, unindo a isso a presença de um código moral acurado impossível de ser infringido em qualquer situação (DOUGHERTY, 2019, p. 599).

O termo “lei natural” surge nos textos de Santo Agostinho por meio de diversos formatos, que se expandem a partir da lei eterna de Deus, ou mesmo da Providência, até às leis físicas da criação, dado que a lei eterna se apresenta gravada na mente das boas pessoas em forma de vontade de Deus, de ordenação da natureza ou mesmo como a lei segundo Deus comanda integralmente a criação (DOUGHERTY, 2019, p. 600). Agostinho acrescenta que: “[...] A lei eterna, portanto, ordena que se tenha aversão ao amor das realidades temporais, e que, purificado este, se converta às realidades eternas” (De lib. arb. I, XV, 32).

Posto isto, a lei, no que se refere à sociedade na qual ela é aplicada, permite que males menores sejam cometidos, para que problemas maiores sejam evitados. É por isso que é muito mais admissível tirar a vida de um indivíduo que busca ceifar a vida do seu próximo, do que prejudicar a pessoa que está se defendendo. É uma situação muito mais abominável uma pessoa ser vítima de estupro, ato feito sem a sua permissão, do que tirar a vida daquele que tentou

---

<sup>54</sup> Sobre o mal e a lei, Nascimento Junior explica que: O Doutor da graça, além de conceber o corpo como parte integrante da identidade do homem, considera-o também como um bem; não só a parte exterior do homem, mas a própria matéria física em si de toda criação possui também essa essência boa. Se a matéria corpórea é um bem, então o mal não existe no nível físico, muito menos ainda no sentido metafísico, mas trata-se de uma privação do Bem. Ou seja, o mal não é uma substância em si – nem física, nem metafísica –, trata-se apenas do uso perverso dos bens da criação, existindo apenas no nível moral. Entretanto, o que seria o mau uso dos bens? Resposta: é quando o ser humano, usando-se do querer, vai contra a ordem estabelecida pelo Lógos divino ao cosmo, quando ele é contra a sua lei eterna [...]. Aqui entra em ação a atividade da vontade como livre-arbítrio e consentimento. Enquanto livre-arbítrio, quando a vontade tem bom fim, dizemos que ela é moralmente boa porque ordena todos os movimentos irracionais (da alma e do corpo) do ser humano em conformidade a lei eterna presente na realidade feita pelo Sumo Bem. Quando tem mau fim, dizemos que ela é moralmente má, porque cria uma ordem divergente àquela estabelecida na realidade, desordenando o ânimo em vícios, inclusive a vida do corpo e a própria dinâmica das paixões. Com esse pressuposto, nem por natureza má, mas também não por origem, a atividade de vitalidade do homem exterior e o dinamismo passional não são maus, mas antes precisam de uma má vontade para isso (NASCIMENTO JUNIOR, 2022, p. 207-208).

causar este mal a ela. Da mesma forma, quando um soldado abate o inimigo em uma guerra, assim o faz, atendendo a um pedido da lei. É por isso que é compreensível que esta tarefa esteja sendo cumprida sem a força da paixão. Além disso, não é possível atribuir à lei em específico, que foi criada para manter a paz em uma sociedade, qualquer tipo de paixão. Se é verossímil entender que a lei foi estabelecida por Deus, a determinação não pode ter sido criada partindo da paixão. Contudo, se a lei foi estabelecida com alguma paixão, não significa que um indivíduo vá obedecer com paixão, visto que as boas leis podem ser criadas por pessoas que não são boas (De lib. arb. I, V, 12). Agostinho complementa: “Pode, portanto, obedecer-se sem paixão a uma lei que, para defesa dos cidadãos, ordena que se utilize outra força para repelir uma força inimiga. E o mesmo se pode dizer de todos os que estão sujeitos, por direito e por hierarquia, ao serviço de qualquer poder” (De lib. arb. I, V, 12).

Claramente concluímos que a lei não exige que alguém tire a vida de uma pessoa, ela apenas concede a autoridade de fazê-lo. E desta forma, deixa as pessoas livres para não matar, se assim quiserem. Consequentemente, não é um problema existir uma lei que ajude uma pessoa a defender a sua vida daqueles que tentam matá-lo (De lib. arb. I, V, 12).

O assunto denominado de lei eterna é levantado por Santo Agostinho com o intuito de apontar como o ser humano tem um profundo conhecimento de si. A lei mencionada demonstra ao homem, que possui a lei impressa em seu espírito, a razão de todos os decretos morais. Doravante, fica evidente a todos os seres humanos quais são os significados de bondade e favor, maldade e castigo. E também quando existe um certo tipo de amor presente (PICH, 2005, p. 194). Pich complementa explicando que: “A lei divina evita que o ser humano não saiba da natureza do mal e também que não veja o motivo de sua ação atual” (2005, p. 194).

Dando prosseguimento à discussão, Evódio concorda com a importância de existir uma lei que é produzida para conduzir uma nação, propondo assim justiça às pessoas, mas ele também aponta para a ação divina, que não deixa também de punir aqueles que agem mal. Sendo assim, é preciso existir uma segunda lei, diferente da lei humana que possui muitas imperfeições, deixando, desta forma, por punir muitas ações<sup>55</sup> (De lib. arb. I, V, 12).

---

<sup>55</sup> Partindo da exposição de Agostinho sobre o belo da natureza e da arte humana, que o âmago do pensamento não possui per se causa definitiva e reivindica a presença de uma causa maior, visto que existe uma oposição evidente entre as transformações e as contingências de um indivíduo e “a ordem de toda e qualquer arte, sendo ela completamente invariável, é denominada de a Verdade”. Tal característica metafísica da contingência e as transformações e a insuficiência da alma limitada serve como o princípio do alicerce derradeiro às verdades eternas e indispensáveis, e leva Agostinho a dar um passo rumo a transcendência. Portanto, por meio do caminho através

Agostinho explica que para o entendimento da questão, ele denomina de lei temporal a lei que, por mais que seja justa, pode com o tempo se modificar. E também existe a lei eterna, que está gravada em todos os seres humanos. Ele explica que é esta a lei que faz com que tudo esteja ordenado (De lib. arb. I, VI, 14-15). Agostinho, em *A verdadeira religião*, explica que:

Como pois, duvidar de que essa lei seja nem maior nem menor do que os intervalos do espaço e do tempo<sup>56</sup>, mas que com poder supera a tudo? Pelo fato de essa lei de todas as artes ser absolutamente imutável, enquanto o espírito — que recebeu o dom de constatar isso — está sujeito às variações de erro, é claro que existe acima de nossa mente uma lei imutável chamada Verdade (De vera rel. 30, 56).

Isto posto, a lei eterna, seria aquela que todos precisam cumprir, onde maus homens são merecedores das tristezas e os bons da vida feliz, onde enfim, a lei temporal é colocada como justa, mas que da mesma forma, também se altera. Não é no mínimo evidente que esta lei não seja imutável e eterna? É um fato que esta lei é eterna e não muda (De lib. arb. I, VI, 15).

Segundo Agostinho em *O livre-arbítrio*, as pessoas, quando são virtuosas, são conduzidas por uma lei, e quando são devassas, seguem outra. A primeira lei é aquela que confere a capacidade de escolher, sendo que no segundo caso há uma lei que retira tal capacidade. Se as pessoas são virtuosas e justas, conseguindo assim escolher livremente, elas escolhem seus objetivos sem coação. Agora, se as pessoas não são justas e são corruptas, têm a sua capacidade de escolha anulada, sendo assim levada a se subordinar ao controle de outrem, explica Taurisano (AGOSTINHO, 2019, p. 291). Gilson explica que:

Assim, todas as prescrições particulares de nossa consciência moral, todas as legislações mutáveis que regem os povos, descendem de uma única e mesma regra, adaptada incessantemente às necessidades mutáveis e diversas, mas que, em si mesma, jamais muda. Tudo o que há de legítimo no indivíduo e na cidade deriva dela; ela é verdadeiramente a lei das leis (GILSON, 2010, p. 248-249).

---

mundo sensível é possível alguém alcançar o mundo inteligível das verdades eternas, e do brilho imutável que é Deus (OLIVEIRA; FRANGIOTTI, 2021, p. 82).

<sup>56</sup> O termo tempo significa: Tempo: mudança perpétua que cessa de ser, à semelhança do que se passa com os gregos, um princípio de degradação para aparecer, à luz do cristianismo, como um foco de sentido e de redenção, de significação e de criação (RUSS, 2015, p. 80).

No entanto, as duas leis não conseguem existir simultaneamente, expõe Taurisano. Na verdade, se as pessoas são boas e agem de uma forma boa, não há motivos para serem penalizadas com a falta de capacidade de escolher. No caso de um povo comportar-se mal, não existe a possibilidade de se manterem livres para nomear magistrados, o que resultaria em prejuízo às pessoas. Todavia, em qualquer um dos casos, todas as leis são justas, quer quando é anulada a liberdade das pessoas ou mesmo quando ela é salvaguardada, visto que, conforme antes foi permitido, lei alguma pode ser injusta (AGOSTINHO, 2019, p. 291-292). Agostinho complementa: “[...] os que servem a lei temporal não podem estar livres da lei eterna, da qual dissemos que deriva tudo o que é justo e tudo o que varia com justiça. E aqueles que aderem à lei eterna pela boa vontade não necessitam da lei temporal [...]” (De lib. arb. I, XV, 31).

Da mesma forma é perceptível o fato de que, na lei temporal, toda a justiça e verdade é justamente oriunda da lei eterna. Na prática, se em um lugar, uma nação desfrutou de modo justo da capacidade de cumprir funções políticas, e em outros momentos não exerceu, este desequilíbrio, foi obtido da lei eterna, onde em uma nação séria existe o direito de indivíduos exercerem cargos políticos, ao invés de pessoas imprudentes exercerem. A consciência da lei eterna está impressa na mente humana e é ela que evidencia como é justo que tudo esteja em ordem (De lib. arb. I, VI, 15). Agostinho complementa: “Portanto, sendo uma única a lei a partir da qual todas as leis temporais variam para governo dos homens, poderá ela própria modificar-se de algum modo? (De lib. arb. I, VI, 15).

Após refletir sobre a paixão e o desejo desenfreado, deixando claro como a finalidade da ação humana é a felicidade<sup>57</sup>, muitas vezes a vontade, faz com que o homem seja infeliz, mas contra o seu querer, sendo que, por mais que nem todas as pessoas desejem ter uma vida reta, é pela vontade humana que as pessoas conseguem ser felizes. Por conta disso, Santo Agostinho retoma a discussão sobre as duas leis (De lib. arb. I, XIV-XV, 30-31).

Ele expõe que o indivíduo que ama viver uma vida honesta, vivendo assim, não encontra apenas a integridade, mas também o deleite e a alegria — e esta pessoa ama de todo o coração essa lei, entendendo que é por meio dela que os bons possuem a felicidade<sup>58</sup> e os maus uma

---

<sup>57</sup> Sobre a felicidade, Mariones explica que: O objeto da felicidade perfeita deve ser eterno, e visto que a verdade eterna é identificada com o bem supremo, a bem-aventurança realizada e perfeita consistirá, no último grau, no conhecimento e no amor da verdade e do bem supremo que é Deus. Mais tarde, ele insistirá que a felicidade completa não é acessível nesta vida, mas está reservada para o futuro, e que é necessário o dom divino da fé que opera por meio da caridade (2022, p. 54).

<sup>58</sup> Antes de mais nada, sabedoria e beatitude, são termos que, em Santo Agostinho se confundem. A principal busca do hiponense é por algo que traga satisfação e por conseguinte, proporcione paz e a filosofia, para Agostinho,

vida infeliz. A mesma lei proporciona resultados diferentes para estes dois tipos de pessoas (De lib. arb. I, XV, 31).

Por isso, é bem claro o fato de que existem pessoas que amam as realidades eternas<sup>59</sup>, e há outras pessoas que amam as realidades temporais; ficando assim evidente que existem duas leis, uma eterna e outra temporal. A questão é que as pessoas que servem a lei temporal não estão isentas das consequências da lei eterna, uma lei que é a origem de todas as coisas boas e justas. E as pessoas que seguem a lei eterna por meio da sua vontade não precisam seguir a lei temporal (De lib. arb. I, XV, 31). Agostinho complementa a ação da lei eterna: “A lei eterna, portanto, ordena que se tenha aversão ao amor das realidades temporais, e que, purificado este, se converta às realidades eternas” (De lib. arb. I, XV, 32).

Existe em Deus uma lei que se encontra nele e que é a expressão de si, segundo a qual tudo o que existe, e não é Deus, se encontra submisso, sendo ela a lei eterna. Seu teor é a regra do divino saber ou querer, que dispõem em preservar a ordem natural das coisas impedindo

---

é vista como conjecturas sobre o estudo apático da natureza. A priori, a sua maior preocupação é entender quais são as melhores atitudes, para que ele possa ser alguém melhor (GILSON, 2010, p. 17).

O pressuposto central da procura pela verdade tem o seu cerne no desejo por uma vida feliz, uma ação que sempre foi empreendida pelos seres humanos. A busca pela felicidade é a única razão para o filosofar. A vida feliz, segundo a interpretação agostiniana, é totalmente interligada na busca pela sabedoria. Assim como todas as pessoas buscam a felicidade, de igual modo, as pessoas também buscam pela sabedoria (MARIONES, 2022, p. 52).

A beatitude, é uma condição de contentamento e total completude humana. É uma felicidade extrema e profunda que alguém encontra somente em Deus através da fé. Sendo que tal teoria, cumpre com os critérios de eudemonismo da filosofia tanto de Platão quanto de Aristóteles e os Estoicos (BUSSANICH, 2019, p. 441).

Logo, sabedoria e felicidade, para Agostinho, são questões interligadas. O ser humano que possui sabedoria é aquele que busca somente em Deus, sendo que aquele que tem Deus, possui a beatitude, ele é alguém completo e feliz (GILSON, 2010, p. 21-22). Mariones acrescenta: “Para santo Agostinho, o ponto de partida na busca da verdade reside neste anseio de felicidade comum a todos os homens, porque “a única causa que leva o homem a filosofar é ser feliz”” (2022, p. 52).

Uma das grandes preocupações da filosofia Antiga era a busca pela felicidade, sendo que a Eudaimonia poderia ser obtida somente por meio do esforço e da razão. O hionense usou tal preocupação filosófica, visto que a intenção primária da filosofia é encontrar o caminho da felicidade, para explicar o princípio da vida feliz, que é encontrada somente em Deus. Enquanto a filosofia termina por ser um fim em si mesma, Agostinho a usa como uma ferramenta para encontrar a beatitude, a verdadeira felicidade (COSTA, 2012, p. 19-20).

<sup>59</sup> De acordo com Agostinho, o ser humano se apresenta através de um comportamento de obstinada busca que o leva a se autotranscender, a seguir em uma busca que vai para além de si. Esta ação não ocorre apenas no nível do saber, mas de igual forma também no âmbito da vontade. Por certo, e de forma acurada, é preciso enfatizar que há apenas uma ação de autotranscendência que se executa, tanto na ação de conhecer quanto no querer humano e na busca de uma plenitude própria e felicidade (CORDÓN; MARTINEZ, 2014, p. 208-209).

O conceito de autotranscendência é um fator contínuo na conduta do ser humano é a de transpor e sobrepujar de forma sistemática a conduta animal: seja no pensamento, em sua liberdade, em seu trabalho, na comunicação, no modo como se diverte, em seu método e em muitos outros temas, o homem excede o comportamento animal. No entanto, o ponto muito mais único de todas as formas do agir humano, é a existência de uma segunda forma de sobrepujamento, que não é focada para o exterior humano, e sim, para o amago, para o próprio ser humano, um indivíduo que em todas as suas ações, palavras, pensamentos, vontades, desejos, manifesta todos os seus intentos de superação própria. O ser humano é profundamente determinado a buscar ultrapassar os limites pessoais (MONDIN, 2019, p. 74-75). Mondin resume o tema explicando que: “A meta da autotranscendência é a de reencontrar si mesmo por meio da aquisição de um ser mais verdadeiro, mais próprio e mais autêntico, realizando uma ação mais plena e mais completa das próprias possibilidades” (2019, p. 75).

assim que ela seja afetada. É a lei imutável que aclara a mente humana como a luz de Deus ilumina a inteligência das pessoas (GILSON, 2010, p. 248). Sobre este princípio, Gilson explica que: “O que os princípios primeiros da consciência, vistos nas ideias eternas, são para a nossa razão na ordem da ciência, os princípios primeiros da moral são para a nossa consciência para a ordem da ação” (2010, p. 248).

Agostinho explica, em *A verdadeira religião*, que é inquestionável concluir que tal natureza imutável que se encontra acima da alma intelectual é Deus. E é neste ponto que Agostinho reconhece como a “primeira vida, primeira essência”. Esta é a primeira sabedoria. É a imutável verdade, sendo denominada de a lei de todas as artes e a arte do soberano Artesão (De vera rel. 31, 57). Agostinho resume o tema pontuando que:

Assim sendo, a alma toma consciência de que não é por si mesma que pode julgar sobre a forma e o movimento dos corpos. Ao mesmo tempo, ela reconhece que sua própria natureza é superior à natureza daquelas coisas sobre as quais julga. Contudo, reconhece também ser ela mesma de natureza inferior àquela de quem recebe o poder de julgar, e que não é capaz de julgar sobre essa natureza que lhe é superior (De vera rel. 31, 57).

Não obstante, também existe em todos os seres humanos, como uma espécie de lei, preceitos categóricos da consciência humana, das quais as normas são como primeiros indícios da denominada lei natural. O seu tipo de evidência constitui o fato de ela não ser um tipo diferente da transcrição da lei eterna, que na alma humana permanece de forma imutável em Deus. Desta forma, todos os nossos regulamentos da consciência moral, todas as leis mutáveis que governam as pessoas, são oriundas de um mesmo princípio, sendo elas ajustáveis às necessidades instáveis, mas que em seu âmago, não se modificam. Tudo o que o ser humano e a sociedade têm de verdadeiro procede desta lei; ela é efetivamente a lei das leis (GILSON, 2010, p. 248-249). Agostinho complementa a ação da lei temporal:

De facto, basta ver que o poder judicativo da lei temporal não se estende para além de proibir ou retirar isto ou aquilo àqueles que ela pune. Portanto, é pelo medo que a lei temporal obriga a fazer aquilo que ela quer, e torce e retorce os espíritos dos infelizes, a cujo governo ela se destina (De lib. arb. I, XV, 32).

Sendo assim, ao percebermos dois grupos de pessoas que utilizam das mesmas coisas, a diferença é que algumas destas pessoas usam bem estas coisas e outras utilizam de forma errada os mesmos elementos. Os indivíduos que não usam bem terminam por ter amor e se

submeter às coisas que deveriam estar em seu poder, transformando estas realidades em coisas boas. No final, a culpa não é das coisas, mas das pessoas que as usam mal<sup>60</sup> (De lib. arb. I, XV, 32).

O importante requisito que a lei eterna coloca em seu meio e ao ser humano em especial é que todas as coisas estejam em perfeita ordem. Neste caso, o que a ordem pretende em todos os lugares é que em todos os momentos o inferior esteja subordinado ao que é superior. Certamente, partindo de uma conclusão coerente, todas as coisas criadas por Deus são boas; desde os seres racionais até a mais insignificante criatura, não existe nada que o ser humano não consiga usar de modo legítimo, mas a parte difícil é distinguir entre as coisas boas, todas aquelas que entenda as suas boas importâncias, e subordine ao corpo os bens exteriores, o corpo ao espírito (do ser humano) e, após isso, na alma, subordine à razão os sentidos humanos e a razão submetam a Deus. A divina iluminação não se restringe a construir regras de atuação ao inclinar a mente humana perante a lei natural, ela também propicia ao ser humano uma forma de colocar a lei em prática (GILSON, 2010, p. 249).

A observação das leis eternas e das causas, contudo, pressupõe que a consciência humana se abduque do orgulho, visto que nenhum ser humano consegue chegar neste estágio de contemplação sem se colocar sujeito a tais leis; e desta forma, praticar a humildade e elevação. Logo, o início da vida sábia se encontra na sabedoria. A sabedoria se resume à contemplação do que é imutável e eterno. Eis o propósito final da razão superior (BOEHNER; GILSON, 2021, p. 169-170).

## 2.4 Vícios e virtudes

Outra ênfase que Agostinho dá em sua obra *O livre-arbítrio* é sobre o vício<sup>61</sup> e a virtude<sup>62</sup>. Ele explica como a virtude deveria se antepor ao vício, sendo que quanto maior a

---

<sup>60</sup> Agostinho certamente identificou que, primeiramente, existe no interior de todas as pessoas a razão e o desejo, como potências da alma. Em segundo lugar, a relação de desejo e razão, obteve de igual modo uma outra determinação: quando o apetite não é controlado pela razão, ele transforma a ação humana em algo semelhante a um animal, que age por impulso (PICH, 2005, p. 194).

<sup>61</sup> Sobre os vícios e virtudes, Roberto Pich explica que: Virtudes definem como se deseja volitivamente a partir do conhecimento racional da ordem (e isso sem dúvida expressa, em geral, na concepção agostiniana da virtude, a preservação do “racionalismo moral da filosofia pré-cristã da virtude”); vícios definem como se deseja volitivamente recusando conscientemente a verdade racional da ordem (2019, p. 39-40).

<sup>62</sup> Agostinho usa o termo virtude em um sentido bem delimitado, o termo designa a busca por um fim necessário. Sendo ela oriunda da ordem e do amor. A verdadeira virtude vem daqueles que servem e amam a Deus (MARIONES, 2022, p. 347). Gilson acrescenta: Logo, virtude é querer o que devemos querer, ou seja, amar o que

virtude, mais forte e invicta ela se torna. A inteligência que é composta de virtude não é capaz de ser injusta, e com isso não obrigará o corpo a ser escravo das paixões. Gilson acrescenta explicando que: “Ao submeter-se à sabedoria, o pensamento ordena para seu fim; por isso ele se torna capaz de ordenar para ela as ações do homem e de lhes conferir seu caráter de moralidade” (2010, p. 243).

O capítulo XIII de *O livre-arbítrio* repercute o tema da relação entre virtude e vontade, a partir da consideração das quatro virtudes cardeais. Em seu diálogo ele fala da prudência, definindo que é o conhecimento das realidades que se deve desejar evitar. E a fortaleza é uma condição da alma que propicia ao indivíduo a capacidade de rejeitar todos os inconvenientes e aceitar a ausência de controle das coisas que não estão em seu poder. A temperança, Agostinho define como a virtude que coage e reprime o desejo daquilo que é oferecido de modo indecoroso. E por fim, a justiça é a virtude que concede a cada ser humano as coisas que são próprias. E com isso, um indivíduo que possui uma vontade boa segue a justiça com muito amor, entendendo que não existe nada melhor do que ela, recebendo dela a alegria e o bem-estar, se impressionando com a sua importância e meditando sempre sobre a relevância desta lei, que não pode ser retirada do ser humano sem que ele assim deseje (*De lib. arb. I, XIII, 27*). São estas as quatro virtudes cardeais<sup>63</sup>. Sobre a virtude, Agostinho pontua que: “Portanto, quem tiver uma boa vontade, de cuja excelência já falamos longamente, há de abraçar esta única virtude com um amor que, entretanto, nada considera melhor” (*De lib. arb. I, XIII, 27*).

Quando o intelecto é cativado pela sabedoria, a inteligência se inclina para o seu propósito e termina por ficar apto a reverter as ações humanas, atribuindo propensões morais. Quando está centrado, a inteligência consegue destinar cada coisa aos seus fins próprios e se comportar da melhor maneira, no que diz respeito a elas. O primeiro fim do bom intelecto é quando o pensamento passa a deliberar a partir da concepção de Deus (GILSON, 2010, p. 243).

---

devemos amar. A virtude pode ser resumida como desejar as coisas que precisamos desejar, é querer optar por amar e pelas coisas boas e virtuosas (2010, p. 258).

Virtude termina por ser o caminho no qual a ordem moral é estabelecida na conduta humana, guiando-o para o propósito último. Sendo que a virtude se torna concreta através da razão, a reta razão humana, busca primeiramente compreender a Deus com o intuito de desfrutar de Deus (LAVERE, 2019, p. 966).

<sup>63</sup> Sobre as quatro virtudes cardeais, Markus explica que: Com isso, as quatro virtudes cardeais tradicionais recebem cada uma seu equivalente no discurso do amor: como somente o amor que traz a felicidade é o amor de Deus, o soberano bem, suprema sabedoria e suprema harmonia (*concordia*), Agostinho escreve que podemos assim definir a virtude: “A temperança, digamos, é o amor de Deus que se conserva inteiro e incorrupto; a coragem, o amor que suporta tudo facilmente por causa de Deus; a justiça, o amor a serviço de Deus apenas e que por isso ordena as outras coisas submetidas ao homem; a prudência, o amor que discerne bem as coisas favoráveis a Deus, daquelas que são obstáculos a isso” (*ibid.*). Esse conjunto de equivalências faz corresponder as virtudes tradicionais a uma moralidade definida no vocábulo do amor (2013, p. 45).

Para Agostinho de Hipona, a virtude intelectual envolve o correto uso da razão e a busca do verdadeiro conhecimento. O hiponense entende que é possível o ser humano conhecer a verdade para conseguir assim, viver uma vida virtuosa. Lavere explica que: “Virtude é, então, o meio pelo qual a ordem moral é instaurada nas ações humanas, dirigindo-as a seu apropriado objetivo final (2019, p. 966).

E esta virtude intelectual acontece, em um primeiro momento, através do uso disciplinado da razão. A razão humana, denominada de virtude, primeiramente parte de si para assim compreender Deus com o propósito de fruir dele. Ela também mostra a sua excelência em uma sociedade, junto com outros seres racionais e em meio aos seres denominados de irracionais (LAVERE, 2019, p. 966).

O intelecto é aquela habilidade que faz a mente captar, entender e analisar os eventos compreensíveis na perspectiva da verdade eterna. Da mesma forma que a imaginação e os sentidos focam no mundo sensível, o intelecto tem como ênfase a realidade eterna. Para Santo Agostinho o termo parte do *noûs* grego. Dessa maneira, a palavra latina exprime concomitantemente o que é compreendido, atuação da compreensão e a capacidade de se alcançar de forma racional os fundamentos do entendimento. Todos os conceitos são princípios da verdade impressa na mente humana, encontrados na memória alcançada através da iluminação divina (BREYFOGLE, 2019, p. 555). A virtude intelectual é o hábito de fazer o bem. E o intelecto e a virtude, estão intrinsecamente ligados, visto que, a busca pelo conhecimento e pela verdade através do intelecto, leva o ser humano a praticar a virtude. Na obra *A trindade*, Agostinho revela que:

Naquela Verdade eterna, segundo a qual todas as coisas temporais foram feitas, é que contemplamos com o olhar da mente a forma que serve de modelo a nosso ser, e conforme à qual fazemos tudo o que realizamos em nós ou nos corpos, quando agimos segundo a verdadeira e reta razão (De trin. IX, 12).

Logo, sabedoria é o meio pelo qual o ser humano consegue ver e possuir a felicidade. Pode existir discordâncias quanto à forma do como deve ser seguido, para assim se chegar à verdade, pelo menos até o seu fim ser alcançado. Mas a noção de felicidade, por exemplo, existe na mente mesmo antes de alguém ser feliz. O mesmo acontece com a sabedoria - há uma noção impressa na mente quanto ao significado de sabedoria. O mesmo pode ser dito da verdade, em que existe um princípio inicial do caráter e de todas as verdades. Não existe uma sabedoria

única em cada ser humano, e sim uma sabedoria que é padrão para todos, sendo este o soberano bem (GILSON, 2010, p. 244).

Todos os seres humanos são pecadores, mesmo aqueles cristãos mais devotos, todavia, nem tudo o que as pessoas fazem são pecados. De uma forma ou de outra, os seres humanos são viciosos, mas nem todos os atributos do nosso caráter se resumem em vícios. Todavia, segundo a explicação de Agostinho sobre a moral, existe um ponto que se identifica com as mesmas implicações que o argumento pontua sobre a inseparabilidade das virtudes morais. É o preceito que entende que as virtudes morais não se separam das virtudes teológicas. Ou seja, um indivíduo que necessita da fé, esperança e caridade não consegue ter em sua vida de forma verdadeira virtudes como sabedoria, temperança ou coragem. É pecaminosa qualquer atitude que não parta do amor a Deus, e sem fé não é possível alguém ter um amor verdadeiro a Deus ou mesmo atitudes boas (KENNY, 2011, p.287). Na obra *O espírito e a letra*, Agostinho explica que: “Nós, pelo contrário, asseveramos que a vontade humana é de tal modo ajudada por Deus para praticar a justiça [...]. Se o caminho da verdade permanecer oculto, de nada vale a liberdade, a não ser para pecar”<sup>64</sup> (De. sp. Et litt. 3, 5).

Além disso, Agostinho em *Confissões* discorre sobre a função da virtude na vida dos indivíduos. Se por um ângulo, a virtude natural oriunda apenas do intelecto e experiência racional é aquém da virtude cristã, fundamentada na fé e na revelação de Deus, por outro ângulo, é justamente a virtude natural que Agostinho encontrou na obra de Cícero, chamada de *Hortênsio* que o ajudou em sua conversão (LAVERE, 2019, p. 966).

Assim sendo, é unânime a conclusão que tais virtudes são louváveis. E a vida feliz é um intento fundamental. Com isso, todos aqueles que apreciam a boa vontade e ignoram todas aquelas coisas que são perecíveis são os verdadeiros indivíduos felizes. Não é preciso ser um sábio para concluir que é através da vontade que alguém alcança uma vida feliz e é igualmente através da vontade que uma pessoa também cultiva uma vida infeliz e torpe (De lib. arb. I, XIII, 28). A vontade é um elemento imprescindível para a felicidade, segundo Santo Agostinho.

Em suma, o indivíduo que se separa da verdade e faz uso da razão para satisfazer seus desejos momentâneos segue perdido em um labirinto de erros, percorrendo pela inquieta condição de não achar a base última do seu saber, além de seguir se iludindo de forma

---

<sup>64</sup> O livre-arbítrio, bem como a lei de Deus não bastam, para Santo Agostinho, é também necessário que a graça leve os seres humanos em direção do bem e da piedade (MARIONES, 2022, p. 343-344). Em *Retratações* Agostinho explica que: “Portanto, a não ser pela graça de Deus, a vontade não pode libertar-se da escravidão para qual se tornou escrava do pecado, e recebe ajuda para vencer os vícios; os mortais não podem viver com retidão e piedade (Retr. I, 9).

prepotente ao impor a todos os seus pontos de vistas falhos, por meio dos méritos próprios (MENDES, 2020, p. 48).

Mesmo alguém que não é sábio, explica Agostinho, entende que é através da vontade que alguém consegue cultivar uma vida reta e feliz, sendo que a infelicidade é igualmente oriunda da vontade, por meio da vida torpe. Por isso que, quando o ser humano pratica a boa vontade, se antepondo às vontades ruins, na alma humana haverá apenas as virtudes que são boas e retas. Só é possível adquirir a verdadeira felicidade, através das boas virtudes<sup>65</sup> (De lib. arb. I, XIII, 28).

Ao apontar para Deus como a fonte da verdadeira felicidade, Agostinho de Hipona argumenta que por si só, o ser humano não tem a capacidade de usar a sua liberdade, visto que foi através dela que ele terminou por cair. Foi através do livre-arbítrio que o primeiro ser humano caiu e com ele, toda a sua descendência (COSTA, 2009, p. 45).

## 2.5 A distinção de liberdade e livre-arbítrio

Santo Agostinho através do conceito de liberdade<sup>66</sup> e livre-arbítrio<sup>67</sup> converte o problema do mal em uma questão moral. O mal, para ele, não possui um fundamento ontológico, por isso, o mal termina por ser um assunto que tem como princípio a moral (COSTA, 2009, p. 44).

Ao discorrermos sobre os resultados que o pecado original traz a liberdade que o ser humano pecador possui em suas boas ações, é fundamental entendermos o conceito de liberdade

---

<sup>65</sup> Sobre a virtude, Roberto Pich enfatiza que: Com terminologia moral, Agostinho afirma, então, que toda virtude (toda mens virtuosa) é superior a todo vício (a toda mens viciosa). Quanto mais elevada a virtude, mais forte e mais imbatível é ela mesma. “Virtude” ainda não é definida por Agostinho, mas ela, como uma disposição desiderativo-cognitiva, se encontra na alma seguramente, quando ao menos o intelecto observa a lei segundo a qual ele conhece a sua boa ordem e o juízo correto para as ações externas. E isso deve significar que o entendimento, assim, tem domínio sobre as afecções e pode sempre dominá-las. Essa mens, além disso, não pode, somente pelas afecções e influências externas, ser dominada. Essa reflexão traz conteúdo para uma nova premissa. Um entendimento que é mais poderoso e pode sempre dominar, porque conhece a natureza, não pode ser dominado por algo menos poderoso. Ele só pode ser dominado por aquilo que é, em si ou estruturalmente, mais poderoso. Ele tem de ser levado às afecções por algo mais poderoso, pois, de si, não faz isso: ele conhece a verdade da natureza. De si os desejos não dominam — isso é contra a natureza —, e os desejos mais fracos não podem enganar o entendimento ao ponto de se tornar subordinado àqueles (2005, p. 140).

<sup>66</sup> Uma significativa característica da liberdade é a sua aptidão e ensejo de ter uma autêntica capacidade de escolher de forma livre. A genuína liberdade traduz-se como a plena capacidade de executar tudo aquilo que um indivíduo deveria realizar, visto que todos os outros tipos de ação possuem a característica de serem escravizadores (CHAMPLIN, 2013, p. 806).

<sup>67</sup> Segundo a filosofia, o significado de livre-arbítrio compreende na faculdade humana que um indivíduo tem de comportar-se sem qualquer outra causa primária, de um modo totalmente voluntário (CHAMPLIN, 2013, p. 867).

que Agostinho de Hipona apresenta. Ele relaciona o livre-arbítrio à vontade. Já a liberdade é a imunidade de servidão, ou seja, é a falta de um obstáculo que impeça o ser humano de fazer o bem (MARIONES, 2022, p. 192). Em meio a discussão sobre lei eterna e lei temporal, Agostinho expõe que:

E que julgas tu que ordena a lei temporal, a não ser que, quando os homens desejarem possuir estas realidades, que temporariamente se podem chamar nossas, as possuam de tal modo que seja preservada a paz e a relação entre os seres humanos, tanto quanto ela pode ser preservada neste âmbito de realidades? Entre elas encontra-se, antes de mais, este corpo e aquilo que, nele, se diz ser bom, como a conservação da saúde, a acuidade dos sentidos, a energia, a beleza e as demais realidades deste género, umas, necessárias às artes nobres e, portanto, de maior estima, outras, de menor valor; em seguida, a liberdade, que certamente só é verdadeira para os que são felizes e aderem à lei eterna. Mas agora refiro-me àquela liberdade pela qual se julgam livres os que não têm outros homens como seus senhores, a liberdade que desejam os que querem livrar-se do domínio dos homens (De lib. arb. I, XV, 32).

Para Agostinho, a existência da vontade livre em momento algum foi um problema. Em sua opinião, é uma verdade vital e cristalina, sendo desta forma irrefutável. O ser humano tem a consciência da sua autonomia e também que ele é responsável por suas ações. O empecilho do pensamento de Agostinho é a questão do uso da sua livre vontade, como também, o seu valor e a bondade de suas ações. Qual é a justificativa da vontade humana e como ele conseguirá adquirir uma liberdade perfeita? (BOEHNER; GILSON, 2021, p. 191).

Indubitavelmente, a capacidade em escolher voluntariamente entre o bem e o mal parte da sua capacidade em usufruir da felicidade. Por si só, a vontade tem um princípio neutro, visto que é possível fazer uso da vontade tanto para o bem, quanto para o mal. Com isso, a vontade que escolhe o mal se tornará má; e a que opta pelo bem, se tornará boa. É por conta disso que não é possível denominar a vontade de boa sem antes examiná-la com um pouco mais de cuidado (BOEHNER; GILSON, 2021, p. 191).

O livre-arbítrio é uma condição da natureza do ser humano que usa como ponto de partida a liberdade imposta ao ser humano e à vontade. Com isso, a liberdade é a escolha do bem, visto que ele foi colocado em tal condição, faz parte da natureza do ser humano (MENDES, 2020, p. 51).

Para o hiponense, a liberdade não é apenas uma capacidade de escolha limitada e condicionada. A liberdade é entendida como autogoverno, independência atribuída a todos os seres humanos. Com este ponto de partida, é possível concluir que a liberdade é absoluta, sem limites e incondicional, visto que só é livre quem é por si só causado (MENDES, 2020, p. 51). Agostinho complementa: “Também vês, portanto, que não haveria castigo, quer por agravo, quer por uma tal vindicta que se impõe aos homens, se eles não amassem aquelas realidades que podem ser arrebatadas contra a vontade?” (De lib. arb. I, XV, 33).

Assim sendo, algumas pessoas usam a realidades de forma positiva, enquanto outros usam de um modo negativo; aqueles que as usam de forma negativa se unem por amor, submetendo-se às realidades que deveriam ser dominadas, transformando-as em um bem, ordenando-as e fazendo bom uso delas (De lib. arb. I, XV, 33).

Observar os mandamentos divinos, que é um dom dado por Deus ao ser humano, é ter uma ferramenta que o auxilia em suas escolhas livres através da graça. E por mais que em um primeiro momento o livre-arbítrio e a graça possam se contradizer, Agostinho resolve a questão. Ele pontua que Deus primeiramente pretendia mostrar à força da liberdade humana em Adão e Eva, os primeiros seres humanos que pecaram, para depois oferecer as benesses da graça (MARIONES, 2022, p. 396-397). Mariones acrescenta: “A eficácia da graça, longe de destruir o livre-arbítrio, o transforma em liberdade, fortalecendo o homem para se afastar do mal e fazer o bem” (2022, p. 398).

A graça é que permite o bom uso do livre-arbítrio e, assim, a afirmação da liberdade. É a graça que traz perseverança ao indivíduo, que o aproxima do Sumo Bem e o auxilia em suas escolhas, é ela que leva o ser humano a se afastar do mal e desejar o bem. O Agostinho de Hipona faz uma relação entre saúde da vontade e liberdade, pontuando que, ao ser submisso a Deus e à sua graça, a sua vontade será saudável, sendo esta liberdade realmente livre. A perfeita cura é a real liberdade (MARIONES, 2022, p. 398).

Inegavelmente, para Agostinho, existe a liberdade e a vontade, sendo que os dois não podem ser confundidos. A vontade é algo intrínseco a todos os seres humanos, sendo que as nossas escolhas, certamente possuem motivações e as predileções humanas sempre possuem razões. A capacidade de alguém conseguir agir de uma determinada forma é algo maior do que o livre-arbítrio, está dentro da liberdade de alguém conseguir ou não agir daquela forma (GILSON, 2010, p. 298-299). Gilson acrescenta:

O que Agostinho pergunta não é se amar a Deus está ao alcance do nosso livre-arbítrio, mas se está em nosso poder. Ora, o poder de fazer o que escolhemos fazer é mais do

que o livre-arbítrio, é a liberdade. Não há problema da graça e do livre-arbítrio em Santo Agostinho, mas um problema da graça e da liberdade (GILSON, 2010, p. 299).

Por mais que a vontade humana deseje o bem, nem sempre ela consegue realizá-lo, por estar contaminado pelo pecado, sendo a graça de Deus o remédio que ajudará o ser humano a exercer a sua vontade. Por mais que alguém tenha o desejo de fazer o bem, nem sempre é possível, mas graças ao auxílio divino a vontade humana é restabelecida através da graça. Usando a Epístola de Paulo aos Romanos<sup>68</sup>, Agostinho pontua que nem sempre fazemos o bem que queremos, mas o mal que não desejamos executar, isso o ser humano faz, por conta de corrupção do pecado na vontade (GILSON, 2010, p. 301).

O ponto de partida de Agostinho em sua obra *O Livre-Arbítrio* é que a escolha pode ser tanto pelo bem imutável e universal, quanto pelo mal ou pelas escolhas pelo bem que vão de encontro de Deus (MENDES, 2020, p. 39). Agostinho complementa: “É absolutamente verdade que não se devem culpar as próprias coisas, mas os homens que as usam mal” (De lib. arb. I, 33).

Santo Agostinho conclui o livro I expondo como a compreensão da lei eterna e a existência da lei temporal que pune todas as ações más dos seres humanos é fundamental e o mal é rejeitar os bens eternos e buscar apenas as coisas temporais (De lib. arb. I, XVI, 34). Agostinho complementa:

Na verdade, tínhamos decidido investigar o que é fazer o mal e por esse motivo se disse tudo o que ficou dito. Sobre esse assunto, importa agora verificar e considerar se fazer o mal é outra coisa do que negligenciar as realidades eternas — das quais a própria mente frui por si própria, e por si própria percebe quais são aquelas realidades que, quando as ama, não lhe podem ser arrebatadas — e aderir as temporais, como se fossem grandes e admiráveis, a essas que são percebidas pelo corpo, que é uma parte muito insignificante do ser humano, e que nunca podem estar seguras (De lib. arb. I, XVI, 34).

Com isso, Taurisano explica como fica claro na conclusão do livro I que o mal é negligenciar os bens eternos e se voltar para os bens temporais, que causam dores, frustrações

---

<sup>68</sup> A referência bíblica da passagem é Romanos 7:18-21.

e afasta o ser humano das coisas que são verdadeiras. É por meio do livre-arbítrio da vontade que o mal existe (AGOSTINHO, 2019, p. 413). Agostinho (De lib. arb. I, XVI, 35) conclui o pensamento afirmando que: “[...] todos os pecados estão contidos neste único gênero, isto é, acontecem quando alguém se separa das realidades divinas e verdadeiramente permanentes, e se converte às realidades mutáveis e incertas. [...] fazemos o mal a partir do livre arbítrio da vontade”.

### 3. A VONTADE COMO UM BEM

A obra *O livre-arbítrio* não trabalha apenas a questão da vontade e da escolha livre segundo Agostinho. Aparentemente, o livro é o primeiro texto de filosofia ocidental que discorre sobre a vontade<sup>69</sup>, partindo do conceito desiderativo de decisão livre, deixando assim que a autodeterminação se diferencie da faculdade da razão e do desejo (PICH, 2005, p. 184).

É possível afirmar que Agostinho, no seu *O Livre-arbítrio*, levanta inúmeras razões defendendo a liberdade da vontade<sup>70</sup> e, de igual forma, elabora uma relevante resposta à filosofia dos maniqueus. O ponto central do seu livro é ajustar o papel que a vontade tem à ideia de liberdade e responsabilidade moral. De modo categórico, ele acredita que a capacidade de agir de forma moralmente boa se encontra no interior da vontade humana (SILVA, 2022, p. 7-8). Roberto Pich complementa explicando que: “Assim, a “descoberta” da vontade, por Agostinho, no livro I do *De libero arbitrio*, está inserida dentro de uma controvérsia contra argumentos maniqueístas” (PICH, 2005, p. 187).

Na medida que o hiponense abandona o dualismo maniqueísta, que entende que existem duas realidades, uma que é fonte do bem e outra do mal, Deus fica no centro da sua reflexão, sendo ele a razão de tudo, e é por causa disso que o problema do mal se torna uma teodiceia. Justificar Deus a partir das ações más dos seres humanos é um primeiro passo (PICH, 2005, p. 187).

---

<sup>69</sup> Sobre a vontade na filosofia, Xavier e Rocha explicam que: “Já foi acenado que papel da “vontade” é desempenhado na filosofia de Agostinho. Aliás, há tempos os estudiosos destacaram que foi exatamente com ele que a vontade se impôs à reflexão filosófica, subvertendo a antropologia dos gregos e superando definitivamente o antigo intelectualismo moral, seus pressupostos e seus corolários. Agostinho foi o primeiro escritor a apresentar os conflitos da vontade em termos precisos” (2019, p. 35).

<sup>70</sup> A palavra *voluntas* aparenta compor uma expressão atípica no vocabulário de filosofia grega. Não é possível encontrar em textos de Aristóteles, qualquer escrito que aborde assuntos como livre-arbítrio e vontade, muito menos explicações sistemáticas a respeito das paixões humanas, entretanto é inequívoco a diligência do filósofo em inquirir sobre a função das emoções na psique humana. Uma vez que a existência humana é em todos os momentos localizada entre duas leis antagônicas que estão em um contínuo embate, sendo elas, a inteligência e os desejos (paixões), tais forças resumem o tema de inúmeras análises em muitas áreas dentro da filosofia. É fundamental deixar claro que, partindo da interpretação de Aristóteles, o desejo não é contrário à razão. O que está em disputa nela é a disposição do agir moral que não seria uma mera fruição das paixões e sim, uma qualidade, ou seja, um estado de espírito que estabelece o fim da atividade, do fim último das nossas vontades, desta maneira, é a índole virtuosa que estabelece boas atitudes. É função da razão dispor ao ser humano a capacidade de escolher, sendo ela a característica única de todos os seres humanos (SILVA, 2022, p. 14).

A princípio, para descobrir a origem do pecado da forma mais acurada, é necessário antes descobrir qual é a sua origem. Ou seja, praticar o mal nada mais é do que subordinar a vontade a determinados tipos de desejos concupiscentes, ou mesmo optar pela satisfação da carne ao invés de se dedicar aos bens da fé em Deus. E isso só se dá através da escolha livre da vontade<sup>71</sup> (OLIVEIRA, 2019, p. 14). Horn enfatiza que: “A vontade, assim segue Agostinho, é uma boa dádiva de Deus, a qual ao mesmo tempo deixa aberta ao ser humano a liberdade de um mal-uso; Deus, com efeito, prevê a má utilização dela, porém, não se intromete na liberdade humana” (2008, p. 122).

É através da vontade<sup>72</sup> que uma pessoa anseia viver de modo coerente e honesto, alcançando desta forma a completa sabedoria. Destarte, é possível constatar como os anseios humanos muitas vezes são pela vida honesta e reta, ou pela busca enfática da sabedoria. É inegável que quando o ser humano anseia por estas coisas, ele tem uma vontade boa. Assim sendo, diante desta observação o hiponense questiona o que seria uma vontade boa e se é possível compará-la aos bens, ao reconhecimento ou prazeres carnis, ou qualquer outra categoria de situações (De lib. arb. I, XII, 25).

Para o hiponense, o ser humano pratica o mal através do seu livre-arbítrio da vontade. Entretanto, isso não quer dizer que a vontade seja má. A liberdade humana é um bem, sendo ela o bem dos mais consideráveis, visto que ela desperta a capacidade de ação moral no ser humano, já que se o ato não transcorresse de modo livre, não seria possível ser uma ação aprovada e muito menos desaprovada, seria apenas ação humana e não mais do que isso (ROCHA; XAVIER, 2019, p. 34).

---

<sup>71</sup> Sobre a vontade, Christoph Horn explica que: “Consideremos as tríades *mens*, *amor* e *notitia*, bem como *memoria*, *intelligentia* e *voluntas*. Os dois termos seriam colocados como correlatos de modo ontologicamente plausível somente se fosse possível conceber os conceitos utilizados todos em termos de poderes mentais ou atos mentais (ou, no melhor dos casos, os dois simultaneamente). Isso, porém, está fora de questão. Em verdade, os conceitos utilizados por Agostinho estão em parte para capacidades mentais, em partes para atos mentais: *mens* e *intelligentia* certamente não designam nenhum ato de pensamento ou potência da razão, a memória não está para um ato da memória, mas para a capacidade de memória, e a *voluntas*, não está por um ato de vontade, mas para a potência de vontade” (HORN, 2008, p. 97).

<sup>72</sup> Logo, a vontade, segundo a perspectiva agostiniana, parte sempre de uma ação intencional onde a alma humana gera uma ação tendo em vista uma satisfação. Sendo que ela é entendida como uma tensão no sentido a algo almejado com a pretensão de se alcançar este objeto, ou seja, é a ânsia por algo que ela busca fruir, com isso, o prazer pode ser entendido de modo preciso como “a vontade em repouso” (KOCK, 2010, p. 80).

Assim sendo, Agostinho explica que é característico da vontade boa desejar viver de modo reto e honesto. O indivíduo que possui esta vontade boa certamente possui um bem, que ele prioriza e não troca por quaisquer impérios deste mundo ou prazeres carnaís. No entanto, explica o hiponense, a pessoa que não possui esta vontade boa tem necessidade daquele bem que é maior do que todos os outros bens, e transcende qualquer coisa que o ser humano possa possuir e que a vontade, por si só, seria capaz de conceder-lhe<sup>73</sup> (De lib. arb. I, XII, 25). Santo Agostinho complementa explicando a característica da boa vontade: “Já vês, portanto, segundo julgo, o que é constitutivo da nossa vontade: que desfrutemos ou careçamos de tão grande e verdadeiro bem. De facto, o que é que reside mais na vontade do que a própria vontade?” (De lib. arb. I, XII, 26).

Agostinho de Hipona foi o primeiro pensador a discorrer sobre os embates da vontade de modo fidedigno. A liberdade é uma característica singular da vontade ao invés da razão, de acordo como o conceito é entendido pelos pensadores gregos<sup>74</sup>. Com isso, é desta forma que o filósofo soluciona o paradoxo socrático, que explana que é improvável alguém que conheceu o bem praticar o mal. O intelecto descobre o bem, mas a vontade pode buscá-lo, visto que ela, embora seja própria do intelecto humano, é uma habilidade bem diferente da razão, tendo a sua própria autodeterminação (ANTISERI, REALE, 2020, p. 469). Djuth explica que:

Em todos esses casos, Agostinho discerne a presença da vontade nos apetites e desejos da alma; entretanto, ele se recusa a conceder que os apetites naturais da alma sejam maus em e por si mesmos. Em vez disso, ele atribui seu caráter mau à incapacidade da vontade para dirigi-los para seu fim próprio (2019, p. 971).

Acima de tudo, não é possível diferenciar a verdade moral das outras verdades. A criação é comandada por um grupo de essências que formam hierarquias superiores e inferiores,

---

<sup>73</sup> Por mais que Agostinho de Hipona se encontrasse intelectualmente pronto para transformar suas atitudes, a sua vontade não estava determinada a isso. A controvérsia se explica com o fato que a vontade humana se divide em duas (MCGRADE, 2008, p. 266).

<sup>74</sup> Taurisano explica que os apetites da alma, como, por exemplo, a aspiração por glória, notoriedade e controle, podem ser estabelecidas como “movimentos da alma”, que segue sem qualquer ordem, tudo e porque, não está sujeita a reta razão. Por certo, uma vez que a lei eterna pontua que as coisas que são superiores devem dominar as inferiores, de uma forma que a Ordem divina seja preservada em tudo, assim, movimento algum da alma consegue controlar as coisas que estão acima da razão, sendo tal explicação um eco da filosofia platônica, que explica como a razão se ergue perante as outras partes da alma, como a irascível e a desiderativa. Uma desordenada alma, conforme foi pontuado, se coloca de modo contrário a razão, é por isso que ela termina por ser injusta, uma vez que, anseia transformar, de modo vil, em fins, coisas que são apenas meios (AGOSTINHO, 2019, p. 323).

ordenados por Deus, visto que o ser humano faz parte desta natureza. Embora haja uma diferença quando discorremos sobre as ações humanas que emanam da sua vontade, ao invés de serem regidos pela determinação divina, as ações têm como principal objetivo, realizá-las. O ser humano entende as regras, a grande questão está no fato da vontade, se ele deseja ou não cumprir tais determinações impostas por Deus na criação (GILSON, 2010, p. 252).

A pessoa que conserva uma boa vontade, com certeza, detém algo que, indubitavelmente, é um desejo muito mais rico do que ansiar por reinos, riquezas e prazeres humanos. E o indivíduo que não tem boa vontade, necessita, certamente, de um bem que supere todos os outros bens que estão no poder das pessoas; e tal realidade é possível alcançar, tendo apenas à vontade, ela por si só já basta (De lib. arb. I, XII, 25). Agostinho complementa a questão do desejo por boa vontade:

Deste modo, considerando-se o ser humano absolutamente infeliz se lhe for tirado o brilho da boa reputação, as riquezas, ou qualquer tipo de bens corporais, não julgarás tu que ele é absolutamente infeliz, se nele residir aquilo que, com toda a facilidade, se lhe pode tirar, e que não tem quando quer, ainda que abunde em todas aquelas outras coisas, carecendo, no entanto, da boa vontade, que não tem comparação com esses bens, e que, sendo um bem tão grande, basta tão-somente que se queira para se possuir? (De lib. arb. I, XII, 26).

Isto posto, aquele que possui boa vontade, tal como já foi falado, certamente irá abraçar esta intrínseca virtude, um amor tão grande que nada mais acreditará ser melhor. É com a boa vontade que o ser humano recria, se alegra e desfruta, valorizando-a e apreciando o seu valor, e o fato de não ser possível roubar ou ser retirado de alguém a sua boa vontade (De lib. arb. I, XII, 25). Pich complementa a explicação da vontade afirmando que: “Os “bons” não desejam com um desejo condenável. Eles desejam de um modo, como, por exemplo, “viver sem temor”, que abandonam o amor às coisas que não podem ser possuídas, sem que as possa também perder: um amor às coisas passageiras” (2005, p. 190).

Desta forma, uma pessoa não se consideraria alguém inferior caso venha perder o prestígio de seu nome, suas posses e dinheiro, ou todos os bens? Mas também não julgaríamos como um miserável, caso houvessem estes bens em fartura, e esta pessoa não tivesse colocado todo o seu coração em objetos que podem se perder e que não está em sua competência ter, não tivesse, desta forma, a boa vontade, para admitir que bastaria desejar para assim possuí-lo? (De lib. arb. I, XII, 26). Roberto Pich discorre sobre esta passagem explicando que:

Em *De libero arbítrio* I, 12, 26 Agostinho oferece uma caracterização fundamental do que é a vontade como potência ou capacidade. Ele afirma que fruir ou carecer do bem que é uma “boa vontade” — conceito a ser definido — reside “em nossa vontade” (*in voluntate nostra*). Em outras palavras, depende da vontade determinar-se como boa vontade. A expressão “*in voluntate nostra*”, nesse momento da obra e do pensamento de Agostinho, já cumpre plenamente a função da expressão grega “*to eph’ hemin*”, que, desde Aristóteles e no estoicismo antigo, mesmo no estoicismo romano que a conheceu em latim na tradução, cunhada por Cícero, “*in mostra potestate*” — usada conscientemente pelo próprio Agostinho em *De libero arbítrio* [...] — identifica o fato de uma potência trazer para si, internamente, a primazia causal de determinada eleição, escolha ou ação (2019, p. 33-34).

Uma simples observação atesta que cada ser humano possui um princípio motivador, que é a vontade. Sendo que tal princípio está no âmago do ser humano, o que torna possível alguém concluir como a vontade é apenas mais uma faculdade da alma<sup>75</sup>. Segundo Agostinho, todo o afeto e emoções da alma são algumas das muitas manifestações da vontade. Os sentimentos primários da alma são: a tristeza, o desejo, a alegria e o medo. E sobre o princípio dos movimentos da vontade, é possível encontrar uma resposta na física grega que explica que todo o corpo, por conta do seu peso, tende a retornar ao seu lugar de origem, da mesma forma que o fogo tende a subir e a terra cair. Com isso, a vontade tem o seu próprio peso, que é o amor (BOEHNER, 2021, p. 188-189). Agostinho acrescenta: “Meu peso é o amor; por ele sou levado para onde sou levado. Teu dom nos inflama e nos leva para o alto; nós nos inflamamos e nos movemos (*Conf. XIII, 10*).

O peso do amor na vontade, diz respeito a característica do empenho que leva alguém a procurar uma forma de se unir ao objeto no qual aspira. O hiponense entende que a diligência aplicada na busca pelo conhecimento é idêntica ao amor que um indivíduo tem pelo objeto familiar que é amado, visto que, a ação dedicada ao conhecimento, sendo esta ação um tipo de vontade,

---

<sup>75</sup> Por conseguinte, o problema da existência do mal no comportamento humano havia deixado Agostinho de Hipona em uma situação delicada. Por ter defendido o livre-arbítrio e o determinismo no período que ele era maniqueísta, explicar que o ser humano é responsável por seus atos e por conseguinte, as suas atitudes não poderiam ser oriundas das Forças das Trevas, como acreditavam os maniqueístas, era um desafio. O conceito possuía uma argumentação intrínseca, visto que envolvia a autodeterminação absoluta do apetite humano que não convenceria facilmente os maniqueístas. Com isso, os adeptos de tal religião acreditavam que o ser humano não possuía uma liberdade genuína para agir. Diante destas questões, Agostinho explicou o mal como uma força coercitiva no hábito, explicando assim o problema a partir da psicologia humana. A mente humana estava aprisionada no túmulo da sua memória, que levava o ser humano a agir mal (BROWN, 2020, p. 183-184).

torna-se amor pelo objeto conhecido, quando em um ponto o conhecimento é obtido (DJUTH, 2019, p. 973). Gilson explica que:

De início, é evidente que se o amor é o motor íntimo da vontade, e se a vontade caracteriza o homem, pode-se dizer que o homem é essencialmente movido por seu amor. Não há nele qualquer coisa acidental ou sobreposta, mas sim uma força interior à sua essência, como o peso na pedra que cai. Por outro lado, já que, por definição, o amor é uma tendência natural para um certo bem, ele se atingirá para alcançar seu fim durante o tempo em que não o tiver obtido (2010, p. 257).

Assim sendo, o amor, logo, é o desejo, potência ou a força motivadora que torna possível aquele que procura, alcançar o objeto de desejo. No momento em que um indivíduo tem como objeto de desejo, o amor a Deus e ao seu semelhante, de acordo com os princípios divinos, é possível concluir que esta pessoa tem uma boa vontade, visto que, a sua vontade busca os bens mais elevados, ao invés de buscar bens inferiores (DJUTH, 2019, p. 973). Djuth complementa explicando que: “Os seres humanos amam porque, por assim dizer, está na sua natureza [...]. Mas, quando amam, a *voluntas* os dirige para Deus ou para longe dele, dependendo de sua medida de força ou capacidade (posse) de amar a Deus” (DJUTH, 2019, p. 973).

A vontade humana, expõe Taurisano, demonstra como todos os indivíduos anseiam por algo, e uma das características dos seres humanos é a busca pela felicidade. Com isso, se a vontade é a habilidade de desejar, a boa vontade é a capacidade de bem intencionar que Agostinho conceitua como a busca pela honestidade e retidão, tendo como propósito alcançar a sabedoria. Logo, a busca pela felicidade passa pela vida centrada e honesta e pela busca da sabedoria (AGOSTINHO, 2019, p. 365). Agostinho complementa: “É a vontade pela qual desejamos viver recta e honestamente e alcançar a sabedoria suprema. Assim, vê lá se não desejas uma vida reta e honesta, ou se não queres com veemência ser sábio” (De lib. arb. I, 25).

À vista de que não existe ser humano algum que não deseje ser feliz, a pergunta que Agostinho faz é: por que, então, nem todos conseguem? Foi discutido como os seres humanos que decidem serem felizes, assim o fazem, através da sua vontade, sendo que é também por ela que se tornam merecedores da felicidade<sup>76</sup> (De lib. arb. I, XIV, 30).

---

<sup>76</sup> Sendo a religião cristã uma comunidade que anuncia a salvação, a ideia de um indivíduo que traz consigo o bem é muito diferente da filosofia grega e do platonismo da época. A autonomia de escolher tanto o bem quanto o mal foi um conceito colocado em evidência pela teologia cristã. A filosofia grega tinha apenas meditado sobre a liberdade no âmbito moral, sobretudo em razão do seu intelectualismo, levando com isso a caracterizar o mal como ignorância: o indivíduo que se comporta mal, assim o faz não por escolha livre e sim, por conta do

No entanto, como entender aquelas pessoas que vivem uma vida miserável através da sua vontade, sendo que ser humano algum deseja viver uma vida assim? Ou mesmo, como pode alguém viver uma vida feliz, existindo no mundo, tantas pessoas vivendo vidas infelizes? Mesmo entendendo que todos almejam a felicidade? (De lib. arb. I, XIV, 30).

As pessoas más anseiam viver com uma vontade reprovável, eles buscam viver sem medo com o propósito de fruir, ou seja, desfrutar das coisas que não podem ser possuídas e que o ser humano certamente pode perder. Em outras palavras, é ansiar por coisas passageiras e que não duram (PICH, 2005, p. 187).

Com isso, para entender à vontade<sup>77</sup> é preciso distinguir o termo “próprio” do “natural”. A vontade é a única causa própria da origem do pecado, mas não é por este motivo que a sua ação seja natural. Afirmar que algo é natural em relação a alguma coisa não significa que é próprio de sua ação. Como exemplo temos a pedra, que não consegue impedir sua queda, à medida que a alma, quando deseja, consegue desviar-se do pecado. A vontade, certamente, é algo natural aos seres humanos, que nasceram com ela, mas os seus movimentos em direção do bem ou do mal terminam por não serem naturais a ela. Sua ação tem a sua origem na vontade, partindo do sentido que ela está em seu poder (OLIVA, 2013, p.)

Não seria correto entendermos que desejar uma vida boa ou má é uma coisa bem diferente de ser digno por causa da vontade boa ou má? As pessoas que não são felizes assim o são porque não são indivíduos bons. Todos os que vivem uma vida feliz desejaram esta vida e vivem desta forma por optarem por viver de forma reta e digna, um desejo que as pessoas más não têm (De lib. arb. I, XIV, 30). Santo Agostinho complementa:

E por isso não é de admirar que os homens infelizes não obtenham aquilo que querem, ou seja, a vida feliz. Efectivamente, eles não querem igualmente aquilo que a acompanha, e sem o qual ninguém é digno dela e ninguém a obtém, ou seja, a rectidão de vida. Aquela lei eterna, a cuja análise já é tempo de regressar, estabeleceu isto

---

desconhecimento que o leva a crer que a sua conduta é a melhor a ser tomada. A tragédia da liberdade moral não é um tema enfrentado pelos gregos (CORDÓN; MARTINEZ, 2014, p. 213).

<sup>77</sup> Sobre a vontade, Roberto Pich acrescenta que: O caminho, porém, que a análise da ordem do ser humano interior tem de tomar, para esclarecer a natureza da vontade e da livre decisão, é, ao final, o entendimento da “desordem” no interior do “estulto”. A sabedoria é o senhorio do entendimento (“regnum mentis”) sobre as paixões (“libidines”). Contudo, é possível que o entendimento não exerça o seu senhorio num ser humano particular (2005, p. 139).

mesmo com uma firmeza imutável, de tal modo que o mérito está na vontade, mas o prémio e o castigo estão na felicidade ou na infelicidade (De lib. arb. I, XIV, 30).

Logo, quando afirmamos que as pessoas são infelizes por um certo ato de sua vontade, não desejamos afirmar que eles querem ser infelizes, e sim que dispõem de uma vontade tamanha, que o infortúnio o encontra, mesmo que eles não o desejem (De lib. arb. I, XIV, 30).

Precipualemente, a capacidade de uma importante decisão é dependente apenas da vontade humana. Tal faculdade exerce um papel fundamental, visto que todas as determinações e decisões passam justamente pela vontade (GILSON, 2010, p. 252). Gilson acrescenta: “Não é, pois, exagerado dizer que assim como é à vontade, tal é o homem, a tal ponto que uma vontade partida contra si mesma é um homem dividido contra si mesmo” (GILSON, 2010, p. 252-253).

É possível perceber no pensamento de Agostinho que existem dois momentos nos quais a vontade aparenta ser plena, ou seja, liberto de uma motivação externa e totalmente livre. O primeiro lugar é o pecado; o impulso que o ser humano tem para pecar é incompreensivelmente bárbaro. O segundo lugar é a graça, visto que o desejo divino de resgatar o ser humano parte de uma generosidade divina sem tamanho (WETZEL, 2011, 83). Agostinho acrescenta: “Admitimos, portanto, que é feliz o homem que ama a sua boa vontade e despreza, por causa dela, tudo aquilo que dizemos serem bens e cuja perda pode acontecer mesmo que permaneça a vontade de os conservar” (De lib. arb. I, 28).

O amor é o próprio fundamento do ser humano e o seu principal ponto de partida. Em razão disso, é só quando ele encontra o seu lugar, que o ser humano consegue ter descanso. Enquanto não encontra, é imprescindível ele ficar aflito e agitado (BOEHNER; GILSON, 2021, p. 189). Sobre a vontade, Agostinho conclui que: “Portanto, mesmo se nunca tivéssemos sido sábios, por que motivo havemos de duvidar que é pela vontade que merecemos e levamos uma vida feliz, e que é igualmente pela vontade que a nossa vida é torpe e infeliz?” (De lib. arb. I, XIII, 28).

Melhor dizendo, questionar se a vontade má é natural é aniquilar o próprio significado de voluntário. Pois não existe outro critério para afirmar que determinada coisa é voluntária exceto se partirmos da própria vontade, ou seja, se fazemos algo é por conta do nosso querer. Na hipótese do voluntário estar preso às leis naturais, assim como o peso é na pedra, não existe ação voluntária, e sim somente uma ação necessária. Isto significa que nós não somos apenas

responsáveis pelos pecados executados, mas também que ele não existe em si, já que o pecado é algo intrínseco a todos os seres humanos, como o cantar é para os pássaros ou a luz é para os astros celestes (OLIVA, 2013, p. 40). Agostinho complementa a questão da vontade: “Porque, na verdade, nem todos querem viver retamente, e é esta vontade de viver retamente que deve ser a vida feliz [...]” (De lib. arb. I, XIV, 30).

Os seres humanos são superiores a todos os animais justamente por conta da razão, sendo através dela que o homem consegue acreditar. O pensar e o refletir são os primeiros passos para aqueles que querem crer. Sendo que a vontade e o amor não podem ser desligados da faculdade da razão (MARIONES, 2022, p. 57). César conclui pontuando que:

O livre-arbítrio da vontade pode conduzir o homem para tomar posse do melhor dos bens, assim como também a decair no pecado, mas a vontade humana, mesmo fazendo mau uso dessa liberdade interior, ainda continua sendo um bem, ela é boa em sua origem e má enquanto corrompida (2022, p. 28).

Portanto, para Agostinho de Hipona, o mal está intrinsecamente ligado à vontade humana e à sua separação do bem. A vontade é boa visto que é uma capacidade criada por Deus. Todos os seres humanos são capazes de escolher o bem, mas são livres para escolher o mal. Contudo, o ser humano realmente livre é aquele que escolhe o bem.

Agostinho de Hipona afirma que a vontade humana é um elemento essencial da natureza humana. Deus deu aos seres humanos a capacidade de querer e que a liberdade humana está intrinsecamente ligada a isso. O querer não é apenas um impulso ou um desejo. É uma manifestação da vontade e está relacionado à busca pela felicidade e pelo bem supremo. O hiponense afirma que todos querem ser felizes e o querer é o meio pelo qual buscamos essa felicidade. Mas Agostinho também reconheceu a complexidade do querer humano que frequentemente se desvia do caminho certo. Forças externas, como tentações ou paixões descontroladas, podem afetar o querer. No livro III da obra *O livre-arbítrio*, Santo Agostinho complementa a questão do querer afirmando que: “Entretanto, quando queremos, se a própria vontade nos faltasse, evidentemente não o quereríamos. Mas se, por impossível, acontecer que queiramos sem o querer, está claro que a vontade não falta a quem quer. E nada mais está tanto em nosso poder, quando temos a nossa disposição o que queremos. Consequentemente, nossa vontade sequer seria mais vontade, se não estivesse em nosso poder. Ora, por isso mesmo, por ela estar em nosso poder, é que ela é livre para nós. Pois é claro que aquilo que não é livre para

nós é o que não está em nosso poder, ou que não se encontra a nossa disposição” (De lib. arb., III, III, 8).

Todo e qualquer mal, logo, ou é fruto do pecado, uma pena do pecado, em outras palavras, uma ação livre do desejo imperfeito, ou pode ser a sua justa sanção. Este o tema central da obra *O livre-arbítrio*, composta pontualmente para comprovar que o mal é fruto da livre vontade do ser humano: o primeiro tipo de mal pode ser visto como causa, o segundo como uma condição (TRAPÈ, 2018, p. 256).

### 3.1 A vontade no livro II

O livro II de *O livre-arbítrio* se inicia partindo justamente do exato ponto onde o diálogo se encerra no livro I. Os dois essenciais argumentos do primeiro livro abordam as definições e a razão para a existência do mal. Agostinho de Hipona respondeu que: executar o mal é se desvencilhar das coisas que são eternas e se converter para as coisas passageiras, que são temporais; a origem do mal está no livre-arbítrio da vontade<sup>78</sup>. Contudo, se a proposta antimanieísta era livrar Deus de qualquer responsabilidade quanto ao mal, ele joga, desta forma, a responsabilidade no ser humano, a pergunta inicial permanece sem resposta, explica Taurisano (AGOSTINHO, 2020, p. 103). Agostinho levanta este problema através do seu interlocutor Evódio: “[...] Agora, se é possível, explica-me por que Deus deu ao homem o livre-arbítrio da vontade, porque, se não tivesse recebido, seguramente não poderia pecar” (De lib. arb. II,1).

---

<sup>78</sup> É a partir deste princípio que novamente Agostinho busca contestar os maniqueístas, que afirmavam que o bem que está dentro de todos os seres humanos agirá de forma correta em todo o tempo, ao mesmo tempo, em que o mal sempre vai praticar o mal. Agostinho de Hipona, em contrapartida, afirmava que não existe um indivíduo mal por natureza. Todas as criaturas são criadas por um Deus bom. O mal pode ser definido como a deturpação do bem, tendo a origem as criaturas que são criadas boas, mas, no entanto, possui a capacidade de cometer o mal. É apenas a partir deste ponto de partida que uma pessoa pode afirmar que tudo foi criado por Deus, mas ele não é o causador do mal. Sendo assim, Agostinho explicou que o livre-arbítrio foi dado por Deus primeiramente a Adão e os anjos. Sendo que o livre-arbítrio é uma coisa boa, visto que ele é vindo de Deus, sendo também, um dos atributos que os seres racionais possuem (GONZALEZ, 2004, p. 41-42). Quanto ao livre-arbítrio, Gonzalez acrescenta afirmando que: “Entretanto, para que não pare nenhuma dúvida, livre-arbítrio é o que nos faz verdadeiramente humanos e não é, de forma alguma, mau em si mesmo. Ao invés, ele é uma boa dádiva de Deus, que é, contudo, capaz de ser transformado em má” (2004, p. 41-42).

Taurisano ensina que se é possível afirmar, conforme foi deixado claro no outro livro, que Deus criou todas as coisas que existem, até mesmo o ser humano e cada uma das suas habilidades, e uma delas é o livre-arbítrio da vontade, sendo ela um dos motivos para o agir de forma má, como não culpar Deus pelas ações más do ser humano no momento em que ele se comporta de forma errada usando o seu livre-arbítrio, que foi dado por Deus de forma torpe? Não seria mais fácil nunca ter lhe dado esta perigosa faculdade? Tal incerteza, mesmo após as discussões travadas no primeiro livro, persistiu de forma irresoluta na mente de Evódio (AGOSTINHO, 2020, p. 103). Agostinho responde a Evódio e conclui a questão explicando o que:

Pois, se o homem é algum bem, e não poderia, a não ser quando quisesse, agir retamente, deveria ter possuído a vontade livre, sem a qual não poderia agir retamente. Pois não é porque também se peca por intermédio dela que se deve crer que Deus a deu para isto. Logo há motivos suficientes por que deveria ter sido dada, uma vez que sem ela o homem não poderia viver retamente (De lib. arb. II, I, 5).

Agostinho assim admite o argumento de Evódio, abordando o tema a partir do final, no ponto que ele afirma que o ser humano é fruto da criação boa e agradável de Deus, visto que ele consegue, quando quer, agir de forma correta, porém, ele se aprofunda ainda mais na questão, ao defender que a liberdade humana possui a sua origem em Deus, sendo este um dom dado por ele para que uma pessoa consiga realmente ser alguém bom. O que responde à pergunta inicial do livro II, deixada desta forma sem respostas. Certamente, o ser humano só consegue agir de forma correta se for livre o suficiente, assim sendo, o ser humano precisa ter liberdade para que desta forma ele consiga ser bom, esclarece Taurisano (AGOSTINHO, 2020, p. 127). Gracioso complementa:

Assim, Deus criou o homem reto. Contudo, este se depravou pelo mau uso da própria vontade. Em vez de utilizá-la na obtenção do fim para o qual Deus a deu (unir-se não obrigatoriamente ao criador, mas conscientemente e voluntariamente). Preferiu direcionar-se ao que era inferior a ele (2006, p. 81).

Apesar disso, qual seria a explicação para a vontade má? Segundo Santo Agostinho, não é correto buscar uma justificativa para a vontade má, visto que ela começa a ter forma exatamente no ponto em que o ser humano pende do que é perfeito para o imperfeito, ou melhor,

no ponto onde a vontade, que é algo bom, sofre corrupção e sofre uma falta, a perda de algo<sup>79</sup> (GRACIOSO, 2006, p. 81).

Os fundamentos da explicação do hiponense são muito lógicos e consistentes, expõe Taurisano, entretanto ele levanta duas perguntas fundamentais, sendo que uma delas Evódio compreende, como é possível averiguar no decorrer do texto. O interlocutor de Agostinho não aparenta estar contente com todas as conclusões da discussão, ao perguntar, com motivo, o porquê Deus teria cedido ao ser humano uma capacidade tão maleável, através da qual ele conseguiria não só fazer o bem, alcançando assim a almejada felicidade, como também pecar e, por consequência, cair em sua própria condenação. Isto é, o motivo da causa do agir mal está ainda um tanto quanto longe de ser elucidada, pelo menos segundo as aspirações de Evódio, e com tais aspirações, as acusações a Deus, conforme as explicações maniqueístas (AGOSTINHO, 2020, p. 130). Agostinho, através da pergunta de Evódio, acrescenta:

Concedo então Deus tê-la dado. Mas não te parece, eu te pergunto, se ela foi dada para agir retamente, que não deveria poder ser convertida para pecar, assim como a própria justiça, que foi dada ao homem para viver bem? Pois acaso pode alguém viver mal por causa de sua justiça? Assim ninguém poderia pecar por sua vontade, se a vontade foi dada para agir retamente (De lib. arb. II, 8).

As justificativas não são de modo algum ingênuas, explica Taurisano, muito menos destituídas de razão, uma vez que, sendo Deus onipotente, não é possível entender o porquê teria criado um indivíduo apenas para castigá-lo pelos pecados que poderia não ter realizado, caso não houvesse entregue a conhecida habilidade em pauta, ou se a livre vontade optasse apenas pelo bem. Uma argumentação que aponta para outra pergunta: se a faculdade humana fosse capaz apenas de escolher o bem, sendo assim impossível escolher o mal, o ser humano seria realmente livre? (AGOSTINHO, 2020, p. 130). A discussão levantada aqui diz respeito justamente sobre Deus e a prova de sua existência.

---

<sup>79</sup> Taurisano expõe que resumidamente a tese é elementar: Se Deus formou todos os bens que existem, e entre eles está o ser humano, visto que ele é apto de se comportar de modo correto, ou melhor, de conseguir viver de modo digno e honesto, o que seria impossível se o ser humano não possuísse a capacidade de agir de forma livre, assim torna-se totalmente fundamental que a livre vontade, onde sem ela o ser humano não conseguiria ser bom, tenha de forma igualitária recebido de Deus, o autor de tudo e o concessor de todos os bens, de outro modo não seria possível dizer que Deus é o criador de tudo, se o recurso para uma criatura conseguir ser boa não vier dele (AGOSTINHO, 2020, p. 127-128).

Se Deus deu ao ser humano a livre vontade, como seria possível ele instituir uma punição por conta da sua utilização? Ao limitar o emprego da vontade, não estaria Deus tolhendo a liberdade do indivíduo? Resumindo, de qual forma alguém pode afirmar que possui liberdade se é obrigado a agir de determinado modo ou de outro, à sombra de sofrer rigorosa punição, ensina Taurisano (AGOSTINHO, 2020, p. 130-131). Xavier e Rocha resumem que: “A má vontade só está em um indivíduo porque ele quer assim, caso contrário, seria diferente: eis porque só é dado um justo castigo aos defeitos voluntários e não aos defeitos naturais, o que significa justiça divina e querer humano” (2019, p. 33).

Após discorrer sobre Deus e sobre o fato de que todos os bens e coisas que existem procedem das suas mãos, Santo Agostinho retoma a discussão sobre a vontade livre do ser humano deixando claro por que é possível considerar esta vontade como um bem. A intenção do hiponense é provar que esta vontade é uma dádiva de Deus<sup>80</sup>, sendo que é totalmente coerente que ele tivesse feito isso (De lib. arb. II, XVIII, 47).

Isto posto, Agostinho inicia o capítulo afirmando que tudo o que é bom foi dado por Deus; este é um assunto que já está resolvido e ele já respondeu. Ao entender este ponto, é possível compreender o próximo também. O ser humano recebeu de Deus o livre-arbítrio da vontade, sendo que ele comete pecados justamente por causa deste arbítrio. E Evódio contesta afirmando que o livre-arbítrio deveria ter sido dado da mesma forma que a justiça também foi dada ao ser humano. E é através dela que o ser humano age corretamente (De lib. arb. II, XVIII, 47).

Diante desta resposta, o hiponense prossegue a discussão, fazendo inúmeras observações, para que enfim ele conseguisse explicar que todos os bens provêm de Deus. E por mais que a crença que Deus existe e que o fato de que tudo o que é bom vem dele serem verdades oriundas de uma fé sólida, o terceiro argumento, que explica que a vontade livre de todos os seres humanos é um presente de Deus, também é um tema que foi elucidado por Santo

---

<sup>80</sup> Como o ser humano foi feito a imagem de Deus, ele tem uma vontade, mas dentro de todos os seres humanos também existe uma outra vontade que prende as pessoas aos anseios do mundo. Existe uma luta dentro do ser humano, um embate que não permite que ele veja as coisas boas, o verdadeiro e o belo (MCDERMOTT, 2013, p. 58).

Agostinho, e ele continua o diálogo mostrando justamente isso (De lib. arb. II, XVIII, 47).  
Agostinho complementa:

Tratemos, agora, da terceira questão, a saber: se podemos demonstrar que a vontade livre do homem deve ser contada como um bem. Uma vez que isto seja demonstrado, admitirei, sem nenhum gênero de dúvida, que ela foi dada por Deus e que era conveniente que Ele tivesse dado (De lib. arb. II, XVIII, 47).

Agostinho explica como ficou claro para os dois como o corpo tem uma natureza que está abaixo da alma, sendo que ela é um ente que está acima do corpo. Visto que alguns dos bens do corpo podem ser usados de forma errada, isso significaria que Deus não deveria ter dado estes bens aos seres humanos? E no momento em que entendemos que são bens, o que resta na alma, uma vez que a alma também possui bens nos quais os homens podem usar de maneira equivocada? Ainda assim, por estas coisas serem bens, concluímos que só podem ter sido dados por Deus, sendo que é dele que todos os bens procedem (De lib. arb. II, XVIII, 48).

Como exemplo, Santo Agostinho argumenta que um corpo sem as mãos é um corpo que falta um bem muito grande. O mesmo exemplo ele usa falando dos pés, alguém assim está destituído de um membro fundamental. E é inegável que o indivíduo que usa os pés para fazer mal a alguém ou para a sua desonra está usando este membro de modo ignóbil (De lib. arb. II, XVIII, 48).

De igual modo, com os olhos, o ser humano consegue enxergar a luz, e diferenciar as inúmeras características dos corpos. E eles são bens bem mais belos e é por conta disso que estão na parte mais elevada do corpo, além do mais, usamos os nossos olhos para preservar a integridade da saúde e para pesquisarmos as muitas facilidades para a vida. Porém, muitos indivíduos os usam para cometer incontáveis erros, transformando-os em ferramentas de libidinagem. Um rosto sem os olhos carece de beleza. Mas as pessoas que possuem olhos os têm porque foram dados por Deus (De lib. arb. II, XVIII, 48). O filósofo complementa estes argumentos enfatizando que:

Por conseguinte, assim como admities que estes sejam bens do corpo e elogias a quem os deu, sem olhar para os que abusam deles, do mesmo modo deves admitir que a liberdade, sem a qual ninguém pode viver retamente, é um bem dado por Deus, e que devemos reprovar os que abusam desse bem antes de dizer que ele não deveria ter sido dado a nós por aquele pelo qual foi dado (De lib. arb. II, XVIII, 48).

Evódio insiste em pedir mais provas sobre a liberdade da vontade ser um bem, mesmo que Agostinho já tenha respondido, como ele argumenta, ao falar da discussão anterior sobre a beleza da criação e todos os aspectos do corpo, deixando claro que tudo isso eram bens; ou dos números e os cabelos, como bens inferiores, mas de suma importância, evidenciando como Deus é o autor tanto dos grandes quanto dos pequenos bens. Mais uma vez o hiponense dá ênfase na vontade livre como um bem (De lib. arb. II, XVIII, 49). Santo Agostinho enfatiza isso ao afirmar que: “E diante disso, podemos duvidar de que é um bem a vontade livre<sup>81</sup> do homem, sem a qual os próprios perversos reconhecem que não se pode viver sem retidão? (De lib. arb. II, XVIII, 49).

Agostinho encerra esta parte do diálogo e convence o seu interlocutor ao deixar explícito que o que é bom no ser humano são as coisas pelas quais ele pode viver de modo reto<sup>82</sup>. Os olhos são órgãos indispensáveis, contudo, quem perde a visão pode continuar a viver uma vida reta e coerente. Assim sendo, a liberdade é um bem, visto que é através dela que um indivíduo pode viver uma vida correta. Não é porque alguém usa um bem de forma errada que este bem se torna algo errado (De lib. arb. II, XVIII, 49).

Ele usa a justiça para propor o mesmo exemplo. A justiça à qual pessoa alguma desobedece é vista como um grande bem, sendo também um atributo da alma daqueles que vivem de modo honesto e correto. O mesmo ele fala da prudência, fortaleza, temperança, visto que, como a justiça, existe em seu cerne a reta razão e é dela que a virtude se origina, visto que, é impossível usar de forma má a reta razão (De lib. arb. II, XVIII, 50).

---

<sup>81</sup> Partindo desta explicação, o mal é fruto da livre vontade que se transforma em má, visto que o ser humano insiste em se distanciar de Deus. Isso se dá porque, o homem sempre opta pelas coisas inferiores, em detrimento das superiores, se distanciando assim, da ordem natural dos seres (COSTA, 2009, p. 44).

<sup>82</sup> Por mais que o ser humano possa ser visto como vítima, a tradição cristã dá uma grande ênfase na questão da responsabilidade humana quanto ao mal. E segundo essa discussão, o que ela e outros sistemas filosóficos pontuam é certamente a verdade. Contudo, o cristianismo discorre sobre o tema da sua maneira. Realmente, afirmar que o mal não é parte de modo ontológico da condição natural de todos os elementos, é acabar afirmando que o mal é, de forma parcial, fruto da ação do ser humano. Esta é a ideia de rebeldia e violação à lei. Se por um lado o ser humano não colocou o mal no mundo (teria sido a serpente), de outro lado ele acabou estabelecendo a falta, a autorização de praticar o mal, que por fim teria vindo de fora. É neste ponto que a responsabilidade humana se encontra presente (GESCHÉ, 2003, p. 101-102).

Agostinho divide os bens em três classes. A virtude é um bem que se encontra no gênero dos grandes bens. O corpo, sendo algo totalmente indispensável para que alguém consiga viver de modo reto, está localizado na classe dos menores bens. E as potências da alma, que também são fundamentais para a vida reta, se encontram entre os bens médios (De lib. arb. II, XVIII, 50).

No entanto, ser humano algum usa de forma desmedida a virtude, uma vez que o papel dela é usar de forma positiva as coisas que o ser humano não pode extrapolar. E todas as pessoas que usam a virtude de modo correto não abusam dela. Com isso, é através da soberana e livre vontade divina que ganhamos os grandes bens, e de igual forma, os médios e pequenos, e as pessoas precisam agradecer a Deus não só pelos grandes bens, mas também pelos médios e pequenos (De lib. arb. II, XVIII, 50).

E sobre a vontade livre, Evódio levanta outra questão. Ele pergunta qual seria a forma de colocar a vontade livre entre os bens que o ser humano usa? Agostinho aponta para a razão como resposta, é através dela que o ser humano consegue aprender e conhecer racionalmente as coisas (De lib. arb. II, XVIII, 51). Santo Agostinho complementa:

Acaso te esqueceste de que, quando investigamos que coisas conhecidas pela razão, admitiste que a razão fosse conhecida por ela mesma? Não estranhes, portanto, que, usando das outras coisas por meio da vontade livre, possamos usar da mesma vontade mediante ela mesma, e isto de um modo que, usando à vontade as outras coisas, ela use de si mesma, à maneira do que se passa com a razão, que não apenas conhece as coisas que não são dela, mas também se conhece a si mesma (De lib. arb. II, XVIII, 51).

O mesmo ocorre com a memória, ela não abrange somente as coisas que o ser humano recorda, ela não somente lembra dos fatos, mas também recorda de si. É o homem que relembra das coisas e da memória por ela (De lib. arb. II, XVIII, 51).

No momento em que o homem usa o livre-arbítrio da vontade ele se une ao bem imutável e universal de todas as pessoas, sendo que este é o caminho da vida feliz. Em Deus estão presentes todas as virtudes cujo mau uso ser humano algum consegue fazer (De lib. arb. II, XVIII, 52).

Sobre a autoria do mal, é possível agora estabelecê-la em um panorama totalmente novo: Qual seria então a razão para a má ação? Ainda que o mal não seja definido como uma

substância, sendo ele apenas uma corrupção, tal destrutiva ação de igual forma exige uma explicação. A ação má, a transgressão ou mesmo o mal moral é uma ação da vontade humana por conta da falta de amor<sup>83</sup> (OLIVA, 2013, p. 35).

Toda a vontade humana que está ligada a este bem imutável consegue, desta forma, produzir grandes bens no ser humano. Mas toda a vontade que está desligada deste bem e que volta apenas para si, ou a algo exterior e irrelevante, termina por cometer pecados<sup>84</sup> (De lib. arb. II, XVIII, 53). O hiponense complementa: “Volta-se para si mesma, como a um bem próprio, quando quer ser dona de si mesma. Volta-se para os bens exteriores quando quer apropriar-se dos bens de outro ou de qualquer coisa que não lhe pertença. E volta-se aos bens inferiores, quando ama os prazeres do corpo” (De lib. arb. II, XVIII, 53).

O argumento central gira em torno do fato de que a liberdade de ação é um bem muito valioso, sendo que tal habilidade não seria provável sem a capacidade de ser utilizada de forma errada pelos indivíduos. Melhor dizendo, a depravação é o resultado de um mau uso da habilidade que alguém possui para agir na sociedade e com a sua vida, o livre-arbítrio não poderia ser exercido sem esta capacidade. Deste modo, para o cristianismo, o mal moral não surge como resultado de uma desinformação de Deus ou mesmo por conta de seu desprezo pelo sofrimento e pelas pessoas, muito menos por não ter poder suficiente para deter os seres humanos que agem mal, e sim por Deus ter optado por dar aos seres humanos o livre-arbítrio e, com ele, a consequência lógica de agir de forma má (GALVÃO, 2016, p. 236). Evans explica que:

Se tivesse Deus a ver com o mal, a presença do mal no mundo seria simplesmente intolerável às mentes das criaturas racionais, porque tornaria mau o próprio Deus ou fraco e impotente, uma vez que não poderia resistir ao mal. Só na hipótese de ter dado a suas criaturas inteligentes liberdade tão extrema a ponto de poderem optar por afastar-se dele, é que se poderia considerar a boa criação de Deus capaz de fazer o mal (1995, p. 21).

---

<sup>83</sup> Realmente, afirmar que o mal não é parte de modo ontológico da condição natural de todas as coisas, é acabar afirmando que o mal é, de forma parcial, fruto da ação do ser humano. Esta é a ideia de rebeldia e violação à lei. Se por um lado o ser humano não colocou o mal no mundo (teria sido a serpente), de outro lado ele acabou estabelecendo a falta, a autorização de praticar o mal, que por fim viria de fora. É neste ponto que a responsabilidade humana se encontra presente (GESCHÉ, 2003, p. 102).

<sup>84</sup> Gonzalez complementa a questão da vontade: “O que, então, faz à vontade se desviar do bem? Não importa quão irracional isto possa parecer, existe somente uma resposta possível: a própria vontade. A natureza da vontade é tal que alguém tem que dizer que a própria vontade, e não algum agente ou fator secundário, origina suas decisões” (2004, p. 41).

É deste fato que bem algum que os pecadores anseiam são maus; e muito menos a vontade livre termina por ser má. O mal<sup>85</sup> é um resultado da repulsa ao imutável bem e em sua ânsia pelos mutáveis bens: sendo que esta aversão não se conduz de modo forçado, e sim de forma voluntária, sendo genuíno o fato de estar condenada a ser infeliz (De lib. arb. II, XVIII, 53)

O mau uso do livre-arbítrio é o ponto de partida da explicação de Agostinho para a origem do mal. É através da sua liberdade, usada de forma equivocada, que o mal termina por se fazer presente, sendo ele uma distorção do bem através de um mau uso da liberdade. Costa acrescenta: “O mal, ao contrário, caracteriza-se por uma ausência do que deveria ser, ou pelo que ele não é; é uma corrupção que arrasta ou leva tudo em direção ao não ser” (COSTA, 2012, p. 36).

Taurisano explica que seguramente, o conceito que o ser humano entende por liberdade não o isenta das correções, ao agir de forma contrária à lei de Deus, seja cumprindo ordens de terceiros, ou segundo os seus próprios impulsos, da mesma forma que um cidadão não está livre de sofrer sanções por desobedecer às leis e determinações impostas a pessoas em uma sociedade (AGOSTINHO, 2020, p. 131). Taurisano resume o tema: “Numa palavra, o homem é livre para querer, embora essa liberdade não o isente das consequências de suas escolhas (AGOSTINHO, 2020, p. 131).

O que Agostinho de Hipona reitera muitas vezes é que o ser humano possui liberdade para agir de forma boa, sendo que ele não é coagido a realizar mal por motivo algum. Se o ser humano comete pecado, é por sua autoria. Ele insiste em afirmar que Deus é infinitamente bom. E ao não ter o livre-arbítrio, também não existiria mérito ou demérito, vitória e muito menos ignomínia, compromisso ou insensatez, virtude ou impureza (OLIVEIRA, 2019, p. 17).

Santo Agostinho conclui o livro II questionando a origem do movimento onde a vontade livre se afasta do imutável bem unindo-se, desta forma, ao que é mutável. Este movimento é

---

<sup>85</sup> Deus é bondade; e se ele é, ao mesmo tempo e conforme seja de sua incumbência, ser bondade, com isso Deus é plenamente bondade e plenamente bom. Desta forma manifesta-se o sentido metafísico do mal. Caso um ser seja plenamente bondade, ele não pode ser concomitantemente mal; caso um ente seja bom, ele também não pode ser mal. Conclui-se que não existe um mal absoluto: um mal absoluto é improvável; sendo assim é possível existir e certamente existe o mal como algo determinado, particular, parcial; apenas no âmago e dentro do círculo transcendental da bondade que o mal surge como um mal: sem o ser definido como bom, não é possível existir o mal; sem um ente bom, o mal não consegue existir (MOLINARO, 2019, p. 88).

definido pelo hiponense como um mal, apesar da vontade livre ser vista como um bem, visto que, sem esta vontade, ser humano algum consegue viver retamente (De lib. arb. II, XX, 54).

Se este movimento não é fruto da ação divina, qual é então a sua origem? Agostinho de Hipona afirma que se ele fosse questionado sobre isso, certamente, ele não teria resposta. Mas indubitavelmente, explica o hiponense, que todos os bens que os sentidos e a inteligência percebem, tem a sua origem em Deus. De fato, tudo o que existe vem de Deus, tudo o que vemos é obra das suas mãos (De lib. arb. II, XX, 54). Agostinho complementa: “Com efeito, não há natureza alguma que dele não proceda. Não duvides em atribuir a Deus qualquer ser no qual possa ser visto medida, número e ordem. Se dali subtraíres estas três perfeições, não resta absolutamente nada” (De lib. arb. II, XX, 54).

Influenciado por Plotino, que entendia o mal<sup>86</sup> como uma privação na alma do ser humano, sendo ele a ausência do bem que cria um vício e desordena a vida do ser humano, Santo Agostinho construiu uma resposta (PLOTINO, 2021, p. 173). Plotino complementa o conceito de mal: “Então, é preciso procurar o mal não em outro lugar, mas é preciso, posto na alma, assim estabelecer que ele é a ausência do bem” (2021, p. 173).

Com isso, para Plotino<sup>87</sup>, o mal é uma privação, uma ausência do Uno-bem na matéria, sendo que a matéria é o estágio mais inferior e longe do Uno. Com isso, a matéria é má, segundo Plotino, não por conta de uma categoria da maldade, e sim pela falta do bem, sendo que qualquer

---

<sup>86</sup> Sobre o mal ser definido como um não ser, Laurent argumenta que: “O pecado nada é”. Essa afirmação tem como consequência que “fazer o mal” significa, em certo sentido, não fazer nada. Tal tese, eminentemente paradoxal em relação à nossa experiência da maldade e da injustiça, encontra-se no cerne da moral de Santo Agostinho e é explicada em termos ontológicos: o Bem é o ser, o Mal é o nada. Em vez de examinar as condições das possibilidades humanas do pecado (como a liberdade e a escolha da vontade), trata-se, aqui, de tornar preciso qual modo de conhecimento do “pecado-nada” a filosofia de Santo Agostinho propõe. [...]. Com a tese “peccatum nihil est”, Santo Agostinho propõe uma concepção radicalmente nova do mal. [...]. Ora, para Santo Agostinho, o mal como pecado não é o contrário do bem, como a cor preta é o contrário de branca, ou o alto é contrário do baixo: o bem é, o mal não é (LAURENT, 2023, p. 85-87).

<sup>87</sup> Jean-Marc Narbonne explica o mal, segundo Plotino: O Mal primeiro, portanto, é algo que existe em si, e que não é nada além do mal. Seríamos tentados a dizer que Plotino elabora um platonismo invertido. Assim como as diversas realidades sensíveis devem encontrar uma Ideia correspondente, um princípio inteligível, os diversos males, por sua vez, não podem existir a não ser referidos e um primeiro princípio, do qual são de algum modo a cópia ou o reflexo imperfeito. [...]. A segunda é que seria contraditório para Plotino postular uma Forma do mal na medida em que este pode justamente ser pensado como ausência do bem, logo, como ausência de Forma, pois a Forma é um bem, estando do lado da razão e do limite [...]. Não, se o mal em si deve existir – ora, não há nenhuma dúvida de que ele existe, na medida em que os males existem e que não poderiam existir sem um princípio –, ele não pode residir senão naquilo que, em si, é ausência de limite, de forma e de medida [...] (2014, p. 122-123). Plotino complementa: Do mesmo modo que um alvo não é fixado para não ser atingido, assim também a natureza do mal não existe no cosmos (2021, p. 37).

coisa que esteja privada do Uno-bem é o mal (BRANDÃO, 2019, p. 83-84). Sobre o mal, Plotino novamente acrescenta: “Assim, o bem é em essência na alma, e o mal é o que incidiu nela, não de forma pura, mas como uma certa privação do bem, de modo que o mal seria um impedimento, como o que impede o olho de ver” (2021, p. 183).

Sobretudo, é com a interpretação de Plotino de que o mal é uma privação de ser, que Agostinho contestará o problema levantado pelos maniqueístas, tendo apenas uma diferença quanto à espécie de privação. Para o Hiponense, a escuridão nada mais é do que a privação da luz, o silêncio é privação de ruído, etc. Com isso, o mal, por ser o posto do bem, seria a privação deste. O mal é algo privado de ser<sup>88</sup>, é uma substância que não possui o bem, e como Deus é o único ser, no sentido que o termo carrega, e também é o Sumo Bem, o mal não existe, visto que não há uma essência má. O mal é uma falta<sup>89</sup> (BRANDÃO, 2019, p. 84).

Assim sendo, como o ser humano está privado do bem, sem dúvida o que resta é apenas o nada absoluto. Deus é a fonte de todo o bem. Não existe coisa que não tenha origem nele. À vista disso, o pecado, por ser uma ação defeituosa da vontade, tem a sua origem no nada, não é possível que esta ação da vontade venha de Deus. Um defeito que, provém da vontade livre, assim sendo, é um erro humano (De lib. arb. II, XX, 54).

---

<sup>88</sup> Ao discorrermos sobre o mal, não abordamos sobre um ser autônomo, que existe por si só, e sim sobre a ausência de algo, a falta de uma característica intrínseca em um determinado ser. Por conta disso, resume-se que Deus não é o autor do mal. Um ser humano surdo, pode ser considerado como alguém que possui um mal visto que todos os seres humanos ouvem, menos o surdo. Mas o mesmo não podemos falar sobre uma pedra que não consegue ouvir, já que tal objeto, originalmente não ouve. Assim é o ser humano, o mal é a negação de uma característica real de um indivíduo, é uma privação de uma característica, de uma natureza intrínseca em todos os seres humanos (MENDES, 2020, p. 52-53).

<sup>89</sup> Uma importante questão sobre o absoluto dualismo que os maniqueístas tinham ao acreditarem que existiam duas fontes imortais, a luz e as trevas, que estavam sempre brigando, este conceito foi rejeitado por Agostinho visto que a doutrina para ele não era racional e contrastava com a teologia cristã. O maniqueísmo atribuía ao bem alguns males, como estar passível as investidas do mal, e atribuía ao mal, princípios bons tal como a própria existência de um ser poderoso. Todas as explicações que são fruto de pontos de partida dualistas, que acreditam em dois princípios eternos e antagônicos, tende a cair em contradições (GONZÁLEZ, 2004, p. 40). Agostinho enfatiza justamente esta questão quando escreve que: “Se aqueles que introduzem outra natureza que não teria sido feita por Deus quisessem dirigir sua atenção todas estas coisas tão evidentes e certas, não estariam repletos de tantas blasfêmias como as de atribuir tantos bens ao sumo mal e tantos males a Deus (De nat. boni, 12)”. Em razão disso, Agostinho não aceitou a definição nem dos maniqueístas e muito menos dos neoplatônicos, que entendiam a matéria como sendo má. Na visão do hiponense, a matéria é oriunda de Deus, é ele que é a fonte, e mesmo a matéria que não possui uma forma, apesar da sua condição de ausência de forma, ela não deixa de ser um bem, visto que não foi criada para permanecer nesta condição, tendo em si o potencial dado por Deus de se transformar. A matéria é boa, independentemente do seu aspecto ou forma (BRANDÃO, 2019, p. 84). Agostinho acrescenta: “É uma vez que todo bem procede de Deus, não convém que ninguém, duvide que também essa matéria, se houver, não provenha senão de Deus” (Cf. De nat. boni, 18).

São por conta destes pontos que Agostinho conclui que o mal não pode ter a sua origem em Deus. Como o mal é um não ser, não é possível que ele tenha virado um ser. Como tudo o que Deus criou é bom, sendo que, mesmo em suas diferenças e desigualdades, a criação não deixa de ser boa, com isso, conclui-se que o mal não vem de Deus. Esta é a solução que Agostinho encontrou para o embate que o afligiu por muito tempo. Tanto o mal quanto o pecado, não são elementos e sim lacunas, a ausência de algo que teria que estar presente, seria uma desordem que desconfigura o modelo original (GILSON, 2021, p. 147). Agostinho de Hipona complementa: “O mal consiste em sua aversão ao bem imutável e em sua conversão aos bens mutáveis: a esta aversão e conversão, como a vontade não age abrigada, mas voluntariamente, segue-se a digna e justa punição da infelicidade” (De lib. arb. II, XX, 54).

Diante de tal doutrina, conclui-se que os maniqueístas não só erraram ao definir o mal como um ser, já que o mal é um não ser. O mal, nem ao menos pode ser definido fora do bem, visto que é necessário que algo exista para ser privado. Enquanto existe, uma criatura continua sendo boa e só se torna má, ao ser privado do bem. Com isso, ao discorrermos sobre o mal, acreditamos existir a essência de algo que deveria ser bem, mas por conta da ausência, se torna mal (GILSON, 2010, p. 273, 274). Gilson acrescenta: “O mal não é somente uma privação, é uma privação que reside num bem como em seu sujeito” (GILSON, 2010, p. 274).

Consequentemente, Deus só poderia ter criado algo bom, advindo do nada, visto que o mal, não é uma substância e sim, uma ausência, uma insuficiência do bem. É a falta da realidade original, criada pelo Ser Supremo (MENDES, 2020, p. 26).

#### 4. CONCLUSÃO

A obra *O livre-arbítrio* se inicia com um questionamento muito importante, por parte de Evódio, que se torna o ponto central de toda a discussão. E a importante pergunta é sobre Deus, se ele é ou não, o autor do mal que há no mundo.

Após um extenso diálogo com Evódio, onde Agostinho reflete em primeiro lugar sobre o mal na aprendizagem, mostrando como aprender é um bem e sobre a inteligência, onde o hiponense explica que a inteligência é boa e o ensino é um bem, visto que adquirir o saber é algo realmente bom. E sobre o desejo e como o mal não está nele e sim, no uso equivocado da vontade, seguindo desta forma, um argumento lógico para expor como não é possível existir o mal nestas áreas, Agostinho de Hipona, encerra o livro I do *O livre-arbítrio*, concluindo o que é o mal.

À vista disso, o pecado poderia ser resumido como se afastar das realidades eternas e divinas e aderir às coisas que são mutáveis e instáveis<sup>90</sup>. Por mais que estas coisas façam parte da realidade humana, tendo assim, a sua beleza e função, não é correto estar submetido a elas, sendo que apenas um indivíduo mau se submete às coisas temporais. Assim, após estas argumentações, fica claro o que seria fazer o mal e qual é a sua origem. É a partir do livre-arbítrio da vontade que o ser humano pratica o mal (De lib. arb. I, XVI, 35).

Investigando o problema a partir do ser humano, o mal seria tudo o que impede a criatura de tornar-se sociável e boa. Mas olhando a questão a partir da metafísica, o mal é a privação ou ausência do bem, como consequência do mal uso do livre-arbítrio. Com isso, é possível concluir que só há substância no bem, o mal não teria a sua própria substância. Seria como a luz e as trevas, conforme explica Agostinho, as trevas nada mais são do que a ausência da luz (MENDES, 2020, p. 56). Santo Agostinho complementa:

E assim também me parece que já se vê de modo perfeito e evidente que, depois desta questão, acerca do que é fazer o mal, se siga a investigação daquilo que estabelecemos, isto é, de onde vem que façamos o mal. Com efeito, se não estou em erro, as razões

---

<sup>90</sup> A soberba, como é possível observar, é o princípio de tudo; é ela que causa o egoísmo e usa o ser humano como uma ferramenta. Segundo ela, o propósito do corpo humano são outros corpos, e também o que é temporal e passageiro. O fim de tudo isso é o conhecimento e o uso dos objetos tendo como fim os próprios objetos (BOEHNER; GILSON, 2021, p. 169).

apresentadas mostraram que fazemos o mal a partir do livre arbítrio da vontade (De lib. arb. I, XVI, 35).

Afinal, se este Deus bom só cria coisas boas, quem criou o mal? Diante da questão, Agostinho conclui que, ou o mal não é culpa dele ou existe outra origem para a sua existência. Gilson complementa pontuando que: “Deus é, por definição e em virtude das provas que estabelecem sua existência, o soberano bem. Sendo o bem supremo, não há nenhum bem acima ou fora dele” (GILSON, 2010, p. 271).

O mal não é uma realidade natural, tal qual acreditavam os maniqueístas, visto que, o mal se constitui na corrupção da natureza. E apenas o que é bom pode sofrer corrupção. O Sumo Bem, o soberano Ser, não pode ser mal e o contrário de um soberano Ser ou de um Sumo Bem, visto que isso não é mal e sim um nada. O mal, resume o autor, é uma deturpação no bem (SERTILLANGES, 2020, p. 239). Bogaz, Couto e Hansen acrescentam:

Bem sabemos que o mal consiste na corrupção, a qual não existe em si mesma, a não ser em outra substância que a corrompa. Portanto, a corrupção não se pode entender sem a existência de “alguma coisa”, quer dizer, determinado bem. Vale dizer que a corrupção em si não pode ser considerada substância alguma. O mal, se é idêntico à corrupção, não pode ser natureza, apenas acidente. Para Agostinho de Hipona, o mal é a privação de algum bem próprio de um sujeito, seja uma pessoa, um ser vivo ou mesmo uma “coisa”. O mal não existe, então, como substância, porque no reino das trevas não existe bem algum (2014, p. 97).

Agostinho conclui que, por entendermos que o mal teve um autor, e como é Deus quem julga e pune, ele não pode ter sido o cabeça. Tal ato deve ter sido praticado de modo voluntário por outro ser, ou seja, pelo ser humano por meio do seu livre-arbítrio, sendo esta a primeira característica do mal.

A questão é que sem a escolha livre não existiria indivíduos moralmente bons, visto que, é só com o livre-arbítrio de escolher, seja pelo bem ou pelo mal, que alguém pode ser considerado moralmente bom. Esta liberdade permite que o ser humano pratique tanto o bem, quanto o mal. Mesmo sendo Deus soberano, não é possível ele criar a capacidade de bondade moral no ser humano sem inserir a possibilidade para o mal. O livre-arbítrio infere justamente isso (MATTHEWS, 2008, p. 182).

Para Agostinho, o mal é fruto do livre-arbítrio do homem, que de modo voluntário escolhe através da sua vontade livre. Mondin conclui o pensamento complementando que: “Se a ação humana não fosse livre; não poderia ser aprovada nem desaprovada; seria simplesmente ação humana e nada mais. Só onde há liberdade é que se pode falar de bem (e de mal)” (MONDIN, 2018, p. 157). Por sua ação ser livre, o homem acaba sendo responsável, e passível de ser julgado por um Deus bom. Por conta disso é que o mal acaba sendo fruto do livre-arbítrio do homem. Craig e Moreland acrescentam afirmando que:

Desse modo, se Deus dá às pessoas liberdade genuína para escolher como elas quiserem, então é impossível para ele garantir quais serão suas escolhas. Tudo o que ele pode fazer é criar as circunstâncias nas quais uma pessoa seja capaz de fazer uma livre escolha e, então, por assim dizer, colocar-se para trás e deixar que a pessoa proceda segundo escolheu (2012, p. 654, 655).

Quando Agostinho fala do homem levando em conta a sua capacidade de decidir, agir e fazer, ele conclui que não é só o livre-arbítrio que o homem possui, mas também a responsabilidade no que faz, por ser um homem livre. Não há como falar de mal sem liberdade, caso contrário, seríamos robôs, sendo que onde há liberdade há também responsabilidade, o que isenta Deus do problema do mal. Alister Mcgrath resume este ponto afirmando que: “Quando Deus cria um Universo material, e dá às criaturas liberdade de ação, o sofrimento aparece como decorrência natural disso” (2012, p. 190).

Mesmo Deus sendo o Sumo Bem e todo-poderoso, sem incluir a possibilidade do mal, não é possível ele criar indivíduos livres, muito menos criar a capacidade de alguém exercer a bondade moral. O ponto de partida é que, sem a possibilidade de escolher livremente, não existiria bondade moral (MATTHEWS, 2008, p. 182). Durante uma discussão com um Bispo maniqueísta chamado Fortunato, Agostinho descreve um de seus embates e a sua visão sobre o problema do mal onde ele pontua que:

A questão versava sobre de onde procede o mal, afirmando eu que o mal no homem teve sua origem no livre-arbítrio da vontade, mas ele se esforçava para persuadir-me de que o mal era uma natureza coeterna com Deus. Mas no dia seguinte confessou finalmente que nada encontrava para dizer-nos (Retr. I, 16).

O mal se apresenta em um indivíduo como sofrimento e culpa, sendo que estas duas manifestações possuem uma correlação entre si, visto que o fundamento do sofrimento advém

da culpa, uma vez que o ser humano é o responsável por isso. O sofrimento surge quando o ser humano se afasta do Bem Supremo e se entrega aos seus desejos, às paixões ou desobedece às leis. Não que os objetos nos quais o desejo humano foca sejam maus em si, e sim que, o mal se resume em dar as costas ao Sumo Bem, através do livre-arbítrio<sup>91</sup> (MENDES, 2020, p. 41).

E no livro II, Agostinho encerra o livro dando a segunda definição do mal. O mal para o hiponense é um não ser, é se afastar de Deus. Quando a ação humana recusa a dependência de Deus, a sua aniquilação é certa. Uma vez que Santo Agostinho estabeleceu que o ser humano é completamente dependente de Deus, qualquer ação que não se origina neste princípio supremo é o nada. Seria uma ação totalmente ineficaz, negando a si mesma. O mal, poderia assim ser definido como completa ausência de ser (AGOSTINHO, 2001, p. 73).

Os fundamentos do bem e do mal, para Agostinho, partem do ser e do nada. A questão é que para ele, o mal e o bem não possuem uma substância em comum. Sendo este um importante ponto de partida, uma descoberta filosófica que propõe uma resposta a questão. Nesta resposta, Agostinho abdica da realidade metafísica do mal, concluindo que o mal é uma privação de ser (MENDES, 2020, p. 16).

O fato de tudo ter sido criado e gerido por um Deus bom, denota que o mal físico não pode existir, não pode ser uma substância e sim, um “não-ser”, uma deturpação do que é bom. O Bispo de Hipona acreditava que o mal ontologicamente não existia, ele era uma “ferrugem” no bem. A ausência do bem original criado por Deus (COSTA, 2012, p. 36).

---

<sup>91</sup> Se não existe o livre-arbítrio, não existe também o pecado, além de não haver mérito, diante de tais fatos. A explicação do hiponense parte do fato que os mandamentos divinos não seriam úteis para o ser humano, caso ele não tivesse livre-arbítrio para cumpri-los (MARIONES, 2022, p. 393-394).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- AGOSTINHO. **A graça I**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 1998.
- AGOSTINHO. **A graça II**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 1999.
- AGOSTINHO. **A natureza do bem: O castigo e o perdão dos pecados: O batismo das crianças**, Editora Paulus, São Paulo, 2019.
- AGOSTINHO. **A trindade**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2020.
- AGOSTINHO. **A verdadeira religião, O cuidado devido aos mortos**, Editora Paulus, São Paulo, 2021.
- AGOSTINHO. **As duas almas**. Tradução Souza Campos. Rio de Janeiro: Teodoro Editor, 2018.
- AGOSTINHO. **Confissões**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 1997.
- AGOSTINHO. **Diálogo sobre o livre arbítrio**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- AGOSTINHO. **O livre arbítrio: Livro 1**. 1. ed. São Paulo: Filocalia, 2019.
- AGOSTINHO. **O livre arbítrio: Livro 2**. 1. ed. São Paulo: Filocalia, 2020.
- AGOSTINHO. **O livre-arbítrio**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- AGOSTINHO. **Retratações**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- AGOSTINHO. **Sobre o livre-arbítrio**. Campinas: Ecclesiae, 2019.
- AGOSTINHO. **Solilóquios; A vida feliz**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2014.
- ANZENBACHER, Arno. **Introdução à filosofia ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.
- Ayres, L.; Barnes, M. R. Deus. In: FITZGERALD, F (Org.). **Agostinho através dos tempos: Uma enciclopédia**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- BENTO XVI, Papa. **Os padres da igreja: de Clemente Romano a Santo Agostinho**. São Paulo: Paulus, 2012.
- BERMON, Emmanuel. Pecar é tender ao nada. In: CALIXTO, Pedro.; AYOUB, Cristiane N. A (Orgs.). **Santo Agostinho: Um pensador eternamente contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2023.
- BOEHNER, P.; GILSON, E. **História da filosofia cristã**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.
- BOGAZ, Antônio S.; COUTO, Márcio A.; HANSEN, João H. **Patrística: Caminhos da tradição cristã**. São Paulo: Paulus, 2014.

- BORNE, Étienne. **O problema do mal: Mito, razão e fé o itinerário de uma investigação.** São Paulo: É Realizações Editora, 2014.
- BRANDÃO, Ricardo Evangelista. **Introdução à Filosofia da Natureza de Santo Agostinho.** Porto Alegre: Editora Fi, 2019.
- BREYFOGLE, Todd. Intelecto. In: FITZGERALD, F (Org.). **Agostinho através dos tempos: Uma enciclopédia.** 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- BROWN, Peter. **Santo Agostinho: Uma biografia.** 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- BRYAN, M. Litfin. **Conhecendo os Pais da igreja: Uma introdução evangélica.** 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 2015.
- BUSSANICH, John. Felicidade (Eudemonismo). In: FITZGERALD, F (Org.). **Agostinho através dos tempos: Uma enciclopédia.** 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- CAIRNS, E. E. **O cristianismo através dos séculos: Uma história da igreja cristã.** 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 2012.
- CALIXTO, Pedro.; AYOUB, Cristiane N. A (Orgs.). **Santo Agostinho: Um pensador eternamente contemporâneo.** São Paulo: Paulus, 2023.
- CESAREIA, Eusébio. **História eclesiástica: Os primeiros quatro séculos da Igreja cristã.** 1. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.
- CHAMPLIN, R. N. **Enciclopédia de bíblia, teologia & filosofia: Volume 2.** 11. ed. São Paulo: Hagnos, 2013.
- CHAMPLIN, R. N. **Enciclopédia de bíblia, teologia & filosofia: Volume 3.** 11. ed. São Paulo: Hagnos, 2013.
- CONYBEARE, Catherine. **Confissões: uma chave de leitura.** Petrópolis: Vozes, 2020.
- COPLESTON, Frederick. **Filosofia medieval: Uma introdução.** 1. ed. Curitiba: Editora Danúbio, 2017.
- CORDÓN, Juan Manuel Navarro.; MARTINEZ, Tomás Calvo. **História da filosofia: Dos pré-socráticos à filosofia contemporânea.** Lisboa: Edições 70, 2014.
- COSTA, M. R. N. **Introdução ao pensamento ético-político de Santo Agostinho.** 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho.** Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002.
- COSTA, Marcos. Roberto. **10 lições sobre Santo Agostinho,** Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2012.
- DICIO, Dicionário Online de Português. **Epitímia.** Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/epitímia>. Acesso em: 12/12/2023.

- DJUTH, Marianne. A vontade e o amor. In: FITZGERALD, F. **Agostinho através dos tempos: Uma enciclopédia**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- DJUTH, Marianne. Significados. In: FITZGERALD, F. **Agostinho através dos tempos: Uma enciclopédia**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- DOUGHERTY, Richard J. Lei natural. In: FITZGERALD, F (Org.). **Agostinho através dos tempos: Uma enciclopédia**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- DUFFY, Stephen J. Vontade, ação, liberdade. In: FITZGERALD, F (Org.). **Agostinho através dos tempos: Uma enciclopédia**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- EVANS, G. R. **Agostinho sobre o mal**. São Paulo: Paulus, 1995.
- FITZGERALD, F (Org.). **Agostinho através dos tempos: Uma enciclopédia**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- FLETEREN, Frederick Van. Confessiones. In: FITZGERALD, F (Org.). **Agostinho através dos tempos: Uma enciclopédia**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- FLUCK, M. R. **Teologia dos pais da igreja**. 1. ed. Curitiba: Cia. De Escritores, 2012.
- FRANGIOTTI, Roque. A importância do tema na antiguidade. In: AGOSTINHO, Santo. **Solilóquios; A vida feliz**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2014.
- GALVÃO, Pedro. **Filosofia: uma introdução por disciplinas**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- GARDNER, Iain. **The Kephalaia of the teacher**. The Edited Coptic Manichaean Texts in Translation With Commentary. Leiden: Brill Academic Pub, 1995.
- GESCHÉ, Adolphe. **O mal**. São Paulo: Paulinas, 2003.
- GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.
- GILSON, Étienne. **O filósofo e a teologia**: Santo André: Editora Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2021.
- GONZALEZ, Justo L. **Uma história do pensamento cristão: De Agostinho às vésperas da Reforma**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- GONZALEZ, Justo. **Uma história ilustrada do cristianismo: A era dos gigantes**. 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- GRACIOSO, Joel. **A relação entre Deus e o mal segundo Santo Agostinho**. São Paulo: Palavra & Prece Editora, 2006.
- GRONDIN, Jean. **Que saber sobre filosofia da religião**. Aparecida: Ideias & Letras, 2012.
- HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

- HORN, Christoph. **Agostinho**: Conhecimento, linguagem e ética. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- HÖSLE, Vittorio. **Interpretar Platão**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- KELLY, J. N. D. **Patrística**: Origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã. 1. ed. São Paulo: Editora Vida Nova, 2009.
- KENNEY, John Peter. Fé e razão. In: David Vincent.; STUMP, Eleonore. **Agostinho**. São Paulo: Ideias & letras, 2017.
- KENNEY, John Peter. Fé e razão. In: MECONI, David Vincent.; STUMP, Eleonore. **Agostinho**. São Paulo: Ideias & letras, 2017.
- KENNY, Anthony. **Uma nova história da filosofia ocidental volume II**: Filosofia medieval. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- KENNY, Anthony. **Uma nova história da filosofia ocidental volume I**: Filosofia antiga. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- KOCH, Isabelle. Sobre o conceito de voluntas em Agostinho. **Revista Discurso**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 71-94, 2010.
- LACERDA, Tiago. **Deus como problema filosófico na Idade Média**. Curitiba: Intersaberes, 2018.
- LAURENT, Jérôme. O mal como pecado não é o contrário do bem [...] o bem é, o mal não é. In: CALIXTO, Pedro.; AYOUB, Cristiane N. A. **Santo Agostinho**: Um pensador eternamente contemporâneo. São Paulo: Paulus, 2023.
- LAURENT, Jérôme. Peccatum nihil est: Observações sobre a concepção agostiniana do pecado como nada. In: CALIXTO, Pedro.; AYOUB, Cristiane N. A. **Santo Agostinho**: Um pensador eternamente contemporâneo. São Paulo: Paulus, 2023.
- LAVERE, George J. Virtude. In: FITZGERALD, F (Org.). **Agostinho através dos tempos**: Uma enciclopédia. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- MACGRATH, Alister. **Teologia sistemática, histórica e filosófica**: Uma introdução à teologia cristã. São Paulo: Shedd Publicações, 2012.
- MARÍAS, Julián. **História da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MARIONES, Francisco. **Teologia de Santo Agostinho**. 1. ed. São Paulo: Paulus; São Paulo: Academia Cristã, 2022.
- MARKUS, Robert A. Ordem, virtude, amor. In: CANTO-SPEBER, Monique (Org.). **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.

- MATTHEWS, G. B. **Santo Agostinho**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.
- MCDERMOTT, Gerald R. **Grandes teólogos: Uma síntese do pensamento teológico em 21 séculos da igreja**. São Paulo: Vida Nova, 2013.
- MCGRADY, A. S. **Filosofia medieval**. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.
- MECONI, David Vincent.; STUMP, Eleonore. **Agostinho**. São Paulo: Ideias & letras, 2017.
- MENDES, M. A. X. **O problema do mal no pensamento de Agostinho**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2020.
- MOLINARO, Aniceto. **Metafísica: Curso sistemático**. São Paulo: Paulus, 2019.
- MONDIN, Battista. **Curso de Filosofia**. 1. ed. São Paulo: Editora Paulus, 2018.
- MONDIN, Battista. **Introdução à filosofia: Problemas, sistemas, autores, obras**. São Paulo: Paulus, 2019.
- MORAVCSIK, Julius. **Platão e o platonismo: Aparência e realidade na ontologia, na epistemologia e na ética**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- MORELAND, J. P.; CRAIG, William. Lane. **Filosofia e cosmovisão cristã**. São Paulo: Editora Vida Nova, 2012.
- MORESCHINI, Claudio. **História da filosofia patrística**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- NARBONNE, Jean-Marc. **A metafísica de Plotino**. São Paulo: Paulus, 2014.
- NASCIMENTO JUNIOR, Izaías Oliveira. Os três sentidos da vontade humana em Santo Agostinho: o querer como amor, livre-arbítrio e consentimento. **Kairós: Revista Acadêmica da Prainha**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 200-224, 2022.
- OLIVA, Luís César. **O mal**. São Paulo: Editora Barcarolla: Discurso Editorial, 2013.
- OLIVEIRA, Nair de Assis. A solução do problema do mal na interpretação de Agostinho. In: AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- OLIVEIRA, Nair de Assis. As “Retractationes” e a resposta aos pelagianos. In: AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- OLIVEIRA, Nair de Assis. Breve síntese das ideias fundamentais. In: AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- OLIVEIRA, Nair de Assis. Formação ideológica do livro. In: AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- OLIVEIRA, Nair de Assis.; FRANGIOTTI, Roque. Acima de nossos juízos: a Lei imutável. In: AGOSTINHO. **A verdadeira religião, O cuidado devido aos mortos**, Editora Paulus, São Paulo, 2021.

- OLSON, Roger. **História da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reformas**. 1. ed. São Paulo: Editora Vida, 2014.
- PICH, Roberto Hofmeister. Agostinho e a descoberta da vontade: Estudo complementar. **Revista Dissertatio**, Pelotas, v. 50, p. 27-60, set. 2019.
- PICH, Roberto Hofmeister. Agostinho e a descoberta da vontade: Primeiro estudo. **Revista Veritas**, Porto Alegre, v. 50, n. 2, p. 176-206, jun. 2005.
- PICH, Roberto Hofmeister. Agostinho e a descoberta da vontade: Primeiro estudo. **Revista Veritas**, Porto Alegre, v. 50, n. 3, p. 139-157, set. 2005.
- Plotino. **Enéadas I e II**. João Pessoa: Ideia, 2021.
- POSSÍDIO. **Vida de Santo Agostinho**. São Paulo: Paulus, 2022.
- PRIBERAM, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. **Converter**. Lisboa: Priberam, 2008-2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/convertter>. Acesso em: 15/12/2023.
- QUINTA, Pe. Manoel. Em Cassiciáco escreve e medita sobre os Salmos. In: AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 1997.
- REALE, Giovanni.; ANTISERI, Dario. **Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2020.
- RICOEUR. Paul. **O Mal: Um desafio à filosofia e à teologia**. Campinas: Papirus, 1988.
- ROBINSON, James M. **The Manichaean Codices of Medinet Madi**. Inglaterra: James Clarke Company, 2015.
- RUSS, Jacqueline. **Filosofia: Os autores, as obras**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- SERTILLANGES, A.D. **O problema do mal**. 1 ed. Sertanópolis: Calvariae Editorial, 2020.
- SHELLEY, Bruce L. **História do cristianismo: Uma obre completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.
- SILVA, Nilo César Batista. A cognição do desejo no voluntarismo de Santo Agostinho. **Revista Scintilla**, Curitiba, v. 19, n ° 1, p. 1-20, jan./jun. 2022.
- SILVA, Paula Oliveira. A lei promulgada não é a causa do mal. Guerra justa e legítima defesa. In: AGOSTINHO, Santo. **Diálogo sobre o livre arbítrio**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- SILVA, Paula Oliveira. Autoridade e razão. In: AGOSTINHO, Santo. **Diálogo sobre o livre arbítrio**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

- SILVA, Paula Oliveira. Circunstâncias e cronologia do diálogo. In: AGOSTINHO, Santo. **Diálogo sobre o livre arbítrio**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- SILVA, Paula Oliveira. Propter manichei. In: AGOSTINHO, Santo. **Diálogo sobre o livre arbítrio**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- SPANNEUT, Michel. **Os padres de igreja: Séculos IV – VIII**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- STÖRING, Hans Joachim. **História geral da filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2022.
- TAURISANO, Ricardo. Notas e comentários ao livro primeiro. In: AGOSTINHO, Santo. **O livre arbítrio: Livro 1**. 1. ed. Tradução: Ricardo Taurisano. São Paulo: Filocalia, 2019.
- TAURISANO, Ricardo. Notas e comentários ao livro segundo. In: AGOSTINHO, Santo. **O livre arbítrio: Livro 2**. 1. ed. Tradução: Ricardo Taurisano. São Paulo: Filocalia, 2020.
- TESKE, Roland J. Libero arbitrio, De. In: FITZGERALD, F. **Agostinho através dos tempos: Uma enciclopédia**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.
- TRAPÈ, Agostino. **Agostinho: O homem, o pastor, o místico**. São Paulo: Cultor de Livros, 2018.
- WARD, Keith. **Deus: um guia para os perplexos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- WETZEL, James. **Compreender Agostinho**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- XAVIER, Victor. Fabiam. Gomes.; ROCHA, Onielton. Souza. **As duas problemáticas agostinianas: o mal e o tempo**, Editora FI, Rio Grande do Sul, 2019.